

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO,
CULTURA E SOCIEDADE (PPGPACS)**

DISSERTAÇÃO

**O LEGADO DA CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL.
A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA INDÚSTRIA
TÊXTIL EM PARACAMBI**

DAVI PEREIRA ROMEIRO NETO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO,
CULTURA E SOCIEDADE (PPGPACS)**

**O LEGADO DA CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL.
A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL
EM PARACAMBI**

DAVI PEREIRA ROMEIRO NETO

*Sob a Orientação da Professora
Dr^a Raquel Alvitos Pereira*

*e Co-orientação da Professora
Dr^a Monica de Souza Nunes Martins*

Dissertação submetida como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), Área de Concentração Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Nova Iguaçu, RJ
Maio 2024

N4691 Neto, Davi Pereira Romeiro, 1953-
O LEGADO DA CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL. A
CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM
PARACAMBI / Davi Pereira Romeiro Neto. - Paracambi,
2024.

187 f.: il.

Orientadora: Raquel Alvitos Pereira.
Coorientadora: Monica de Souza Nunes Martins.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS)/Patrimônio
Cultural: Memória e Sociedade , 2024.

1. Patrimônio histórico e cultural de Paracambi. 2.
Legado da Cia Têxtil Brasil Industrial. 3. Preservação
e conservação do patrimônio histórico da cidade. 4.
Núcleo de Estudos do Centro de Memória da indústria
têxtil em Paracambi. 5. Salvaguarda da memória
operária em Paracambi. I. Alvitos Pereira, Raquel,
1977-, orient. II. de Souza Nunes Martins, Monica ,
1975-, coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio,
Cultura e Sociedade (PPGPACS)/Patrimônio Cultural:
Memória e Sociedade . IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



TERMO N° 657/2024 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.041282/2024-11

Nova Iguaçu-RJ, 09 de agosto de 2024.

DAVI PEREIRA ROMEIRO NETO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural:MEMÓRIA E SOCIEDADE DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/05/2024.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 09/08/2024 15:46)
DAIANE ESTEVAM AZEREDO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
IM (12.28.01.32)
Matrícula: ####353#4

(Assinado digitalmente em 13/08/2024 11:34)
MONICA DE SOUZA NUNES MARTINS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: ####372#7

(Assinado digitalmente em 16/08/2024 14:12)
RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: ####628#4

(Assinado digitalmente em 13/08/2024 23:40)
ANDREA CASA NOVA MAIA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.736-##

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os antigos trabalhadores da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial que ajudaram a construir a história de Paracambi memórias que não se apagaram naqueles que reconhecer e identificam a importância em suas vidas. Cada um de nós que teve a oportunidade de desfrutar desse convívio, não só no espaço fabril, mas espaço fora da fábrica (bailes, nos jogos de futebol, brincadeiras de rua, pescarias, festas da cidade, no escurinho do cinema, nas paqueras aos domingos depois da missa na Matriz.), sabe reconhecer o seu valor. Podem chamar de saudosismo esses tempos de uma vida simples, mas cheia de muita amizade e humanidade, a antiga fábrica deixou seu legado, transformou e continua transformando muitas vidas. Não poderia deixar de referenciar os amigos que fiz nessa jornada como operário, gerente e professor, por mais de 20 anos me ajudaram a enriquecer meus conhecimentos e forjar a minha personalidade.

Dedico esse trabalho a minha família, a começar pela minha mãe e irmãos, que apesar das dificuldades, conseguiram fazer com que eu chegasse aqui com muito orgulho.

A minha saudosa companheira que assim como eu, viveu essa experiência de trabalhar na fábrica como operária e como professora. Foram anos de muitas felicidades foi minha grande incentivadora, companheira fenomenal, conciliadora que sempre me apoiou nas minhas empreitadas e devaneios e aos meus filhos que hoje me apoiam e incentivam a continuar a realizar meus sonhos.

Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de salvaguardar a história de Paracambi e da Cia. Têxtil Brasil Industrial tem como pioneiros alguns amigos que jamais podem ser esquecidos nessa construção. Primeiramente destaco a professora Clélia Ramos Nogueira Natal e o seu marido Gilson Natal. Outro grande pesquisador da história das fábricas de tecidos em Paracambi é o Professor Dr. Paulo Fernandes Keller, que levantou a fundo não só a história da Cia. Têxtil Brasil Industrial, mas também da Fábrica de Tecidos Maria Cândida. Referencio também o amigo e saudoso Professor Marcelo Armond Costa, que muito trabalhou para manter viva essa chama de amor por Paracambi e suas histórias.

Não poderia deixar de pontuar também os inúmeros trabalhos acadêmicos de estudiosos que tem desenvolvido pesquisas que tratam da Cia Têxtil Brasil Industrial e de Paracambi, mostrando ao mundo o nosso valor Histórico, Cultural e Turístico.

Agradeço pessoas que direta ou indiretamente têm nos auxiliado nessa construção: a Direção do Campus Paracambi do IFRJ, aos professores, em especial, a Julieta Ferreira Romeiro, que vem trabalhando incansavelmente na administração do Núcleo de Estudos, orientando os bolsistas e, ainda, cuidando da organização do espaço. Ao professor Ronaldo Vicente Pereira, um apaixonado por nossa história que também vem nos ajudando com a sua arte, nessa divulgação de Paracambi.

Aos Secretários Municipais que sempre se mostraram solícitos nos encaminhamentos para que o projeto de Centro de Memória se tornasse uma realidade. Aos diretores das outras instituições que ocupam o espaço da Fábrica do Conhecimento que sempre nos auxiliam na preservação do patrimônio também agradeço.

Esse trabalho só está terminando por conta da gentileza e do compromisso das professoras Dr^a Monica de Souza Nunes Martins, que abraçou essa empreitada, mesmo tendo se ausentado do programa, e continuou me assistindo e da Dr^a Raquel Alvitos Pereira por aceitar a continuação da orientação com a mesma gentileza.

Agradeço à Deus, que em sua benevolência, me permitiu concluir essa pesquisa. Foi Ele com quem sempre compartilhei os meus anseios e tristezas e no qual busquei orientações e permitiu que eu chegassem até aqui com serenidade para ainda ter sonhos de transformações, acreditando no futuro e na esperança de que a humanidade não deixe de olhar os bons exemplos de seu passado para seguir adiante. Muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

NETO, Davi Pereira Romeiro. “**O legado da Cia. Têxtil Brasil Industrial. A criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi**”. 2024. 187 p., Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Nova Iguaçu - RJ, 2024.

Autorizada a funcionar em 1870 pela Princesa Isabel, a Companhia Têxtil Brasil Industrial foi considerada a fábrica de tecidos de algodão “mais importante do Império” na década de 1880, por isso seu nome “Brasil Industrial”. Diversos estudiosos da história econômica e industrial apontam como a primeira grande fábrica de tecidos de algodão. Seu tombamento em 1985, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, foi uma das ações no sentido de preservar esse patrimônio arquitetônico. Em 1996, a fábrica encerrou suas atividades e, em 2002, o Governo Municipal adquiriu o prédio para a instalação do Centro Universitário Tecnológico, hoje denominada Fábrica do Conhecimento. Atualmente, ela é ocupada por mais de 6500 alunos, das diversas instituições públicas de ensino, e oferece cursos gratuitos. O presente trabalho descreve o legado deixado pela Cia. Têxtil Brasil Industrial no desenvolvimento de Paracambi e sua refuncionalização como - Fábrica do Conhecimento e, ainda, como Parque Natural Municipal do Curió. O desconhecimento sobre a importância deste patrimônio tem levado a um apagamento histórico deste na memória dos habitantes. Esta pesquisa tem como intuito salvaguardar sua importância no desenvolvimento industrial do Brasil imperial, na criação do município, e, ainda, o valor do seu projeto arquitetônico no âmbito do patrimônio cultural e seu vínculo como as políticas públicas relativas às questões de conservação e preservação, incluindo-se, aqui também as histórias de vida e relações sociais dos seus ex-trabalhadores. Essas foram algumas das questões motivadoras que levaram a criação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória Têxtil, vinculado ao IFRJ CPar, que tem como proposta trabalhar a educação patrimonial, disseminar a história local e subsidiar a instalação de um futuro “Centro de Memória da Indústria do Trabalho Têxtil” e o Museu da Industria Têxtil.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Industrial; Memória têxtil; Fábrica Paracambi; Companhia Têxtil Brasil Industrial (CTBI); Núcleo de Estudos do Centro de Memória Têxtil (NECMT).

ABSTRACT

NETO, Davi Pereira Romeiro. **“The legacy of Cia. Têxtil Brasil Industrial. The creation of the Textile Industry Memory Center in Paracambi.”** 2024. 187 p., Dissertation (Masters in Heritage, Culture and Society). Multidisciplinar Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Nova Iguaçu - RJ, 2024.

Authorized to operate in 1870 by Princess Isabel, the Companhia Têxtil Brasil Industrial was considered the most important cotton textile factory in the Empire in the 1880s, which is why it was given the name "Industrial Brazil". Many scholars of economic and industrial history consider it to be the first large cotton textile factory in Brazil. Its listing as a historical heritage site in 1985 by the Rio de Janeiro State Institute of Cultural Heritage was one of the measures taken to preserve this architectural heritage. In 1996, the factory closed its operations and, in 2002, the city government acquired the building to house the Technological University Center, now known as the Fábrica do Conhecimento. The building currently serves more than 6,500 students from various public educational institutions and offers free courses. This paper describes the legacy left by Companhia Têxtil Brasil Industrial in the development of Paracambi and its re-adaptation as the Fábrica do Conhecimento and also as the Curió Municipal Natural Park. The lack of awareness of the importance of this heritage led to its historical erasure from the memory of local residents. This research aims to preserve its importance in the industrial development of Imperial Brazil, in the creation of the municipality, and also to highlight the value of its architectural design in the context of cultural heritage and its connection with public conservation and preservation policies. This includes the life stories and social relationships of its former workers. These were some of the factors that motivated the creation of the Textile Memory Studies Center, linked to the CPar of IFRJ, which aims to promote heritage education, disseminate local history and support the creation of a future "Textile Industry Memory Center" and the Textile Industry Museum

KEYWORDS: Industrial Brazil; Textile memory; Paracambi Factory; CTBI; NECMT.

LISTA DE ABREVIASÕES

ABHI	Associação Brasileira da Indústria de Hotel do Rio de Janeiro
BIEC	Brasil Industrial Esporte Clube
CEDERJ	Centro de Educação Superior a Distância do Estado do RJ.
CoEx	Coordenação de Extensão
CTBI	Cia. Têxtil Brasil Industrial
EFD PEDRO II	Estrada de Ferro Dom Pedro II
ETE	Escola Técnica Estadual
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAETERJ	Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
FLIPA	Feira literária de Paracambi
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS	International Council of Monuments and Sites
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRJ CPar	Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Paracambi
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITPA	Instituto de Preservação Ambiental
LEPA	Líderes empresariais de Paracambi
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PNM	Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Curió
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial</i> Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Trabalhadores Mestres, Contramestres e Operários da Tecelagem (p.33)
Figura 2 – Trabalhadores Mestres, Contramestres e Operários da Tecelagem (p.33)
Figura 3 – Festa na Capela Nossa Senhora da Conceição (p.35)
Figura 4 – Festa na Praça. Atual praça Presidente Castelo Branco (p.35)
Figura 5 – Procissão, caminho que leva a fábrica, com detalhes dos trilhos do trole (p.36)
Figura 6 – Capela Nossa Senhora da Conceição vista da área da Casa Grande (p.37)
Figura 7 – Fotografia tirada do morro do Parque, vista Cassino e casas da vila (p.38)
Figuras 8 – Prédio do Cassino em 1910 e 2016 (p.38)
Figura 9 – Foto de Francisco Assis Vieira Bueno – Primeiro presidente da Cia. Brasil Industrial (p.40)
Figura 10 e Figura 11 – Sr. Dominique Level e Patriarca do grupo Othon Bezerra de Mello (p.40)
Figura 12 – Srs. Hermano Fortunado Pinto e seu filho Lúcio Pinto (p.41)
Figura 13 – Detalhamento da malha ferroviária do Centro (p.47)
Figura 14 – Mapa de Paracambi e suas divisões antes da emancipação (p.49)
Figura 15 – Trajetos até Fábrica do Conhecimento (p.51)
Figura 16 – Brasão do Município de Paracambi (p.51)
Figura 17 – Prédio da Fábrica Cia. Brasil Industrial ainda com a chaminé (p.58)
Figura 18 e Figura 19 – Tijolos com inscrição Macacos da fachada do prédio (p.59)
Figura 20 – Charge com os diretores da fábrica no Jornal Vida Fluminense (p.60)
Figura 21 – Subscrição de ação datada de 1903 (p.61)
Figura 22 – Primeira página do Jornal o Globo ilustrado (p.62)
Figura 23 – Reprodução do jornal sobre a festa dos operários (p.63)
Figura 24 – Vista da Área do Conjunto Fabril e do Bosque (p.64)
Figura 25 – Vista aérea panorâmica da fábrica (p.67)
Figura 26 – Distribuição espacial do complexo Fábrica do Conhecimento com as respectivas instituições (p.68)
Figura 27 – Cursos da Secretaria Municipal de Cultura (p.68)
Figura 28 – Movimentação de alunos no acesso ao prédio da Fábrica (p.69)
Figura 29 – Laboratórios do IFRJ-Cpar (p.70)
Figura 30 – Parque Municipal do Curió, vista aérea (p.72)
Figura 31 – Açude da Cachoeira São Jorge (p.73)
Figura 32 – Trecho de encanamento e Açude São Jorge (1882) (p.74)
Figura 33 – Tubulação ainda existente dentro do Parque Municipal (p.74)
Figura 34 – Foto da *Ruellia capotyra* (p.77)
Figura 35 – Foto do primeiro achado do grupo foi a espécie *Justicia paracambi* (p.78)
Figura 36 – Vista da fábrica tirada no meio da Avenida dos Operários (p.86)
Figura 37 – Um dos coretos derrubado (p.87)
Figura 38 – Ponte que foi derrubada, um dos acessos à fábrica (p.87)
Figura 39 – Clube Social “Cassino” antes da construção do muro e a sua derrubada (p.88)
Figuras 40– Momento de derrubada do prédio do Clube Social “Cassino” e muro construído isolando a área do clube (p.88)
Figura 41 – Despacho do Professor Darcy Ribeiro. Processo tombamento E-18/300.031/84 (p.89)
Figura 42 – Despacho digitalizado de encaminhamento do governador Leonel M. Brizola dando ciência do pedido de tombamento da fábrica (p.89)

- Figura 43 – Cópia digitalizada do DO tombamento da fábrica (p.90)
- Figura 44 – Edifício Central e edificações complementares (p.90)
- Figura 45 – Casa de Força (p.91)
- Figura 46 – Casa do Diretor (Casa Grande) (p.91)
- Figura 47 – Capela de Nossa Senhora da Conceição (p.92)
- Figura 48 – Prédio onde funcionou o Ginásio Othon e Colégio Marechal Rondon (p.95)
- Figura 49 – Vista superior do antigo colégio e na parte inferior onde funcionava o armarinho e armazém da fábrica, leiteria e açougue (p.95)
- Figura 50 – Vista panorâmica do prédio e da Praça Presidente Castelo Branco (p.95)
- Figuras 51 – Sede da Imobiliária São Pedro de Alcântara, na rua Sebastião de Lacerda, dentro da área denominada de bosque (p.97)
- Figura 52 – Rua Sebastião de Lacerda (entrada da fábrica) e área do pomar da Casa Grande (p.97)
- Figura 53 – Pomar e ao fundo a Casa Grande (p.98)
- Figura 54 – Área do pomar e acesso à Capela Nossa Senhora da Conceição, bloqueado a visitação pública (p.98)
- Figura 55 – Conjunto de apartamentos construído na rua Sebastião de Lacerda (área do bosque) (p.99)
- Figura 56 – Conjunto de apartamentos/lojas ainda em construção na rua Sebastião de Lacerda (área do bosque) (p.99)
- Figuras 57 – Residência construída na rua Sebastião de Lacerda e área de casa demolida (área do bosque) (p.99)
- Figuras 58 – A casa dos antigos técnicos e gerentes e garagem antes da demolição (p.100)
- Figuras 59 – Área da casa dos antigos técnicos e gerentes demolidas (p.100)
- Figura 60 – A necessidade de manutenção da área e reparos urgentes (p.101)
- Figura 61 – Área cimentada, hoje utilizada como estacionamento interno das instituições que ocupar o prédio (p.101)
- Figura 62 – Rede de iluminação e telefonia exposta (p.102)
- Figura 63 – Panorama da área de acesso ao prédio principal antes da reforma (p.102)
- Figuras 64 – Alterações promovidas no acesso à fábrica e área do bosque (p.103)
- Figuras 65 – Prédio em ruínas, da Cooperativa de Crédito Mútuo dos empregados (p.103)
- Figura 66 – Construção do portal de vigilância do Parque Municipal do Curió, onde havia antiga sede da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Cia. Têxtil Brasil Industrial (p.104)
- Figura 67 – Ambas as torres principais com vegetação, vidros quebrados e telhado danificado (p.106)
- Figura 68 – Instalação de ar-condicionado e dutos de escapamentos de gases laboratórios das unidades de ensino, remoção e fechamento de janelas (p.107)
- Figura 69 – Estado de abandono do acesso ao segundo pavimento pelos fundos do prédio (p. 107)
- Figura 70 – Alteração da pintura do barramento do prédio (p.108)
- Figura 71 – Intervenção dentro do prédio, com alteração das características construtivas Original (p.108)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA OPERÁRIA	21
1.1 Lugares de Memória e cotidiano operário	21
CAPÍTULO II – PARACAMBI E A CIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL	43
2.1 Nasce Paracambi, um recorte histórico	43
2.2 Cia. Brasil Industrial – A verdadeira Indústria Nacional	53
2.2.1 A Fábrica do Conhecimento	66
2.2.2 Parque Natural Municipal do Curió	72
CAPÍTULO III – CIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL. AS QUESTÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	79
3.1 Cia Têxtil Brasil Industrial: Patrimônio Industrial?	79
3.2 O tombamento pelo INEPAC	84
3.3 A criação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	121
 ANEXOS	
Anexo A Equipamentos Remanescentes da fábrica	128
Anexo B Planta baixa das áreas pretendidas para a instalação do Centro de Memória e Museu	129
Anexo C Lei Municipal nº 1470 de 29 de maio de 2020, dispõe sobre o uso da fábrica para a criação do Centro de memória e Museu	130
Anexo D Ofício encaminhado ao INEPAC, pela prefeitura de Paracambi solicitando o tombamento	131
Anexo E Ata da 1407 ^a sessão do Conselho Estadual de Tombamento	132
Anexo F Parecer Visitas ao Núcleo de Estudos do Centro de Memória relativo à demolição de construção	132
Anexo G Ata da 1409 ^a sessão do Conselho Estadual de Tombamento	137
Anexo H Ofício 700/2019 do INEPAC, relativo à vistoria realizada no bem patrimonizado	141
Anexo I Plano Plurianual 2022-2025	159
Anexo J Ofício 1612/2020/IPHANRJ-IPHAN, devolução de projeto da 33 ^a edição do prêmio Rodrigo de Melo Franco	160
Anexo K Visita a museus da indústria têxtil	161
Anexo L XVIII Congress TICCIH – Montreal Canadá	162
Anexo M Ações do Núcleo de Estudos do Centro de Memória	162

INTRODUÇÃO

Olhar para o passado é sempre interessante e pode ser instigante, está ligado à construção de nossa história. Somos transportados a lugares inesperados, sentimentos, ideias e afetos do passado e que estão relacionados ao que representamos no presente e, assim, estamos nos orientando para um futuro. Esse trabalho pretende investigar as necessidades prementes de ações de conservação patrimonial no sentido de manter viva a história da cidade de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, além de apresentar ações nesse sentido. O nosso foco é uma construção do século XIX, de extrema importância para a história local: a Cia. Têxtil Brasil Industrial (CTBI).

O estado de preservação e conservação no qual se encontra o prédio da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial, fundada inicialmente em 1870, denota a omissão do poder público no tocante ao cumprimento da legislação vigente e principalmente a falta de ações para impedir o apagamento gradual da memória da população sobre esse patrimônio cultural. Patrimônio cultural que representa um sentimento intenso, um sentimento de lugares que “falam” muito do que nós fomos e que estão diretamente relacionados à nossa identidade. É, por isso, que neste sentido objetivamos mostrar os elementos que motivaram a criação de um Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi, nas instalações do prédio.

Para referenciarmos o presente trabalho, faremos uma abordagem bibliográfica, que permitirá uma melhor compreensão da importância da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial no contexto histórico, da criação do município de Paracambi, da identidade social da comunidade e da participação da comunidade na construção dessa ideia.

Assim como em muitas indústrias instaladas no século XIX, seguia-se o modelo europeu de gestão, instituído na linhagem de Robert Owen¹, com uma abordagem social não comum na

¹ Trata-se do socialista utópico Robert Owen (1771 – 1858) considerado "um dos mais importantes socialistas utópicos mediante a criação de várias comunidades industriais. Autodidata, começou a trabalhar aos dez anos, como auxiliar de alfaiate, e sua contribuição nasceu da própria experiência em uma fábrica de fios de sua propriedade em New Lanark, Lanarkshire, Escócia, onde observou que a maioria das pessoas trabalhava e vivia em péssimas condições de higiene e moradia. Tornou-se sócio da empresa (1800) e ali instalou uma comunidade inspirada nos ideais utópicos: melhorou as casas, criou um armazém em que se podiam comprar mercadorias a preço módico, promoveu o estrito controle das bebidas alcoólicas reduzindo o vício e o crime, e fundou a primeira escola maternal britânica (1816)".

Fonte: PERCILIA, Eliene. "Robert Owen"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/robert-owen.htm>. Acesso em 29 de maio de 2023.

época em New Lanark na Escócia. A (CTBI) disponibilizava moradia, creche, armazém, atendimento médico, obrigava as crianças a estudarem, criou escola de aprendizes, bem como escola de jovens e adultos, além de atividades recreativas como o clube social e esportivo. Uma verdadeira rede de proteção social aos seus trabalhadores, numa tentativa de manutenção dessa mão de obra, criando com isso um vínculo muito efetivo entre comunidade e espaço fabril. Alguns estudos descrevem esse tema (Furtado. 2012. p.730, Mello. 2012 Apud Leite Lopes, 1998, p.111). Podemos considerar que essa era uma maneira de subordinar o empregado à empresa. Keller (2019) descreve como era essa relação.

As relações de dominação marcam profundamente as fábricas com vila operária. Nesta situação, os patrões não são simplesmente patrões, não se estabelece uma simples relação contratual, mas, os patrões são os proprietários das casas onde residem os operários, assim como, de toda a rede de serviços presentes nestas vilas (armazém, clube, capela, escola). A ameaça da perda do emprego vem junto com a ameaça da perda da casa. A subordinação dos trabalhadores têxteis era um fator gerador de medo, que pairava sobre a classe operária, medo de perder o emprego, medo de perder a casa, medo de “sujar” o nome da família junto ao poder patronal, implicando danos para os familiares que poderiam vir a precisar de algum benefício futuro, como emprego na fábrica ou casa na vila. A “boa conduta” era um pré-requisito para o acesso ao emprego e a moradia, e o nome da família era o código que poderia dar acesso ou barrar determinado trabalhador (KELLER, 2019, p.181).

Vale ressaltar o modelo adotado no projeto, o de fábrica com vila operária, pois representa mais do que uma relação patrão *versus* empregado, pôde ter sido criado um espaço social onde o operariado e suas famílias construíam, cotidianamente, relações de amizade e ajuda mútua, que não se confundiam necessariamente com o paternalismo do patronato fabril. Os menos favorecidos contam com diversas estratégias para superar a pobreza e as suas dificuldades e essas estratégias podem ser divididas em dois tipos de abordagem: buscar proteção de pessoas com recursos disponíveis para ações, inclusive o patrão, ou recorrer à ajuda mútua entre o próprio grupo que se sustenta, criando redes de colaboração entre os seus pares. Elas podem ocorrer simultaneamente. Viscardi esclarece essa ajuda encontrada nas camadas mais pobres que pode se estabelecer em duas diferentes concepções de relação social.

No primeiro caso, o outro a quem se recorre pode assumir a face de uma Igreja, do Estado, do cidadão benemérito ou do coronel, e outras tantas variações que se encaixam bem no conceito de paternalismo. Tal relação tende a ter um trajeto verticalizado, no qual o doador estabelece com o receptor uma hierarquia cujo tom, à revelia das intenções ou motivações, será o do poder de quem doa sobre quem recebe. Nessa situação, o receptor se encontrará submetido ao doador, mesmo que este último não se utilize da relação em seu próprio proveito. No segundo caso, o outro é um igual, aquele que compartilha

das mesmas necessidades e potencialidades. Juntos, desenvolvem relações de reciprocidade que tendem a ser mais balanceadas. Todos contribuem e todos recebem a contribuição. Realçam o *ethos* da obrigação mútua e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos outros. Nesse contexto as relações tendem a ser mais horizontalizadas, e as hierarquias, menos definidas. A dependência persiste, mas assume um caráter mútuo. (VISCARDI, 2009, p.293)

É nesse segundo caso que a comunidade extra portão da fábrica se apoiava criando as suas próprias regras e ações de uma rede de solidariedade. A Cia. Têxtil Brasil Industrial não foge desse modelo de cidades operárias “*Company towns*”, que surgiram entre 1830 e 1930, durante a era industrial inicial, e que o historiador Lewis Mumford chamou de “era paleotécnica”².

Vale destacar alguns detalhes sobre as cidades operárias. Estas são propriedade da empresa, e praticamente todas as lojas e moradias pertencem a essa empresa que também é o principal empregador. Estas costumam ser planejadas para atender as necessidades dos trabalhadores com uma variedade de comodidades, tais como lojas, locais de culto, escolas, mercados, instalações de lazer, atendimento médico, farmácias, entre outros serviços. Esta geralmente, ainda está isolada dos vizinhos e é centrada em uma grande fábrica de produção. Os cidadãos da cidade trabalham na fábrica, em pequenos negócios ou são membros da família de alguém que trabalha lá. A empresa também pode doar/ceder um prédio para uma congregação local, operar espaços de lazer (como aqui, o Cassino e Brasil Industrial Esporte Clube (BIEC), parques, realizar eventos culturais, como concertos etc.)

Por outro lado, as cidades operárias também criaram uma comunidade de trabalhadores. Os vizinhos compartilhavam experiências semelhantes e se apoiavam mutuamente. Isso levou ao desenvolvimento de solidariedade entre os trabalhadores, que muitas vezes se uniam para reivindicar melhores condições de trabalho e salários.

Paracambi nasce com base nesse princípio, no âmbito do qual a empresa controlava não apenas o trabalho, mas também a vida cotidiana dos trabalhadores. Os meus laços com a fábrica reforçam a minha convicção na escolha desse projeto de salvaguarda da memória do trabalho fabril e da preservação e conservação do patrimônio em questão. No papel de narrador me

² Lewis Mumford, historiador e filósofo da tecnologia, dividiu a evolução da civilização e da tecnologia em três fases distintas. A segunda delas conhecida como a “era paleotécnica” (1750 até o final do século XIX): Nessa fase, houve uma mudança significativa. A tecnologia passou a depender do carvão e do ferro. A indústria inorgânica (como mineração) superou a orgânica (como a indústria têxtil). A produção em massa acelerou, mas também se intensificou a exploração dos trabalhadores.

transporto no tempo para uma breve descrição. A relação com a cidade de Paracambi começou quando o meu pai foi transferido, em 1955, para trabalhar na fábrica Cia. Brasil Industrial (CTBI). Ele era o responsável pela administração das propriedades, casas e sítios pertencentes à empresa. Seu falecimento prematuro, em 1960, mudou o destino de nossas vidas. Eu tinha, então, 7 anos e era o mais velho dos 4 irmãos. Assim como os outros membros da família, por questões óbvias, começo a trabalhar aos 14 anos de idade – quase um ritual coletivo quando se completava 14 anos na cidade – pelas dificuldades financeiras advindas com a morte de meu pai. Trabalhar cedo era uma prática comum na comunidade. Éramos contratados como aprendizes e tínhamos que estar estudando. Referenciando conceitos da Teoria da Dádiva hoje interpreto como uma dádiva e considero um elemento importante na fundamentação deste trabalho e na implementação do projeto para a antiga fábrica. Saber reconhecer e valorizar as graças e oportunidades recebidas.

A criação de um relacionamento implica em um processo de Dádiva, ou seja, uma sucessão de atos de dar-receber-retribuir. Por exemplo, um presente (dar) pode ser aceito ou recusado (receber), deixando o receptor em dívida com o doador. Esta existe, pois há necessidade de retribuição, gerando um novo "dar". (PEREIRA; STREHLAU, 2012, p.576)

Esse processo reforça os laços sociais, estabelecendo um vínculo duradouro entre os participantes. Na visão de parte do operariado, a fábrica trazia segurança, estabilidade, moradia, promovia assistência social e era vista, por muitos, como benesses para o controle social.

Mantendo-me no traçado do olhar individual pergunto: o que a fábrica me “deu”? Ela propiciou um futuro melhor, ajudou a traçar o meu destino, chegar aonde cheguei, não só para mim, mas para todos os que tiveram a oportunidade de viver essa relação. Ela me deu o meu primeiro emprego. Fui aprendiz de laboratorista e me interessei pelo ramo químico. As transformações dos anos 1970 levaram a administração da fábrica vender todas as casas da vila operária para os seus moradores. Isso possibilitou que eu comprasse a casa para a minha mãe, já que houve facilidade no financiamento para os trabalhadores interessados em adquirir. Convicto do que queria, fiz o curso Técnico em Química no 2º grau e novas oportunidades surgiram dando sequência aos estudos no curso de Química na universidade.

Formado em 1979, voltei à Cia Têxtil Brasil Industrial para ser o chefe do Laboratório Químico e paralelamente atuava também na atividade do magistério. Os desígnios do destino muitas vezes não podem ser explicados pela ótica da lógica. Fomos surpreendidos: um novo grupo de empresários havia adquirido a fábrica, passei a ser o químico responsável e gerente de produção do setor de beneficiamento de tecidos (alvejamento, tinturaria, estamparia e

acabamento). Essa era mais uma oportunidade que a fábrica estava me oferecendo. Casei-me em 1980 e fui morar em uma das casas destinadas aos gerentes técnicos dentro da área da fábrica, hoje denominada de Bosque. O nome da rua de acesso aos portões da fábrica passou a se chamar Alameda Prof.^a Ida Goulart Ferreira Romeiro, minha esposa falecida recentemente (abril de 2021), pessoa estimada na comunidade como grande profissional do magistério e que também trabalhou como aprendiz de fandeira e, depois, como professora na Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), no espaço fabril agora denominado “Fábrica do Conhecimento”.

Em 1981, a fábrica resolveu lotear as diversas áreas que possuía no bairro. Com um financiamento facilitado aos funcionários, adquiri uma área onde posso hoje a minha residência. Entendo que isso também foi uma doação, pois hoje não teria condições de adquirir tal área. Por influência de amigos resolvi continuar os estudos cursando Engenharia Química. conversei com a direção da fábrica e me foi permitido fazer um horário flexível para que eu pudesse estudar. Foram anos de muito sacrifícios até que não deu mais para seguir a tríplice jornada de trabalho, pois a fábrica passava por dificuldades na produção e eu não poderia ser mais liberado para estudar.

Então optei por sair para terminar o curso e seguir adiante agora como Engenheiro. Passei a depender do magistério junto com minha esposa para a nossa manutenção até terminar o meu curso. Tínhamos passado no concurso de magistério do Estado e isso nos dava uma segurança. Essas mudanças foram significativas na ação do RETRIBUIR proposta por Mauss. Seguindo novos rumos, agora como Engenheiro na maior siderúrgica da América Latina a Cia. Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, trabalhei até me aposentar em 1997. É importante frisar que sempre continuei morando no mesmo bairro da fábrica, pois os vínculos eram muito fortes por parte de nossas relações de amizade e familiares, mesmo trabalhando em Volta Redonda.

Com a minha aposentadoria, passei a me dedicar integralmente ao magistério. Com a paralisação das atividades industriais da Cia. Têxtil Brasil Industrial em 1996, surge um vácuo no município, pois perdíamos a nossa referência econômica e o esfacelamento das nossas relações sociais comunitárias vinham se deteriorando, em função da perda do nosso ponto de referência. Muitos tiveram que se deslocar para outras localidades em busca de emprego. Em 2001, ressurgem as esperanças para a manutenção do patrimônio histórico da cidade que foi, enfim, tombado pelo INEPAC, em 1985. O prédio foi adquirido pela Prefeitura para se transformar em Centro Tecnológico Universitário com cursos Técnicos e Superiores ofertados

por instituições públicas e inteiramente gratuitos. Hoje há mais de 6500 alunos, matriculados em mais de vinte cursos.

Mas qual é a importância desse relato pessoal? Digo: Os desígnios superiores. Recebi “dado” uma nova oportunidade, um novo chamamento da fábrica. Surge uma vaga para lecionar Segurança do Trabalho no curso Tecnológico em Meio Ambiente no Instituto Superior Tecnológico (Instituto Superior de Tecnologia (IST), hoje FAETERJ). Volto para as instalações da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial agora como professor de novas disciplinas, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, abandonando de vez a Química. Foi um bom período de construção, me especializei em Engenharia de Segurança do Trabalho e na área de Meio Ambiente. Assumi a Coordenação do Curso Tecnológico em Meio Ambiente e foram quase 5 anos de convívio nesse ambiente fabril, agora na “Fábrica do Conhecimento”. Quis o destino que eu passasse num concurso da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2007, para lecionar no Colégio Agrícola Nilo Peçanha em Pinheiral. Com a reforma do ensino técnico e a criação dos Institutos Federais, o Centro Federal Tecnológico de Química (CEFETQ-RJ) e o Colégio Agrícola Nilo Peçanha se unem, nascendo assim o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Parte do prédio da fábrica foi cedido ao Instituto Federal do Rio de Janeiro para a instalação de cursos técnicos em Paracambi (2007). Em 2015, surge uma vaga em decorrência do falecimento do professor das disciplinas de Segurança do Trabalho e Engenharia do Meio Ambiente. Foi assim que voltei para as instalações da fábrica, agora no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ - Campus Paracambi), para continuar o meu trabalho no magistério, no bairro onde vivi e cresci, a uma distância de 600 metros da minha casa. Em 2019 me aposentei pela segunda vez, mas agora, como professor no serviço público federal.

Atingi o Nirvana! Ledo engano. Resolvi intuitivamente sem saber do terceiro significado da Dádiva proposto por Mauss (Retribuir). Pelo estado de deterioração das instalações do prédio, pelo abandono da administração pública na manutenção, pelas transformações ocorridas na comunidade da vila operária e suas relações sociais, apresentamos proposta à Direção do IFRJ Campus Paracambi para a criação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi, com objetivo de trabalhar na manutenção da história da fábrica e salvaguardar a história “que o povo conta”, como forma de manter acesa uma chama que foi importante para a criação do município e a formação da sua cultura social.

A Teoria da Dádiva contribuiu para o despertar em mim de uma nova visão para aquele prédio imponente e majestoso dentro de uma área de um verde exuberante que transformou e continua transformado muitas vidas durante esses mais de 150 anos de existência. De acordo com Martins (2005).

Para Mauss tudo é relevante no surgimento de uma obrigação moral coletiva envolvendo o conjunto de membros da sociedade, obrigação que pressupõe aspectos tão diversos como a troca de mercadorias, de um lado, ou um mero sorriso, de outro. Ao ressaltar a complexidade das motivações e modalidades de interações que envolvem – por diversos caminhos – os indivíduos e os grupos. (MARTINS 2005, p.45).

Esse é o sentimento de troca e agradecimento que permeia grande parte dessa coletividade de operários, em manter viva a história da fábrica. Como partícipe dessa história sinto-me na obrigação moral de reconhecer a importância da Cia. Têxtil Brasil Industrial na minha trajetória de vida pessoal e profissional e a sua importância como um bem a ser preservado.

Não existem pressões dos “poderes dominantes”, para a criação desse núcleo. Trata-se de um movimento da comunidade e de ex-operários, vindo de uma lacuna aberta por um apagamento (não proposital), em decorrência da dinâmica social da atualidade, não havendo as interposições do poder político local.

No meu discurso argumentativo, reconheço como componente dessa memória-história que me foi dado (DAR), oportunidade de trabalhar, de ter moradia, de estudar, escolher uma profissão, ter uma família, ter amigos, todos com uma ligação com a fábrica, antes e depois da transformação em Fábrica do Conhecimento. Sempre recebi (RECEBER) essas mudanças e desafios com naturalidade como uma obra divina, na construção de uma carreira e, hoje, tenho plena consciência de que preciso agradecer muito por todos os que me ajudaram nessa construção e a Cia. Têxtil Brasil Industrial (CTBI) foi uma delas. Descubro agora que com a minha ação no magistério público durante esses mais de 40 anos foi uma forma de retribuir com ensinamentos, orientações e ser exemplo para esses jovens estudantes nas ações que poderão impactar em toda a sua jornada profissional. Foi um emprego lá nos idos de 1968, dado pela CTBI, que me abriu os horizontes.

O nascimento, vida e morte da Companhia Têxtil Brasil Industrial marcou diversas gerações de moradores da cidade de Paracambi. Pessoas para quem a memória social do trabalho encontra na fábrica um lugar de encarnação. É como patrimônio histórico da cidade de Paracambi e lugar de memória consagrado por seus moradores que o prédio da antiga fábrica ganha uma natureza que vai para além da materialidade mineral de seus imponentes tijolos de argila e pedra. A fábrica ganha ares de discurso, tempo feito texto, escrita do tempo que conta uma história, revela uma origem e eterniza uma memória. Em função dessa vivência, foquei

esse estudo no espaço fabril, observando os impactos da ação de pesquisa em relação à preservação e a conservação patrimonial.

O trabalho ora apresentado analisa a importância e a trajetória e, ainda, a necessidade de um projeto para a criação do Centro de Memória para manter viva a história da fábrica. Está subdividido em três capítulos. No primeiro será apresentado uma revisão bibliográfica de alguns pensadores (Nora, Halbwachs, Huyssen), sob os aspectos conceituais sobre memória como referencial teórico e fundamentação para a salvaguarda de preservação e proteção de bens patrimoniais e a importância da história oral nesse processo.

No segundo capítulo abordaremos aspectos sobre o surgimento da cidade de Paracambi e da fábrica de tecidos amparado em estudos já desenvolvidos sobre o tema, por meio de pesquisas em arquivos públicos, bibliotecas, jornais, museus e em sites, com apporte de documentos históricos, tais como a legislação e relatórios da época. Também o recebimento de doações tais como arquivos pessoais, fotos e materiais de interessados na preservação da história da fábrica.

No terceiro abordaremos questões relativas à conceituação preservação e conservação e de patrimônio industrial utilizando as cartas patrimoniais, legislações sobre patrimônio cultural. Trataremos a especificidade de como ocorreu o processo de tombamento da fábrica CTBI pelo INEPAC e as questões das relações da política local x administração, apresentaremos, ainda, através de registro fotográfico as condições de precariedade na conservação do bem patrimoniado, assim como uma revisão dos aspectos legais no âmbito da legislação estadual relacionados à preservação patrimonial.

E, finalizando, apresentaremos as ações tomadas pelo Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi tais como: ações junto aos órgãos públicos que lidam com a questão de preservação de patrimônios históricos, a participação em eventos acadêmicos e congressos, assim como o envolvimento da sociedade local na difusão de uma educação patrimonial efetiva. Ações essas tomadas até o presente para consolidar subsídios para a criação e a implantação do Centro de Memória. Com esses dados pretendemos deixar registrado a importância da Cia. Têxtil Brasil Industrial, no contexto de criação do município e na história sobretudo no processo de industrialização, além de despertar o interesse pela história local e lutarmos pela sua preservação e conservação, já que é um monumento arquitetônico, educacional e ambiental e apresenta um grande potencial socioeconômico para a região. Com isso, busca-se descrever o envolvimento da comunidade, da prefeitura e das instituições de ensino ocupantes dos espaços, e sua percepção da necessidade e da importância dessa criação

de um Centro de Memória da Indústria Têxtil. Mostramos, assim, a relevância de criar uma instituição para manter viva a história e valorizar a antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial.

Esse trabalho é uma retribuição voluntária à comunidade que me acolheu, aos amigos que conquistei, aos companheiros da jornada fabril. É o compromisso em “registrar” a história da CTBI, no seu contexto de refuncionalização em Fábrica do Conhecimento e Parque Municipal, para, assim, trabalharmos para preservar e conservar o patrimônio e dificultar o apagamento da memória dos seus áureos tempos.

CAPÍTULO I

A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA OPERÁRIA

Pretendemos consolidar nesse capítulo uma base de fundamentação teórica para alicerçar a nossa vivência, como um caminho para tentar salvar ainda reminiscências de uma história entre os antigos operários. Poderíamos dizer que isso é uma forma de reconhecimento a todos que tiveram suas vidas moldadas pela fábrica. A proposta de criação de um centro de memória como um dos mecanismos de salvaguardar essa história, passa por buscar um passado que não volta mais, mas que “fala” muito do que nós fomos e, sem dúvida, nos ajudou e, ainda, ajuda a construir a nossa identidade. E é nessa busca, que junto com um grupo de interessados, busca-se manter viva a história documentada e a não documentada oficialmente, através da proposta de criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil, em Paracambi.

1. Lugares de memória e o cotidiano operário

Partindo do pressuposto de que o que faz a região não é o simples espaço físico, mas sim, o tempo e a história, a fábrica Cia Têxtil Brasil Industrial pode ser compreendida como um lugar de memória. A memória que se atualiza e que se exprime através destes lugares. Mais do que expressar fisicamente um tempo que já se passou, a fábrica é um *lócus* privilegiado de relações afetivas e simbólicas. Síntese de afetos e de experiências que falam de um tempo em que a vida e a dinâmica da cidade se confundiam com o funcionamento da fábrica. A finalização de suas atividades, em 1996, marcou profundamente a cidade de Paracambi.

A busca por essa inspiração pode ser alimentada pelas palavras de Nora. De acordo com o estudioso “(...) o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p.12). Podemos dialogar com Pierre Nora, que denomina tais lugares como “lugares de memória”³. Podemos falar, no caso dessa pesquisa, de um patrimônio arquitetônico cujo estilo, nos acompanhou por toda a nossa vida, assim como as

³ Para Nora “(...) a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação” (NORA, 1993, p.1).

paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, ainda as tradições culinárias. A Cia Têxtil Brasil Industrial é, portanto, um desses lugares de memória e que fala quem somos.

Fica ainda mais intenso quando partimos de lugares que “falam” muito do que nós fomos, e que estão diretamente relacionados à nossa identidade. Esses lugares de memória, na consciência histórica, as conexões passado/presente/futuro apresentam-se de vários modos e podem ser compreendidos como espaços de vivências afetivas e simbólicas e dialogam o tempo todo com a História (SILVA & NETO, p.177).

Paracambi é um lugar que desperta orgulho, alegria e nostalgia nos habitantes e nas pessoas que por aqui passaram. Convém destacar que esse sentimento é referenciado por diversos jornais da época da instalação da fábrica e, ainda, é mantido na atualidade por quem aqui passa. A importância da fábrica Brasil Industrial na economia nacional durante a década de 1880 – assinalada por vários estudos sobre o tema – é vista como muito significativa. Sua relevância pode, inclusive, ser exemplificada pelas visitas da família imperial ao município e em duas oportunidades exclusivamente à fábrica. Conforme Keller descreve:

Segundo os diretores da Companhia, a 1^a visita se deu em Julho de 1879, “havia toda a Família Imperial honrando a fábrica com a sua visita, tendo o S.M. o Imperador examinado detidamente todas as secções e o trabalho da fábrica pelo que mostrou-se satisfeito”; a 2^a visita foi na reinauguração da fábrica em 3 de novembro de 1885 (após o incêndio de 21 de dezembro de 1883) quando “S.M. o Imperador e S.S.A.A. Imperiais dignaram-se honrar, com suas presenças, a festa industrial de reinauguração da fábrica; tendo S.M. o Imperador pronunciado palavras benévolas e animadoras no cometimento, que serviram de estímulo para o desenvolvimento da indústria (KELLER, 2019, p.43).

Nesse sentido, falar de memória da CTBI, é revisitar esse apanhado de informações que nos interessa aqui, pensando particularmente nos aspectos históricos, sociais e culturais presentes nos processos de implantação e de desenvolvimento desta “primeira grande fábrica de tecidos do Brasil” (SUZIGAN, 1986, p.46). É relatar o auge do sistema social e fabril (1870/1960), na antiga localidade denominada povoado de Macacos, até seu declínio com a crise provocada pelo processo de globalização e da competição comercial imposta que levaram ao fechamento de inúmeras indústrias têxteis no Brasil, e é também pontuar a sua reconversão

em Fábrica do Conhecimento. A administração dos “Othons”⁴, a partir de 1955, implementou uma série de mudanças no processo produtivo e a desestruturação do sistema assistencialista numa fase de declínio do complexo Fábrica com Vila Operária. Declínio de um modelo de industrialização e um tipo de relações entre o operariado e o patronato fabril. A Cia. Têxtil Brasil Industrial encerra definitivamente suas atividades em 1996. Essa crise desenhada há tempos, levou a uma mudança no cenário das antigas fábricas com vila operária, Diante do exposto, como destaca Keller,

(...) chamamos de declínio o processo de desagregação dos elementos que compunham o antigo complexo fábrica e vila operária: a rede de serviços coletivos é desmontada gradativamente (escola, clube, armazém, posto de saúde), alguns serviços são desativados e outros transferidos para o poder público (estadual ou municipal) e as casas da fábrica são vendidas aos operários na década de 1970 (KELLER, 2019, p.12).

As fábricas com vila operária surgiram como solução para o problema habitacional da classe trabalhadora e como forma de imobilização dos trabalhadores, pois, elas são também perfeitamente funcionais e lucrativas para o patronato industrial. Contudo, elas também formam uma constelação de traços culturais presentes na experiência de vida dos trabalhadores fabris (KELLER, 2019, p.180) e é essa experiência de vida a razão dos esforços na preservação da história da indústria têxtil nacional e da própria cidade de Paracambi. É nesse processo dinâmico, alimentado por esses grupos, que se busca manter vivo os aspectos relevantes para a cultura local. Destacamos as observações de Nora ao dissertar sobre o conceito de Memória-História e sua importância para as sociedades.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a

⁴ Criado pelo pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello (1880-1849), o grupo Othon espalhou-se por diversas regiões do país, iniciando pela aplicação do capital no setor têxtil, que, entre as primeiras décadas do século XX e os anos 1940, foi o mais próspero setor industrial brasileiro; em paralelo ao setor têxtil, o grupo ampliou seu capital para outros setores. Veremos que o desenvolvimento da industrialização e da modernização do grupo se fez sobre a base de valores e costumes arcaicos das oligarquias nacionais tradicionais. O grupo possuía quatro indústrias têxteis no Estado de Pernambuco e, entre as décadas de 1930 e 1940, conseguiu fazer fortuna e ser um dos mais influentes empresários brasileiros, uma vez que seu grupo se expandiu para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Alagoas, dinamizando os setores de produção, pois além do setor têxtil, enveredou também pelos setores hoteleiro (Rede Othon de Hotéis), de usina de cana-de-açúcar e usina hidroelétrica. É importante salientar que o fundador do grupo Othon foi um intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira, porque - além de ter tido acesso à formação intelectual, formando-se na Europa e obtendo contatos com grandes centros de comércio e indústrias no exterior e, ainda, estreitando relações com intelectuais do seu tempo (Gilberto Freyre, por exemplo) – foi também Conselheiro Municipal, Deputado Estadual por Pernambuco e secretário da Associação Comercial de Pernambuco, onde participou da Missão Comercial em favor do comércio pernambucano, dentre outras atuações políticas (FARIAS, 2016, p.45)

todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

É nessa dialética que se pretende trabalhar, pois com o encerramento definitivo das atividades da fábrica têxtil, em 1996, a cidade de Paracambi foi marcada profundamente pela mobilização de diversos grupos, representados principalmente pelos antigos trabalhadores, que buscavam manter vivas essas memórias. Há, nesse contexto, relatos de tristeza, decepção e angústia, tamanha era a importância material e simbólica da fábrica para esta região, mas também relatos de orgulho e saudades, por ter trabalhado nela.

Apesar do reconhecimento pelo seu grande valor histórico, arquitetônico e cultural, vinculado ao conjunto fabril desta primeira grande fábrica de tecidos brasileira e a maior do império do Brasil, na década de 1880, seu tombamento pelo INEPAC, realizado em 1985, permanece provisório até os dias atuais. É importante destacar também que as ações do poder público não existem quando se fala em preservação, e, com isso, essa memória vem também se apagando lentamente e perde-se, dessa forma, a identidade do lugar onde vivemos. Nesse sentido, podemos nos reportar as palavras de Nora, que evidencia a tensão entre memória e História.

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história (NORA, 1993, p.14).

A partir do ano 2002, a Prefeitura adquiriu o espaço conforme estabelecido na Lei municipal nº 646 de 21 de fevereiro de 2002, para a instalação do Centro Tecnológico Universitário, hoje conhecida como “Fábrica do Conhecimento”, possuindo vínculos na atualidade com diversas instituições públicas e, atendendo, hoje, em média, mais de 6500 alunos com cursos públicos e gratuitos, mantidos pelas três esferas de poder. O conjunto arquitetônico da antiga fábrica de produção de tecidos dá lugar à produção de conhecimento, a memória do trabalho dá lugar ao trabalho da memória, fazendo com que mais uma vez a cidade tenha os “os olhos voltados para a antiga fábrica”.

Julgo oportuno destacar aqui uma citação de Martins (2005, p.45). Para a pesquisadora “(...) uma das contribuições centrais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social”. É pautado nessa premissa do valor das coisas, do valor da relação e do simbolismo, que trabalhamos no reconhecimento, na defesa e preservação da história da fábrica, junto com

outros interessados. Halbwachs (1986), desenvolve uma análise interessante sobre memória coletiva e individual, e, em um de seus textos, ele destaca.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1986, p.26).

Quando recordamos eventos passados, acionamos nossa memória. A princípio, podemos sentir que as lembranças pertencem exclusivamente a nós, originadas de nossas experiências pessoais e destinadas a desaparecer conosco. Contudo, é importante notar que grande parte das lembranças de um indivíduo está ligada à momentos compartilhados com outros, seja no seio familiar, no ambiente de trabalho, na escola, ou mesmo em escalas mais amplas, como em comunidades locais ou até mesmo em âmbitos nacionais.

Dessa maneira, em consonância com a teoria de Halbwachs, podemos compreender que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Mesmo os momentos vivenciados individualmente estão enraizados em interações sociais e em elementos ambientais, que também são compartilhados por outros. Assim, mesmo quando uma lembrança individual parece não envolver diretamente outras pessoas, ela se insere em um contexto compartilhado, arquivada nos recursos mentais, que são moldados socialmente, e, muitas vezes, expressos através da linguagem, sendo, portanto, uma construção coletiva.

Entendida a memória individual, o próximo passo é delinear o conceito de memória coletiva. Quando uma lembrança, seja vivida por um indivíduo ou transmitida a ele, está relacionada a uma comunidade ou grupo, ela se torna um patrimônio dessa coletividade. As informações mais relevantes dessas lembranças são compartilhadas e constituem a história oral de um lugar ou grupo específico.

Geralmente, essa memória coletiva tende a idealizar o passado, centrando-se em eventos considerados de máxima relevância, enquanto o restante é sujeito ao esquecimento ou a um processo contínuo de atualização no âmbito do qual a memória é compreendida como uma capacidade psíquica seletiva. Portanto, podemos considerar que o esquecimento também desempenha um papel na construção da memória coletiva de uma comunidade.

Traduzindo essa relação descrita por Halbwachs, me coloco aqui no papel de narrador, me transportando no tempo, para uma breve descrição dessa história, e preservar essa memória toma um caráter pessoal que não deve interferir na condução das visões particulares dos outros atores no relato de sua vivência no trabalho fabril e as suas relações sociais na vila operária. É

aí que reside o valor da relação. Reforçando o descrito na introdução desse trabalho, podemos dizer, citando Junior (2015), que

(...) a memória é um dos mais importantes processos psicológicos, pois além de ser responsável pela nossa identidade pessoal e por guiar em maior ou menor grau nosso dia a dia, está relacionada a outras funções corticais igualmente importantes, tais como a função executiva e o aprendizado (JUNIOR-FARIA, 2015, pp.780-781).

Poderíamos dizer que a questão da memória tem seu aspecto neurofisiológico, mas também esta se constitui como um fenômeno social tanto quanto uma expressão individual como coletiva. Ela pode exercer importantes papéis na política, na cultura e na construção de espaços urbanos. É nesse despertar que aflora o sentimento de valorização e pertencimento. Buscamos, com esse estudo, despertar junto à comunidade paracambiere e autoridades públicas o interesse por este lugar de memória e realçar, ainda, a importância desse sítio histórico-cultural. Ainda, segundo a análise de Miranda (2019), há questões advindas da compreensão de “memória” interessantes, como a que é abaixo descrita.

Acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, ou seja, que a memória era regida exclusivamente por leis biológicas. Trabalhos trouxeram ao estudo da memória, o fator social, mostrando a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo (MIRANDA, 2019. p.1).

Nós, seres humanos através de nossas interações sociais, vivenciamos a nossa memória individual, que se apoia em diversos pontos que tomamos como referência. Elenco, a seguir, os elementos marcantes da fábrica, na minha vida: os sons dos teares que quebravam o silêncio da cidade ou do apito da fábrica chamando os operários para mais um turno de trabalho; as paisagens da mata que circunda a fábrica; o barulho das águas dos rios que abasteciam a fábrica ou mesmo o prédio; os sentimentos compartilhados nos encontros no clube ou nas atividades esportivas, religiosas ou festivas.

Assim, mesmo que uma lembrança individual não envolva diretamente nenhuma outra pessoa, ela necessariamente se insere no mesmo espaço que é o das lembranças de várias outras pessoas, “arquivadas” pelos seus recursos mentais que se constituíram, também, de maneira social e pode se materializar através da linguagem, que é, novamente, uma construção social. A partir da compreensão da memória individual, o próximo passo é estabelecer o que é a memória coletiva, a que ela se refere. Quando há uma lembrança que foi vivida por uma pessoa – ou repassada para ela – e que diz respeito a uma comunidade, ou grupo, essa lembrança vai se tornando um patrimônio daquela comunidade. As informações mais relevantes dessas lembranças vão sendo

repassadas de pessoa a pessoa e vão constituindo a história oral de um determinado lugar, ou grupo. Essa memória coletiva, geralmente tenderá a idealizar o passado e, na maioria das vezes, estará vinculada a um acontecimento pontual, que será considerado o de máxima relevância. (MIRANDA, 2019, p.1).

Esses eventos podem ser levados ao esquecimento ou a um constante processo de ressignificação. Logo, esse processo de esquecimento também faz parte da construção da “memória coletiva” de uma comunidade. Maia (2015), citando esta faculdade humana, afirma que esta pode ser entendida como a capacidade de conservar certas informações, e que possui consequências que extrapolam muito os seus próprios conceitos. E, ainda, destaca que a questão da rememoração produtiva vem como uma compensação do sentimento de perda, com o sentimento de que eu quero evitar o passado de passar, eu quero evitar a passagem do tempo, eu quero evitar a perda desse momento, desse conteúdo.

As discussões sobre a ótica da memória são complexas e nos induzem a diversas considerações para consolidar o trabalho da história oral, relacionada ao conjunto de memórias produzidas por aqueles que fizeram parte do contexto da fábrica como documento para o registro de uma história não oficial.

Nesse contexto, poderíamos propor duas indagações: Qual a importância desses elementos de memória para a comunidade paracambiere? O nosso sentido de preservação de salvaguardar a memória de um tempo que não será reeditado são os mesmos da coletividade? Irving (2021) relata, em sua apresentação na aula inaugural do curso de pós-graduação do CEFET-RJ, que:

A questão da crise civilizatória e o lugar do homem. Qual o sentido de mundo para cada um de nós. O debate sobre patrimônio tem como pano de fundo resgatar e salvaguardar alguns elementos da memória de uma sociedade que está em risco (SIGNIFICADO, 2021).

Essa é uma questão que permeia a discussão sobre o que manter ou apagar nessa história? Observamos nas discussões sobre memória a questão da maneira como se apropriar desse saber e, então, questionamos: A quem ela vai servir? O porquê da sua manutenção? O mundo está num dinamismo desenfreado, sendo invadido pelas novas mídias e pela inteligência artificial. O que hoje é importante, amanhã pode perder o significado. Seremos apenas guardiões de um passado? Segundo Huyssen (2000)

Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total. Trata-se, então, da fantasia de um arquivista maluco? Ou há, talvez, algo mais para ser discutido neste desejo de puxar

todos esses vários passados para o presente? Algo que seja, de fato, específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentado do mesmo modo nas épocas passadas (HUYSEN, 2000, p.15).

É importante destacar a importância da história nessa tentativa de concretização do Centro de Memória da Indústria Têxtil, na tentativa de manter ainda o brilho da CTBI na história da fundação da cidade de Paracambi, que traz em seu conteúdo uma participação viva nos relatos do cotidiano operário e social, e, que até o presente continua “transformando vidas”.

Não nos furtamos em saber as diversas facetas interpretativas dadas na manutenção desses registros, bem como as controvérsias existentes entre os historiadores na aceitação da memória oral, mas acreditamos que a memória oral deve ser valorizada, na perspectiva de registrar uma relação não palpável que existiu e, ainda, tem suas reminiscências, em parte, nas famílias que tiveram a oportunidade de viver o cotidiano desse contexto fabril. A análise de Bosi (2003) sobre o estudo com fontes orais alerta sobre isso, destacando-o como um instrumento precioso, na construção de relatos do cotidiano.

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do quotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do quotidiano, como se este fosse o avesso oculto da história política hegemônica. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (BOSI, 2003, p.15).

Destacamos, portanto, que a memória oral é uma ferramenta preciosa para a construção da crônica do cotidiano, mas devemos estar atentos para evitar distorções que a transformem em uma narrativa ideológica, contraposta à história política hegemônica. Como aponta Bosi “(...) não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção ‘é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais’” (BOSI, 2003, p.20). É nessa perspectiva, que além dos documentos historiográficos existentes espalhados pelos arquivos públicos, e, em mãos de ex-funcionários, consideramos os registros de história oral. Estes se tornam importante tanto na manutenção dessas crônicas, conforme relatado por Bosi, pois representam a alma viva de um prédio estático, bem como são capazes de tornar público os relatos da construção de uma narrativa de como era as relações da fábrica com seus funcionários, os processos e a vida extramuros,

Em sua dissertação de mestrado *O cotidiano e o complexo: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ (1996)*⁵, Paulo Fernandes Keller, paracambirense, filho de ex-operários, que tem suas raízes no bairro denominado Cascata, local onde estava localizada outra grande indústria têxtil, a Fábrica de Tecidos Maria Cândida, coloca em evidência aspectos interessantes do cotidiano da fábrica. Ele relata, com muita propriedade, em sua pesquisa bibliográfica e documental, muito marcada por entrevistas com antigos funcionários e personalidades da cidade, como era o cotidiano da vida operária têxtil. Questões relativas à atividades laborais e sociais de ambas as fábricas, são descritas, registrando momentos de uma história não oficial, mas de convivência de um tempo que não se pode mais se reviver. Cabe apenas deixar registrado para que as futuras gerações entendam a dinâmica social e as relações de trabalho existentes na época, como as questões de poder, e, ainda, aspectos da convivência dos antigos operários, no contexto da vila operária e a fábrica. Para exemplificar esse cotidiano, apresentamos um pouco desses trechos, registrados por Keller (2019).

(...) a pessoa fazia aniversário, convidava para o aniversário, tinha lá um arrasta pezinho. Tinha um café com uns biscoitinhos, uns bolos, lá e dançava. Tinha sempre uma orquestrazinha que chamava retional: cavaquinho, violão, pandeiro, aquela coisa toda. Dançava-se à vontade. Às vezes aquelas casas faziam aniversário, juntavam dois, três para cantar banda de música. Era colega ia tocar para a gente dançar. Tinha casamento. Os casamentos todos tinham baile. Tinha muito casamento. Tinha muita distração para a gente (KELLER, 2019, p.132).

Existia um certo rigor e controle da disciplina nas ambientes dos espaços administrados pela Cia. Têxtil Brasil Industrial. Não eram toleradas brigas entre os vizinhos, os adultos eram advertidos pelas possíveis rusgas entre os operários até as existentes entre as crianças, e, ainda havia vigilância noturna, na área da vila operária. Havia, ainda, uma rede de proteção bastante peculiar, com a oferta de serviços de farmácia, armazém, armarinho, leiteria, posto médico, creche, Clube Social (Cassino) e Clube Esportivo (BIEC - Brasil Industrial Esporte Clube) e escola para as crianças e ensino de jovens e adultos. Numa das entrevistas, realizadas por Keller (2019), as questões raciais se fazem presentes num primeiro momento administrativo da

⁵ Há um rico material de entrevistas feito pelo pesquisador Keller em sua dissertação. Esse material de entrevistas, foi doado para o Núcleo de Estudo do Centro de Memória, sendo o mesmo constituído, por um livro de transcrição de entrevista com 10 entrevistas gravadas, num total de 10 horas e 30 minutos do ano de 1995. Convém destacar que alguns desses depoimentos já foram publicados (KELLER, 1995, 2019). Esse material, juntamente com outros documentos e novos depoimentos coletados futuramente irão compor o acervo do Centro de Memória para pesquisa e trabalhos acadêmicos.

empresa. Elas existiam e faziam parte de um contexto generalizado da época. No depoimento abaixo, observam-se as transformações ocorridas no tempo, relativas às questões raciais.

A diretoria da companhia exercia controle sobre o clube social, assim como em toda a sua Vila Operária. Num depoimento, uma operária revelou que, no tempo do Dr. Junqueira, havia preconceito de cor no acesso ao clube. Segundo ela: “... naquela época o carnaval do Cassino era muito organizado, um ambiente bom. Só entrava gente... No Cassino não entrava a gente de cor. Então tinha o clube Bico do Urubu para as pessoas de cor e mais pobres. Hoje não, entra qualquer um, é só pagar o ingresso (...). É, mas havia muito regulamento, não era um carnaval solto. No clube até na entrada se tivesse com roupa indecente não ia. O dono da fábrica mandava na cidade inteira. Não só nos operários não. Todo mundo. Os comerciantes... Todos. (KELLER, 2019, p.133).

As convicções nessa jornada de manutenção viva da história da fábrica desde o seu nascimento, da criação do município de Paracambi e a transformação na Fábrica do Conhecimento se fortalecem com a citação de Bosi.

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo (BOSI, 2003, p.16).

Como partícipe dessa história, ora como narrador, ora como pesquisador, o dilema fica bastante exposto. O presente trabalho é também o relato da constituição do Centro de Memória da Indústria Têxtil. No papel do narrador de uma experiência, cujo envolvimento se faz presente, é crucial transmitir a experiência e as memórias de pessoas ou da comunidade, envolvidos nessa empreitada. É de suma importância, que como narrador, eu não venha interferir de forma a deixar distorcer ou alterar a essência da história com visões particulares. Thompson (1988) deixa bem claro essa questão.

Ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade de método que, para ele, produz os melhores resultados e harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar o informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que,

ou são inúteis, ou positivamente enganosas. Mas a maioria das pessoas consegue aprender a entrevistar bem. (THOMPSOM, 1988, p.254).

Apesar de não ser objeto do presente trabalho temos consciência da importância de observar algumas diretrizes para que possamos ser um bom narrador ao descrever uma história. Sintetizando o descrito por ele, destacamos, inicialmente, como relevante na metodologia da história oral, a objetividade. É fundamental evitarmos a adição de opiniões pessoais ou julgamentos à narrativa, relatando, assim, de forma mais fidedigna, os fatos e as experiências, conforme foram compartilhados pelo entrevistado, e, só, então, posteriormente, desenvolvendo análises.

Outro procedimento metodológico importante é minimizar as intervenções, durante a gravação ou transcrição da história, o que significa não interromper o entrevistado, a menos que seja absolutamente necessário para esclarecer informações ou manter o foco, buscando-se também preservar, assim, o posicionamento do entrevistado, permitindo que ele conte sua história da maneira que desejar. Embora o narrador deva evitar interferir, ele pode fornecer um contexto útil quando necessário, introduzir o cenário histórico ou explicar termos específicos relevantes à narrativa. A memória histórica⁶ é fundamental para compreender o presente e planejar o futuro. A preservação dos registros do passado é uma maneira de manter viva a história e a cultura de um povo. Sem esses registros, perderíamos informações valiosas e correríamos o risco de distorcer a história.

As imagens desempenham um papel crucial nesse processo. Oliveira (2008) chama a atenção para a importância do registro como um instrumento, mas há que se chamar à atenção também, para o fato de que não devemos cair na tentação de acreditar que a imagem pode substituir satisfatoriamente o artefato representativo da nossa memória.

Um dos instrumentos importantes para a preservação da memória é o seu registro iconográfico, quer pelos métodos milenares, quer pelos processos e instrumentos mais recentes que a ciência e a técnica do nosso tempo nos trouxeram. Nesse caso, desaparecido o objeto que testemunha o nosso passado, a sua imagem pode substituir, embora parcialmente, a necessidade imanente à natureza humana de manter contato com o que se foi. Daí uma das várias utilidades das representações cadastrais como forma de preservação da memória (OLIVEIRA, 2008, p.13).

⁶ Memória histórica é o conjunto de registros e informações que foram deixados pelo passado e que são importantes para entendermos a nossa história e evolução como sociedade. Os principais registros da memória histórica são documentos, fotografias, objetos, monumentos, relatos orais, entre outros. (Disponível em: <https://rabiscodahistoria.com/memoria-historica-a-importancia-da-preservacao-dos-registros-do-passado/>. Acesso em 29 mai, 2024)

Podemos destacar alguns pontos importantes desses registros, pois ele pode representar uma janela para o passado, já que as imagens capturam momentos significativos da história, e permitindo-nos visualizar o passado, estas nos ajudam a entender nossas raízes culturais, tradições e instituições. Trata-se também de uma documentação visual, pois as fotografias e outras imagens documentais são valiosas para preservar a memória histórica já que elas mostram eventos reais e oferecem uma visão autêntica do passado. As imagens permitem que as gerações futuras conheçam e aprendam com a história e são uma forma poderosa de transmitir conhecimento cultural e social. Imagens espelham e colocam em evidência aspectos da arquitetura e das construções históricas antigas, que também são parte da memória histórica, e, por isso, estas também nos ajudam a entender como as pessoas viviam em diferentes épocas. Resumindo, as imagens são testemunhas silenciosas do passado, preservando nossa herança cultural e permitindo que as histórias sejam contadas às gerações futuras.

O registro fotográfico presente neste trabalho, também é importante na construção dessa narrativa de registro de uma história, pois as imagens transcendem a mera representação visual, assumindo um papel singular no universo das emoções humanas. Elas se configuram como poderosas ferramentas que atraem o olhar, despertam os sentidos e instigam o pensamento, convidando-nos a uma jornada de descobertas e reflexões. Neiva (1993) descreve, de forma interessante, a imagem e seu papel.

A imagem é essencialmente presença, e sendo possibilidade pura, nada lhe é impossível, mesmo quando o objeto supostamente representado não tem como ser materialmente construído. A imagem não é determinada exclusivamente pela possibilidade do presente. As imagens são também históricas. A ontologia da imagem deve conciliar as dimensões temporais do presente e sua passagem para o passado, bem como aquilo que nos vem do passado para o presente (NEIVA, 1993, p.12).

Apesar do presente trabalho não ser um estudo icnográfico, o uso das imagens vem corroborar para o papel desse acervo, alertando, inclusive, para a necessidade e importância da criação do Centro de Memória Têxtil, para preservá-las, como documentos essenciais para a percepção desse lugar de memória. Essas imagens e suas representações emergem como um campo histórico fundamental para a compreensão do passado e do presente, pois estas carregam aspectos da identidade de Paracambi. Através da análise crítica e sistemática de imagens, podemos extrair valiosas informações sobre essas diferentes épocas, culturas e sociedades. As figuras 1 e 2 são duas das diversas fotos, tiradas em 1950. Elas retratam parte da chefia das

diversas seções da fábrica, os mestres e os contramestres, com os funcionários da área administrativa da fábrica e os operários do setor de tecelagem.

Figura 1 e Figura 2 – Trabalhadores Mestres, Contramestres e Operários da Tecelagem



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1950).
Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2696382723706672&set=g.310237275730203>.
Acesso em: 10 jun. 2022.

A seguir, destacamos a afirmação de Nora (1993), já que acreditamos que esta aponta para a importância dessa salvaguarda dos valores históricos da antiga fábrica de tecidos, de um tempo vivido por uma coletividade remanescente, que ainda quer manter viva essas lembranças. Isso fortalece a necessidade de se criar um Centro de Memória do trabalho da indústria têxtil em Paracambi, para que possamos, a partir dele também como lugar de memória, recuperar os elementos que interagiram com a história ali vivenciada, tanto no aspecto local de uma relação social comunitária, como nos aspectos históricos de desenvolvimento nacional e sua culminância na criação do município de Paracambi.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários,

organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p.13).

Ressaltamos que mais do que a simples apropriação de elementos e de símbolos da memória fabril e operária, por parte do poder público municipal e de outras instituições, é necessária a promoção de ações educativas – educação patrimonial com foco no patrimônio industrial – que possam conduzir a uma apropriação reflexiva da memória social da indústria e do trabalho, também por parte da própria comunidade local de origem operária fabril industrial (KELLER, 2019, p.188).

Na série de figuras abaixo, vemos as demonstrações dessas relações sociais como a religiosidade predominante na época, representadas no cotidiano operário, em função aos festejos da padroeira da fábrica. O apoio da administração da fábrica na construção da capela, é relatado, em parte no 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial, e, ainda, nas publicações de jornais da época. Essa história tem início, no final do século XIX, quando foi construída a capela, numa iniciativa da diretoria e dos operários, conforme descreve o 48º Relatório. Podemos afirmar, ainda, que essa história se perpetua até os dias atuais, pois se reivindica, hoje, o retorno dela para a comunidade.

Tendo o Gerente da fábrica, empregados e operários promovido uma subscrição entre si e procurado donativos para construção de uma pequena capella, a Directoria concedeu a área do terreno necessária, para tão justo fim; no dia 1º de novembro foi lançada a pedra fundamental inaugurada a 6 de Maio de 1880, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1921, p.7).

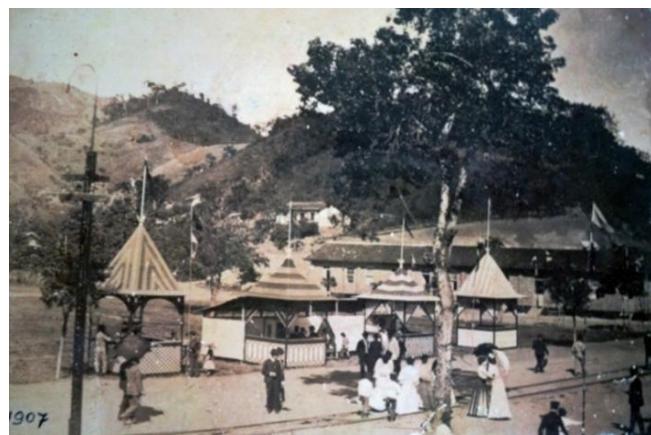
Nas figuras 3 e 4 temos uma panorâmica que mostra onde era realizava parte da festa, especialmente, a capela o espaço no qual eram instaladas as barracas para a venda de comidas e lembranças.

Figura 3 – Festa na Capela Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1907).
Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4018845988130670&set=g.310237275730203>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Figura 4 – Festa na Praça. Atual Praça Presidente Castelo Branco



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1907).
Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4018848771463725&set=g.310237275730203>. Acesso em: 10 jun. 2022.

A figura 5 mostra a procissão de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da fábrica, na área que hoje denominamos bosque. É interessante observar que nela aparecem os trilhos por onde escoava a produção por um trole, puxado por dois burros, que transportavam produtos e matérias até a estação ferroviária de Paracambi e transportavam também os gerentes no seu deslocamento até a estação. A participação da comunidade era intensa, e, até mesmo a direção da fábrica se unia nas festividades.

Figura 5 – Procissão, caminho que leva a fábrica, com detalhes dos trilhos do trole



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1910).

Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2696384497039828&set=g.310237275730203>.

Acesso em: 10 jun. 2022.

Aos 21 de dezembro de 1883, às 5 horas da tarde, a fábrica foi atingida por um raio, queimando todo o algodão em processo e consequentemente todo o prédio foi tomado pelo incêndio, causando um enorme prejuízo, tendo sido, com isso, interrompido todo o processo de produção. Em relação a esse episódio, Keller descreve:

Os antigos operários contam que neste ano a companhia não realizou a festa para a sua padroeira Nossa Senhora da Conceição, como de costume. Para muitos esta seria a causa do incidente. Verdade ou não, nos anos seguintes a companhia promoveu anualmente a festa da padroeira, da fábrica e dos operários, no dia 8 de dezembro, se tornando a maior festa da região (KELLER, 2019, p.88).

Em sua 2^a visita, a fábrica S.M. o Imperador e S.S.A.A. Imperiais dignaram-se honrar, com suas presenças na festa industrial de reinauguração da fábrica, em 3 de novembro de 1885, após o incêndio de 21 de dezembro de 1883.

Na figura 6, temos a Capela de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1880, e que foi construída por uma iniciativa da Direção, que doou o terreno. Essa construção contou, ainda, com a colaboração dos trabalhadores, que, inclusive, com a doação em dinheiro ergueram esse patrimônio, ao lado da Capela temos a Casa Grande, onde ficava o diretor geral da fábrica. Ambas foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC) e, atualmente, pertencem a um proprietário privado.

Figura 6 – Capela Nossa Senhora da Conceição vista da área da Casa Grande



Acervo próprio, 2016.

Cabe aqui também destacar a importância do clube social Cassino, tão importante na coletividade, em função do seu papel social e na atividade de lazer. O antigo clube até hoje é lembrado com nostalgia pelos antigos operários.

Importa destacar um último espaço de lazer da cidade. Trata-se da formação do grupo de teatro amador operário Servos de Thalma cujos ensaios e apresentações acontecem no Cassino da fábrica Brasil Industrial. A cidade de Paracambi, no início da década de 1910, tem no Cassino Clube União Operária o principal espaço de sociabilidade entre os operários da cidade. A construção do Cassino é datada de 1894 e foi feita por iniciativa do diretor Domenique Level, que concede ao operariado o “sólido barracão de madeira, coberto por zinco e com dois pavimentos, todo pintado a óleo” que lhe serviu de sede, considerado “chic” para a época. O lugar tornou-se o mais antigo espaço de lazer fundado no âmbito da Brasil Industrial. O Cassino rapidamente transformou-se no polo da vida social dos operários e congregados da cidadela de Paracambi nos primeiros anos da década de 1910. Visto com orgulho pelos trabalhadores locais, era nele que se organizavam as festas de casamentos, os batismos, os bailes de carnaval, ensaios da banda e do grupo de teatro, além das festas dançantes e outras ocasiões sociais permitidas pela fábrica. Consistiria, assim, no lugar comum, compartilhado pelos operários para as atividades criadas além da reprodução do mundo fabril (FURTADO, 2012, p.90).

Na figura 7 podemos observar a área de construção do Cassino, o prédio ao lado direito, onde funcionou a escola e o armário da fábrica. A área livre, hoje, é a Praça Presidente Castelo Branco, ao fundo, casas da vila operária margeando o rio Ypê. Ainda no detalhe vê-se um dos coretos.

Figura 7 – Fotografia tirada do morro do Parque, vista Cassino e casas da vila



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, autor anônimo, [s.d.].
Disponível no site: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1223118368081171&set=a.1223116488081359&locale=pt_BR. Acesso em: 10 jun. 2022.

As figuras 8, a seguir, mostra a construção original do cassino de 1910 e a atual edificação reconstruída, depois da demolição, em 1982.

Figuras 8 – Prédio do Cassino em 1910 e 2016



I - Cassino em 1910

Fonte: I - Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, autor anônimo. 1910.
Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4018846051463997&set=g.310237275730203>. Acesso em: 10 jun. 2022. II- Novo Cassino – Acervo Próprio. 2016

O conjunto de fotos anteriores mostra construções e figuras que faziam parte da vida social no cotidiano da vila operária (festas, a religiosidade, o clube cassino) nas atividades promovidas pela fábrica e os operários.

Em 3 de setembro de 1889, em Assembleia Geral Ordinária, foi eleita uma nova diretoria. Senhor Dominique Level, como presidente, Manoel Joaquim Ferreira Dutra como

tesoureiro e Dr. Plinio Soares como secretário. A fase áurea da fábrica é reportada ao período do Dominique Level⁷ ou “coronel Level”, como era chamado pelos operários.

Em 1955, a fábrica foi vendida para o grupo Othon Bezerra de Mello. A partir de então uma série de mudanças foram implementadas no processo produtivo, havendo aos poucos um esvaziamento do sistema assistencialista. Esse processo teve seu auge nos anos 1970, com a venda das casas aos empregados e o loteamento generalizado das terras no entorno da fábrica. Em 1980, a fábrica foi vendida para a Cia. São Pedro de Alcântara, de Petrópolis. Nas figuras abaixo, podemos ver os principais diretores/proprietários que se destacaram na administração da fábrica, desde sua fundação. Há fotos dos gestores, desde a primeira gestão que foi a de Francisco de Assis Vieira Bueno (1871-1876), Dominique Level (1889-1904). Depois, veio a administração do grupo Othon Bezerra de Mello, que administrou a fábrica, no período de (1955-1980), e, por fim, Hermano Fortunato Pinto (Cia. São Pedro de Alcantara) (1980-1996) que esteve à frente da última diretoria, quando se deu, então, o fechamento da fábrica. Não temos nos acervos atuais, fotos do Dr. Antônio Botelho Junqueira, que foi diretor-industrial e do Dr. Luis Brandão Moraes Sarmento que era diretor-presidente da Companhia (1928-1955).

Cada uma dessas administrações trouxe uma dinâmica para a cidade, por isso, lembramos que cada relato é único, e o narrador deve adaptar-se ao contexto específico e às necessidades do entrevistado. Nessa coletânea de dados aqui apresentados, o objetivo final é preservar e compartilhar essas histórias valiosas para as gerações futuras. Por conseguinte, a criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi é uma parte essencial da cultura e identidade do povo paracambiere. Ao preservá-las, garantimos que essas riquezas culturais não se percam com o tempo. Portanto, ao preservar a história da Cia. Têxtil Brasil Industrial, estamos preservando a essência do viver em comunidade e enriquecendo nosso entendimento do mundo. Na sequência, agora, apresentamos os gestores da fábrica.

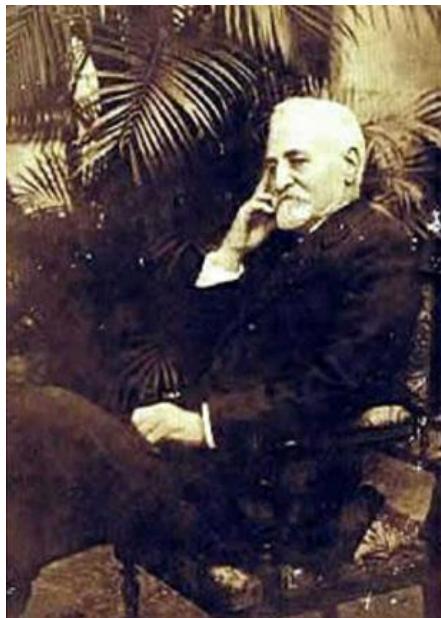
⁷ A principal rua do centro comercial de Paracambi recebeu o nome de Dominique Level. Posteriormente a sua morte, em 1917. Ele e o Diretor Industrial Antônio Botelho Junqueira eram pessoas muito estimadas pelos operários, e, por isso, são lembrados até hoje por antigos familiares e descendentes.

Figura 9 – Foto de Francisco Assis Vieira Bueno – Primeiro presidente da Cia. Brasil Industrial

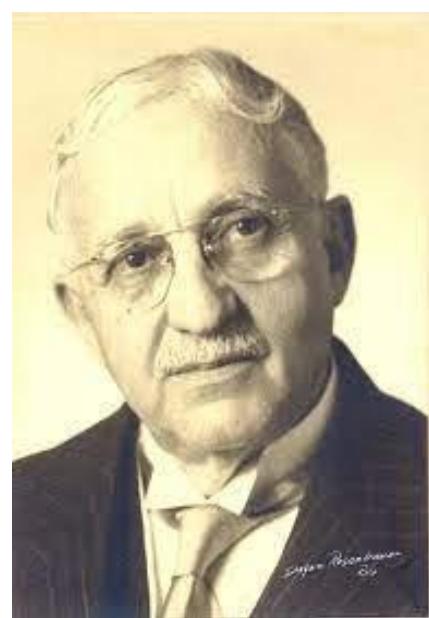


Fonte: Disponível no site: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/campoalegre.htm>.
Acesso em 05 de mai. 2024.

Figura 10 e Figura 11 – Sr. Dominique Level e o Patriarca do grupo Othon Bezerra de Mello



I- Sr. Dominique Level (1871- 1876)



II- Othon Linch Bezerra de Mello (1955-1980)

Fonte: I – Disponível no site: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1915).

Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=7183862538295650&set=g.310237275730203>. Acesso em: 10 jun. 2022.

II- Disponível no site: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/en/artigo/othon-bezerra-de-mello/>. autor anônimo. [s.d.]

A empresa Cia. Fábrica de tecidos São Pedro de Alcântara, localizada em Petrópolis, tinha como principal administrador o Sr. Lucio Pinto (de camisa branca) que respondia pela

Direção Industrial e Comercial de ambas as fábricas. Na figura 12 abaixo, uma celebração na capela de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 12 – Srs. Hermano Fortunado Pinto e seu filho Lúcio Pinto



Acervo Próprio. [s.d.]

A ideia de preservação e conservação do patrimônio industrial da Cia. Têxtil Brasil Industrial, surgiu em 2016, quando identificamos alguns equipamentos originais dentro do prédio (ANEXO A). Em 2019, um pequeno grupo de trabalho com professores do IFRJ Campus Paracambi iniciou diversas ações, com o objetivo de elaborar estudos para um projeto de preservação da memória histórica das indústrias têxteis de Paracambi. A partir desse marco inicial, surgiram novas perspectivas e ampliamos a ideia na criação de um Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil. A boa receptividade, por parte da comunidade, do poder público local, com a liberação de galpão e apoio às iniciativas de criação dos órgãos de oficiais de Preservação do Patrimônio Histórico, nos estimulou a sermos um canal de comunicação entre o narrador e o ouvinte, difundindo, assim, nossas pesquisas, divulgando as ações do Núcleo de Estudos do Centro de Memória, promovendo eventos afins, publicações, bem como produzindo vídeos relacionados a indústria têxtil.

Quando das comemorações dos 150 anos, novas perspectivas surgem para Paracambi, com a proposta de criação de um projeto do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil. Nessa empreitada é e será fundamental a participação contínua da comunidade, na sensibilização do poder público local, tanto no aspecto cultural como turístico.

Pretende-se com a criação de um Centro de Memória, estabelecer um aporte de documentos históricos, centralizando-os e deixando-os como um legado, para as futuras gerações de paracambenses, em reconhecimento ao seu valor cultural.

Paracambi nasce com a instalação do prédio e a história da Companhia Têxtil Brasil Industrial. Sua construção imponente de arquitetura e engenharia inglesa, cuja construção data do século XIX, ainda em bom estado de conservação, precisa, por isso, ser preservada. Sua história, nesses mais de 150 anos, ainda é um marco que precisa ser trabalhado, nos aspectos de preservação e conservação, pois sua refuncionalização ainda continua “transformando vidas”. Convém destacar que onde outrora, numa localidade chamada de povoado de Macacos, surgiu uma indústria destinada a produção de tecidos, agora, esse mesmo espaço, dá lugar à produção de outro tipo de bem: “o conhecimento”.

CAPÍTULO II

PARACAMBI E A CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL

Iniciamos este capítulo descrevendo o início da história de criação do município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de contextualizar o nascimento da cidade, que veio em função da instalação de uma estação ferroviária, inicialmente construída para atender os interesses dos produtores de café da região, e, com isso, oportunizou o surgimento de um projeto de construção de uma fábrica de tecidos, que transformou a economia da região. A instalação dessa grande indústria no povoado de Macacos é marcada pelo período da expansão ferroviária e os embates políticos sobre a definição dos ramais bem como as questões territoriais. A abordagem sobre a fábrica de tecidos é apresentada, através de relatórios, jornais e fotografias dos anos iniciais de instalação, bem como as reverências feitas pela qualidade dos tecidos produzidos e pelo quantitativo de teares instalados. Finalizando o capítulo apresentamos como o legado deixado após o encerramento de sua atividade produtiva e a sua reconversão em Fábrica do Conhecimento e a criação do Parque Natural Municipal do Curió marcam a história desse espaço que é rico de memórias. Memórias que deixam em evidência aspectos importantes que marcaram e, ainda, marcam a vida de muitos moradores de Paracambi.

2.1 Nasce Paracambi, um recorte histórico.

Paracambi é um exemplo desses espaços de vivências afetivas e que dialogam com a História. Inicia-se quando os primeiros bandeirantes, ainda no período colonial, passaram por Macacos (denominação original de Paracamby), buscando novas rotas para fugir dos bloqueios impostos pela coroa portuguesa, nas estradas que levavam aos portos. Essas rotas foram denominadas como caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro⁸, o que significou o início de uma nova era para a região: Paracambi surge,

⁸ Trata-se do Caminho Novo, criado para servir como um caminho mais seguro ao porto do Rio de Janeiro, principalmente porque as cargas estavam sujeitas a ataques piratas na rota marítima entre Paraty e Rio e, ainda, Caminho Velho, também chamado de Caminho do Ouro, que foi o primeiro trajeto determinado pela Coroa Portuguesa e liga Ouro Preto a Paraty. FuMTran – Fundação Memória do Transporte, disponível em:<https://memoriadotransporte.org.br/galeria/a-estrada-real-e-os-caminhos-do-ouro/>, acesso em 27 mar, 2023.

então, como um desses caminhos alternativos, usado também por contrabandistas e sonegadores.

De acordo com Agostinho (2020), sua história começa quando os primeiros bandeirantes chefiados por Garcia Rodrigues Paes, em 1715, passaram pela região. Anos depois ganhou forma o primeiro desenho do que seria a cidade de Paracambi, já mostrando a sua importância na região.

Já no século XIX, a Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí passa à categoria de Vila através do alvará datado de 05 de junho de 1818. Em virtude da Lei Provincial nº 77, de 29 de dezembro de 1836, é criada a Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, sendo uma das três freguesias que compunham a Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, juntamente com a sede e Nossa Senhora da Conceição do Bananal e que, segundo Oliveira (2015) diferenciavam-se pelo tipo de cultura realizada pelos fazendeiros presentes nessas localidades. Destacavam-se na Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages as fazendas dos Bravos, Anta Soares, Viúva Jorge e dos Macacos. Na área onde se localizava a Fazenda dos Macacos existia o povoado do Ribeirão dos Macacos que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era um caminho obrigatório para São Paulo e Minas Gerais. Seria nas terras pertencentes à Fazenda dos Macacos que, futuramente, haveria a instalação da Companhia Têxtil Brasil Industrial. A então freguesia era a maior produtora de café em Itaguaí nos anos 1850, tendo perdido boa parte de suas terras com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (AGOSTINHO, 2020, p.6).

A formação do município começa com o projeto de desenvolvimento implementado por Irineu Evangelista⁹, que trouxe boas perspectivas inserindo-a no circuito econômico, e propiciou uma nova realidade para a região. A extensão do ramal ferroviário fez uma mudança significativa no arcabouço produtivo, oportunizou o nascimento na forma de grande indústria em detrimento de uma cultura escravocrata-agrário-exportadora.

O processo de constituição e consolidação do capital no Brasil se faz de maneira contraditória e, ao mesmo tempo conciliatória, pois a indústria nascia, ao lado da expansão dos latifúndios, que se encontrava em processo de transformação, devido a criação da Tarifa Alves Branco, em 1844, que elevou os impostos alfandegários sobre os produtos provenientes do

⁹ O Barão de Mauá, ou Irineu Evangelista de Sousa (1813 -1889), mais do que qualquer outro empresário, encarnou a sociedade brasileira do Segundo Reinado (1840-1889). Foi proprietário de pelo menos 24 empresas. Em 30 de abril de 1854, foram inaugurados os primeiros 14,5 quilômetros de via férrea do Brasil, ligando Porto de Estrela (hoje porto Mauá), situado ao fundo da baía da Guanabara, e a localidade de Raiz da Serra, em direção à cidade de Petrópolis. D. Pedro II reconheceu a ousadia do empresário. Concedeu-lhe o título de Barão de Mauá. MARINGONI, Gilberto. IPEA Revista desafios do desenvolvimento. O homem que olhava para o futuro. 2011. Ano 8. Edição 67, São Paulo. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2567:catid=28, Acesso em 30 de mai.2023.

mercado externo. Ela estipulava uma elevação dos impostos sobre as importações de determinados produtos, em percentuais que variavam de 30% a 60%. Mesmo não tendo esse objetivo, o imposto se transformou em uma eficiente barreira protecionista que abriu portas para iniciativas no segmento industrial na história do Brasil. Ao mesmo tempo, salientamos que a proibição do tráfico negreiro e os lucros obtidos pelo café, também tiveram grande importância na consolidação desse processo para desenvolvimento industrial. A construção de uma indústria têxtil na região nasceu no momento da decadência da cafeicultura fluminense, mostrando que a economia fluminense não estava de todo em decadência.

A chegada da ferrovia em Paracambi e a sua incorporação ao sistema econômico escravocrata, está ligada diretamente aos interesses dos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense e aos embates para o projeto de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que teve sua origem, a partir da autorização imperial de junho de 1852. Essa autorização permitiu a uma ou mais companhias que se interessassem, em fazer ligação entre a Corte e as províncias de Minas Gerais e São Paulo.

A companhia que obtivesse o privilégio ganharia a concessão da exploração da ferrovia por noventa anos, além de contar com a desapropriação de terrenos e com a cessão de terrenos devolutos para a construção do traçado da linha férrea, além da isenção de impostos para a importação de máquinas, equipamentos, carvão e trilhos (AGOSTINHO, 2020, p.4).

Esse projeto tinha por objetivo atender aos interesses dos produtores de café da região de Vassouras, querendo um meio de transporte mais eficiente e rentável, já que até então o transporte de suas produções eram feitos, por meio dos tropeiros, que exigiam um número elevado de escravos e, ainda, todo um aparato logístico para levar o café até o porto. Esta era uma viagem de meses e elevado custo.

Vale destacar também a importância da construção do ramal ferroviário, pois ela foi determinante na instalação da fábrica na região. Esse ramal foi motivo de muitos embates para a sua construção. Segundo Finger (2013. p.57), além das pressões dos cafeicultores para que este atendesse aos seus anseios, havia uma disputa no interior desse grupo para que determinada área de plantio fosse contemplada com as benesses do poder público. Essa iniciativa se deveu ao denominado "Movimento de Vassouras", que tinha à frente a família Teixeira Leite, que pleiteava a construção de uma linha férrea, que atendesse aquela região uma vez que abrigava as maiores fazendas de café do Império. Segundo Rocha (2006) a disputa política definiu o traçado pretendido.

Homens influentes a utilizar seu prestígio e força perante a “Corte” levaram a construção para uma conflituosa dimensão política. “três famílias importantes: [...] os Teixeira Leite, de Vassouras; os Nogueira da Gama, de Valença e; os Pereira Faro, de Barra do Piraí”. O trajeto em disputa vinha a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, compreendida em Valença, defendido pela família dos Nogueira da Gama e dos Faro, apoiados por outros fazendeiros, a proposta de traçado da E. F. D. Pedro II passaria por Macacos. “Esse grupo tinha por objetivo fazer com que os trilhos da ferrovia subissem o Vale do Paraíba, passando pelo Ribeirão dos Macacos, indo dessa forma, passar pela cidade de Barra do Piraí”. O outro trajeto defendido pela Família Teixeira Leite, passava a margem do lado da Vila Vassouras – nesse o maior produtor de café do Brasil, subiria a serra passando pela localidade “de Morro Azul” (ROCHA, 2006, p.20).

Sendo assim, a construção de uma estação ferroviária não fugiu a este embate entre os produtores de café. As duas propostas foram avaliadas pelos engenheiros da ferrovia, que descartaram totalmente a possibilidade do projeto dos Teixeira Leite, devido às enormes dificuldades geográficas e naturais do percurso. O trajeto defendido pela família Faro era mais curto e menos íngreme, e, por isso, seu desejo foi atendido, facilitando o escoamento da produção de café pela Estrada do Comércio até a Vila de Iguaçu.

Na ocasião, os fazendeiros da região de Macacos, localidade vinculada à Itaguaí, pleitearam uma extensão até o povoado. Figueira (1908) detalha a construção desse ramal, cuja construção, a princípio, não era de interesse do Governo. O mesmo não autorizou o emprego de capital garantido, logo o ramal de Belém (Japeri) até Macacos (Paracambi) foi concluído, com recursos dos proprietários da fazenda dos Macacos. A Companhia entrou apenas com os trilhos e o edifício de madeira, mandado vir dos Estados Unidos, ao custo de 56:878\$169, e cabendo aos proprietários metade da renda bruta do ramal, como compensação e amortização de seus investimentos. Para tanto, o Governo Imperial celebrou o seguinte contrato com os proprietários do ramal de Macacos.

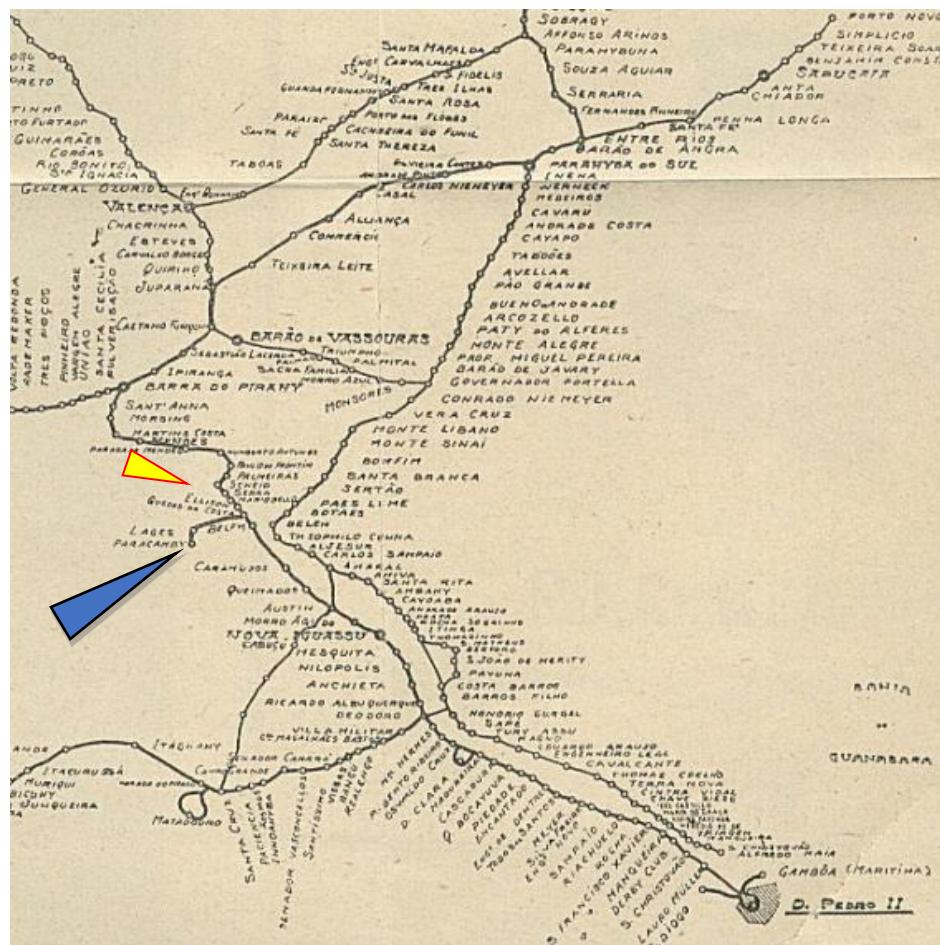
O Governo conservará o ramal pelo tempo que durar a Estrada de Ferro de D. Pedro II e fazendo as viagens que julgar conveniente, sendo sempre o arraial dos Macacos, onde actualmente está collocada a estação, um ponto de escala itinerária de todos os trens da linha ferrea do ramal, O Governo será obrigado a conservar constantemente cercado o terreno do ramal dos Macacos com boas cercas, bem como a conservar as cancellas actualmente existentes, e pagará 150\$000 cada semestre de arrendamento do terreno por onde passa o ramal na fazenda do Machado, salva qualquer modificação que de futuro possa haver sobre o mesmo arrendamento para menos. Será concedida aos actuaes proprietário do ramal passagem livre, como até agora, em todos os trens da companhia, não sendo este direito transferível a outras quaequer pessoas. (FIGUEIRA, 1908, p.134)

A abertura do ramal, no ano de 1861, é o marco embrionário para o nascimento do que viria a ser a futura cidade de Paracambi, com a criação da estação ferroviária de Macacos.

Foi aberto ao tráfego o ramal de Macacos, sendo para o trânsito de passageiros no dia 1 de agosto e para o transporte de mercadorias no dia 7 de setembro. Este ramal, cuja construção, a princípio, se abandonara, porque o Governo não autorizara o emprego de capital garantido, foi depois concluído quase todo a expensas dos proprietários da fazenda dos Macacos, concorrendo apenas a Companhia com os trilhos e o edifício de madeira mandado vir dos Estados Unidos, tudo na importância de 56:878\$169, e tocando aos proprietários metade da renda bruta do ramal, para prêmio e amortização de seus capitais. Nesse sentido celebrou-se um contrato (FIGUEIRA, 1908, p.40).

A figura 13, de 1927, é um mapa, a partir do qual podemos observar toda a malha ferroviária e a extensão do ramal de Paracambi à estação de Ellison.

Figura 13 – Detalhamento da malha ferroviária do Centro



Fonte: Disponível no site <http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1927-EFCB-Estacoes-06-Rio-Janeiro-Barra-Pirai.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Pelo Decreto nº 3512, de 6 de setembro de 1865, o trecho do ramal passou para o domínio do Estado, por cessão de seus proprietários. O atual município de Paracambi apresenta a particularidade de ter sido formado, a partir de dois distritos pertencentes a dois municípios diferentes: Paracambi, o terceiro distrito de Itaguaí; e Tairetá, o sétimo distrito de Vassouras. Entretanto, a formação histórica de Paracambi remonta ao século XVIII, quando os jesuítas ocuparam parte das terras pertencentes à antiga Fazenda Real de Santa Cruz – depois Fazenda Imperial de Santa Cruz –, construindo uma igreja dedicada à São Francisco Xavier e que foi concluída em 1729. Por meio de uma Ordem Régia, datada de 22 de dezembro de 1795, a localidade passou a configurar como uma Freguesia, subordinada ao Rio de Janeiro e a Angra dos Reis, recebendo o nome de São Francisco Xavier de Itaguaí. Através de aforamentos, arrendamentos e outros tipos de autorizações posteriores, as terras da Fazenda passaram a ser ocupadas por agricultores e pecuaristas.

Ainda de acordo com o IBGE (2023), por força do Decreto Estadual nº 1 de 08 de maio de 1892, a localidade de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foi elevada à condição de distrito, ligado politicamente ao município de Itaguaí. Já a Lei Estadual nº 201, de 06 de dezembro de 1895, alterou o nome do distrito de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages para Macacos, ainda pertencente a Itaguaí, tendo novamente seu nome trocado de Macacos para Paracambi pela Lei Estadual nº 536 de 19 de dezembro de 1901. Por outro lado, a Lei Estadual nº 881 de 11 de setembro de 1909 criou o distrito de Belém, anexado ao município de Vassouras. A Lei Estadual nº 1619, de 06 de novembro, de 1919, alterou o nome do distrito de Belém para Paracambi. Portanto, podemos perceber, que a partir de 1919, havia dois distritos com o nome de Paracambi, sendo um (ex-Macacos) pertencente a Itaguaí e outro (ex-Belém) pertencente a Vassouras, separados apenas pelo Rio dos Macacos.

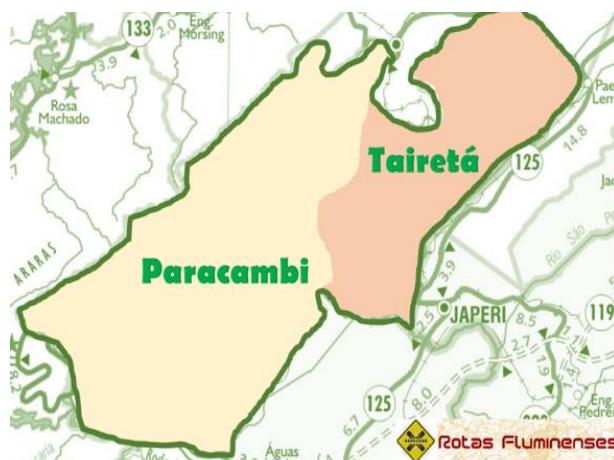
É importante salientar que a parte que envolvia o atual centro e que se estendia até a estação ferroviária, denominada Macacos, fazia parte do 7º Distrito de Vassouras. A partir do rio até as instalações da Fábrica Brasil pertencia ao 3º Distrito de Itaguaí (PEREIRA, 2018, p. 35). O fato de haver dois distritos com o mesmo nome perdurou até 1938, quando o Decreto nº641, de 15 de dezembro, mudou o nome do distrito vassoureense de Paracambi para Tairetá. Por fim, a Lei Estadual nº4426, de 08 de agosto de 1860, desmembrou o 3º distrito de Itaguaí (Paracambi) e o 7º distrito de Vassouras (Tairetá) que passaram a formar o município de Paracambi, haja vista que, a população de ambos os distritos faziam parte de uma mesma dinâmica social. Elencar todas essas leis e decretos é fundamental para que possamos compreender a complexidade da formação histórica e legal do município de Paracambi, bem

como facilitar a compreensão do leitor quanto a possíveis confusões que possam surgir em virtude das coincidências de nomes.

O antigo povoado do Ribeirão dos Macacos era, há mais de 300 anos, o caminho obrigatório para Minas e São Paulo. A região denominada Paracambi, pertencia à Fazenda Nacional de Santa Cruz, freguesia de São Pedro e São Paulo de Ribeirão das Lajes, colonizadas pelos jesuítas no fim do século XVII.

Na figura 14 abaixo temos a representação do mapa de como era dividido o atual município de Paracambi, a parte que envolvia o centro do distrito se estendia até a estação ferroviária, na época denominada Macacos, e pertencia ao 7º Distrito de Vassouras. As instalações da Fábrica Brasil Industrial ficaram na área que pertencia ao 3º Distrito de Itaguaí, sendo o rio dos Macacos que corta o centro da cidade o divisor territorial. Em 8 de agosto de 1960, foi sancionada a Lei nº 4.426, tornando Paracambi um novo município fluminense.

Figura 14 – Mapa de Paracambi e suas divisões antes da emancipação



Fonte: disponível no site: <https://www.mobflu.com/2017/11/mobilidade-em-paracambi-ribeirao-dos.html>.
Acesso em 29 de nov. 2022.

Existe uma controvérsia com relação ao significado do nome de Paracambi como também o nome Tairetá, a definição adotada é de “macaco pequeno”, tendo sido dado por motivo de já existir o Rio dos Macacos (IBGE, 2023). Há outras denominações também pautadas no nome indígena que pode significar: “rio dos macacos” ou “coisa de duas pernas” (rio bifurcado) ou união dos rios. (Para- camby talvez para, rio; acamby, forquilha: onde os rios se encontram formando forquilha (VASCONCELLOS, 1934, p.80).

Na atualidade, podemos descrever Paracambi como um município que compõe a região da Baixada Fluminense. No aspecto turístico regional, a cidade é considerada como portal da região conhecida como Vale do Café¹⁰.

Faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estando distante em torno de 80 km da capital fluminense, ligando-se a ela pela Rodovia Presidente Dutra, além de uma linha de ônibus e pela ferrovia atualmente administrada pela empresa SuperVia S.A. (...) tendo como municípios limítrofes Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Piraí, Miguel Pereira, Itaguaí, Seropédica e Japeri. Por estar situado na borda da Região Metropolitana, limita-se com a Região do Médio Paraíba e com a Região Centro-Sul, a quem está historicamente ligado, além de fazer parte da chamada Baixada Fluminense (AGOSTINHO, 2020, p.3).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Paracambi possui uma área territorial de 190.949 Km², com a população estimada de 41.375 pessoas, com uma densidade demográfica de 262,27 hab./km², índice de desenvolvimento humano municipal IDHM de 0,720, e com uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 96,1%. (IBGE, 2023). O município está situado a 22°36'39" de latitude sul e 43°42'33" de longitude oeste, a uma altitude de cinquenta metros, situado às margens da Rodovia Presidente Dutra (BR 116), que liga Rio de Janeiro a São Paulo, na altura do Km 218, sentido São Paulo. Seus limites municipais são: Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

Paracambi é servido pela RJ-127, que acessa a rodovia Rio-São Paulo, fazendo divisa com Itaguaí e Seropédica, ao sul, e Engenheiro Paulo de Frontin, ao norte. Outra estrada, à leste, liga a Japeri, conectando-se com a RJ-125, em direção a Miguel Pereira. O município, ainda hoje, é servido pelo ramal ferroviário até a Estação Central do Brasil, sendo necessário fazer “baldeação” em Japeri, pois os trens que saem da Central do Brasil não vão até o município. A disponibilidade de trens é bastante reduzida e seus horários de circulação, incertos, por conta de diversas intervenções de manutenção.

¹⁰ O Vale do Café (RJ) é a denominação turística para o conjunto de 15 municípios da região do Vale do Paraíba do Sul Fluminense, localizado a cerca de 120 km da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. São eles: Vassouras, Valença, Rio das Flores, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Paty do Alferes, Paracambi, Miguel Pereira, Mendes, Barra do Piraí, Pinheiral, Barra Mansa, Rio Claro, Paraíba do Sul e Volta Redonda. Estes, na década de 1860, produziam 75% do café consumido no mundo e garantem ao Brasil a condição de líder mundial na produção e exportação de café. Hoje cerca de 30 dessas fazendas estão abertas à visitação. ABHI Associação Brasileira da Indústria de Hotel do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://abihrj.com.br/destinos/vale-do-cafe-rj-confira-o-guia-completo-da-regiao/>. Acesso em 31 de mai. 2023.

As linhas de ônibus também são variadas, ligam a cidade de Paracambi à vários Municípios próximos (Engº Paulo de Frontin, Mendes, Barra do Piraí, Vassouras, Sacra Família, Morro Azul, Itaguaí e Campo Grande), a Baixada Fluminense (Nova Iguaçu), além da cidade do Rio de Janeiro. A cidade de Paracambi por rodovia, fica a aproximadamente 80km de distância da cidade do Rio de Janeiro, com o tempo médio de viagem de 1h15min. O prédio da fábrica fica em torno de 1 km a 5 minutos do centro de Paracambi (Estação), sendo o seu trajeto principal feito pela Avenida dos Operários.

Figura 15 – Trajetos até Fábrica do Conhecimento



(Acervo próprio, 2022)

Em seu livro “História de Paracambi” a Professora Clélia Natal discorre sobre o brasão da cidade. Quando de sua criação, despontava como um município de grande pujança econômica, em decorrência das indústrias e dos serviços hospitalares, ali instalados. Hoje, em função do esvaziamento econômico, decorrente dos fechamentos dessas indústrias e hospitais, ele não representa a atualidade do município.

Figura 16 – Brasão do Município de Paracambi



Fonte: disponível no site: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolopedia/municipio-paracambi-rj-br/>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

A professora Clélia, descreve, como nos mostra o trecho abaixo, os símbolos que integram o brasão do município. A saber:

Campo ou fundo: Um velho pergaminho a dizer-nos que as origens do município se perdem na poeira dos tempos.

Escudo: Forma flamenga ou espanhola ou lusitana, o formato ou estilo preferido pelos nossos descobridores, os portugueses, mostram nossas remotas origens. Terciado em faixas formando quarteis irregulares, com suas figuras, elementos ou peças são apontadas as pilastras fundamentais do município: no cantão do chefe à dextra, uma fábrica com a sua chaminé fumegante, sinal de operosidade ininterrupta (Brasil Industrial), cantão do chefe à sinistra (esquerda), segunda partida, um forno a vomitar aço incandescente (siderurgia), no abismo (centro do escudo e que representa um coração) pegando também os flancos: duas mãos fortemente unidas, um aperto amigo e eterno, mostrando a união dos dois distritos (7º de Vassouras e 3º de Itaguaí). No termo do escudo vemos dormentes e trilhos de uma velha ferrovia (CELIA, 1987, p.12).

No brasão original havia, ainda, do lado de fora do escudo, peças ou elementos indicativos das principais produções do lugar: bananas, laranjas e hortifrutigranjeiros. Para sublinhar mais aspectos que colocam em evidência os símbolos da terra, apresentamos, a seguir, a letra do Hino de Paracambi, escrito por Sylvio de Carvalho.

Dentro da Pátria maior
 Há um pedaço melhor
 Que outras terras não têm
 Este recanto adorado
 É o manto sagrado
 Que queremos bem
 Onde o amor fez morada
 E a luz da alvorada
 Viu nosso nascer
 É este solo bendito
 Que eu amo, que eu grito
 De tanto querer
 É minha terra natal
 Todo amor fraternal
 Paracambi
 Há progresso e fé
 Há trabalho e paz
 Tudo em meu Paracambi
 Tenho orgulho e amor, tudo sou capaz
 Pela terra em que nasci
 Rios e montes, cascatas
 E o verde das matas
 Em seu derredor
 Povo que acorda bem cedo
 Lutando sem medo
 Por algo melhor
 E sob a luz das estrelas

Que só sabe vê-las
 Quem fala de amor
 Toda a cidade adormece
 Na luz de uma prece
 Que sobe ao Senhor
 Terra em que nela nasci
 Não existe outra igual
 Paracambi.

A cidade de Paracambi, nascida devido a um projeto industrial, hoje, mostra sua importância no contexto regional, com a instalação de um complexo educacional as margens de uma reserva ambiental na área outrora pertencente a Cia. Têxtil Brasil Industrial. Como se pode perceber, a partir do histórico acima, Paracambi é um lugar, que preserva marcas de diferentes períodos históricos e que se ligam a História do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro e dentre os lugares de memória que evidenciam estas temporalidades históricas está, hoje, a Fábrica do Conhecimento.

2.2 A Cia. Têxtil Brasil Industrial – A verdadeira Indústria Nacional

O progresso da antiga Vila acentuou-se com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, então denominada Dom Pedro II, em 1861, e com a instalação de uma fábrica de tecidos, cujo princípio remonta ao ano de 1870, quando foi assinado o primeiro decreto. Trata-se do Decreto de nº 4.552, de 23 de julho, que “Concede a companhia – Brasil Industrial – a necessária autorização para funcionar, e aprova os respectivos estatutos”.

A história da implantação da fábrica de tecidos na região, conhecida como Fazenda do Ribeirão dos Macacos, se inicia em 1867, com o Decreto Imperial nº 3.965, de 18 de setembro de 1867. Tratava-se de um lugar estratégico, conforme mostram os estudos realizados pelos cidadãos norte-americanos George N. Davis e M. Pattison, comerciantes com grande influência na corte, que indicaram a Fazenda dos Macacos como um potencial lugar para a instalação da fábrica. No escopo de apresentação do Decreto Imperial nº 3.965, de 18 de setembro de 1867, ficam claras as concessões de favores de transporte para eles e para as fábricas de tecidos, que porventura viressem a se estabelecer na região, conforme abaixo. A riqueza dos mananciais de água e essas facilidades do transporte ferroviário para a capital contribuíram para a implantação de fábricas de tecidos nesta região do estado do Rio de Janeiro.

Concede favores as fabricas de tecidos de algodão que forem estabelecidas pelos cidadãos Norte-Americanos Geo N. Davis e M. Pattison. Attendendo ao que Me representarão os cidadãos Norte-Americanos Geo N. Davis e M.

Pattison, e a conveniência de animar a indústria manufactureira no Imperio, e conformando-Me, por Minha immediata Resolução de 13 de Julho do corrente anno com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 28 de Maio do mesmo anno, Hei por bem conceder ás fabricas de tecidos de algodão que os mesmos cidadãos Norte-Americanos estabelecerem na fazenda dos Macacos, junto a estação da estrada de ferro de D. Pedro II do mesmo nome, os favores constantes das cláusulas que com este baixão, assignadas por Manoel Pinto de Souza Dantas, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de setembro de mil oitocentos sessenta e sete, quadragésimo sexto da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Manoel Pinto de Souza Dantas. (BRASIL, 1867).

A implantação de fábrica na região conhecida como Fazenda do Ribeirão dos Macacos foi atravessada por interesses de grupos de comerciantes. Essas terras, no entanto, só se tornaram, de fato, propriedade da Companhia, em 5 de maio de 1897, avaliadas pelos delegados do Ministério da Fazenda em 13.486.250 m². O Decreto nº 4.552, de 23 de julho de 1870, foi o primeiro decreto de autorização para o funcionamento da Companhia Brasil Industrial.

Concede a companhia - Brasil Industrial - a necessária autorização para funcionar, e aprova os respectivos estatutos. Attendendo ao que Me requereu a companhia - Brasil Industrial -, cujo fim é o estabelecimento de uma fábrica de tecidos de algodão e outras materias textis no lugar denominado - Fazenda do Ribeirão de Macacos,- e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 2 do mez passado, Hei por bem Conceder-lhe a necessária autorização para funcionar e aprovar os respectivos estatutos com as modificações que com este baixão; ficando extensivos á mencionada companhia os favores do Decreto nº 3965 de 18 de Setembro de 1867. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte tres de julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio. (BRASIL, 1870)

Neste decreto também é estipulado a composição da diretoria da fábrica, a saber: Direção dos senhores José de Lima e Silva Sobrinho (depois visconde de Tocantins), Barão de São Francisco Filho, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, Secretário, Evaristo Juliano de Sá e Tesoureiro, José Corrêa de Aguiar, Barão de Caymari, Agentes, Barão de Caymari e João Baptista Vianna Drumond.

Chama a atenção nessa composição o nome do Senhor João Baptista Vianna Drumond, o Barão de Drumond. Seu nome foi eternizado como criador do Jogo de Bicho, tão popular hoje em todo o país. Ele muito contribuiu como articulador da instalação da fábrica nesse momento inicial e no decreto subsequente de 1871. Vale destacar também a sua grande contribuição como

fomentador para a arrecadação de fundos para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição (FURTADO, 2012, p.48). No 48º Relatório da Brasil Industrial (1921), há menção ao fato, tendo em vista que a empresa instalada não conseguiu se estabelecer em 1870, tendo ocorrido uma nova tentativa com a ajuda do Barão de Drummond, como mostra o trecho abaixo.

Por motivos que não importa agora comemorar, aquella Companhia não poude ir avante, e foi dissolvida. Mas nem por isso a empresa morreu; e, graças aos perseverantes esforços de seus iniciadores, aos quais não se pode alludir, sem fazer especial menção do Snr. Commendador João Baptista Vianna de Drummond, no correr do anno seguinte foi ella reorganizada, mediante a incorporação de outra Companhia, idêntica em tudo a primeira, excepção feita de algumas ligeiras modificações no estatuto (COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1921, p.4).

O novo estatuto que permitiu a concretização do projeto da fábrica foi aprovado pelo Decreto nº 4786 de 6 de setembro de 1871, cuja finalidade ainda era de estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão, na Fazenda do Ribeirão dos Macacos. Essa nova diretoria eleita foi composta pelos Srs. Francisco de Assis Vieira Bueno, personalidade de bom trânsito junto ao imperador D. Pedro II, tendo sido Presidente do Banco do Brasil (1865), membro do conselho inspetor e fiscal da Caixa Econômica e Monte do Socorro do Rio de Janeiro (atual Caixa Econômica Federal) (1870), presidente do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro (1873). Foi esse último banco que deu garantias para o pagamento do empréstimo feito junto ao Banco do Brasil. Os outros integrantes dessa diretoria eram Zeferino de Oliveira e Silva e Joaquim Dias Custódio de Oliveira, considerados os fundadores da Cia. Brasil Industrial.

Dos fundadores, o Sr. Francisco de Assis Vieira Bueno renunciou ao lugar de diretor em 15 de janeiro de 1876, o Sr. Zeferino de Oliveira e Silva faleceu em 24 de fevereiro de 1876, e o Sr. Joaquim Dias Custódio de Oliveira foi reeleito para a nova diretoria. Esse mesmo decreto que aprovou os novos estatutos da Companhia ratificou pelo Decreto de 18 de setembro de 1867, favores que haviam sido concedidos, nos quais as fábricas de tecidos de algodão e os cidadãos norte-americanos George N. Davis e M. Pattison poderiam utilizar, de forma gratuita, o uso do transporte ferroviário até Paracambi. O Sr. George N. Davis tornou-se administrador da obra desde seu início, acompanhado pelo engenheiro da companhia Sr. Ellison, que mesmo não estando em seu contrato estabeleceu moradia para melhor acompanhar a obra. Cabe destacar uma passagem, na autobiografia do Sr. Francisco de Assis Vieira Bueno, que questiona a escolha da localidade de Macacos para a instalação da fábrica.

A escolha daquela localidade (Macacos) foi determinada pelo motivo de haver ali água em condições de mover todo o machinismo da fábrica. Mas a

experiencia me convenceu de que é um erro por esse motivo fundar uma fábrica longe das povoações: onde a empresa tem que construir casas para moradia dos operários, Capella para Missa, cemitério para enterramentos; - tem de manter médico, farmácia, armazém de mantimentos, e até uma polícia para manter a ordem. Na povoação o operário mora em sua casa, e vive por sua conta. (BUENO, 1899, p.60).

Segundo diversos estudiosos da história econômica e industrial, esta foi a “primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil (e até o final da década de 1880, a maior)” (SUZIGAN, 1986, p. 136) e a “mais importante do Império” (WEID & BASTOS, 1986, p. 41). Em sua autobiografia Bueno¹¹ também relata essa importância.

Com sacrifícios pecuniários, e árduo trabalho gratuito de quatro anos, fui presidente e um dos fundadores da Companhia Brasil Industrial, proprietária da maior fábrica de tecidos de algodão existente no país, cujos excellentes artefatos são bem conhecidos no comércio (BUENO, 1899, p.232).

O imponente edifício da antiga fábrica da Cia. Brasil Industrial foi descrito com todo o rigor, pelos seus diretores em 1874, conforme dados do Primeiro Relatório da Cia. Brasil Industrial. Neste relatório a Cia. Brasil Industrial foi caracterizada como uma típica fábrica brasileira nos moldes da grande indústria (KELLER, 2019, p.153).

Esse detalhamento da imponência do prédio é relatado também no 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial. Foi adotado o plano elaborado pelo Engenheiro William S. Ellison, antigo Engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II, que foi também o responsável pela obra de construção da fábrica. Em sua homenagem existe uma estação ferroviária hoje em ruínas, com o nome de Elisson, na Serra, no ramal que interligava Rio- Minas-São Paulo.

Na tabela 1 a seguir podemos fazer uma comparação e verificar o diferencial da capacidade produtiva da Brasil Industrial existente entre as outras fábricas no Rio de Janeiro, onde se concentravam as maiores indústrias do país à época. Apesar da existência de fábricas de tecidos em outras regiões do país, nenhuma se igualava à capacidade produtiva e à qualidade

¹¹ Francisco de Assis Vieira Bueno, nasceu em São Paulo (1818-1908), Bacharel em Ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor público em São Paulo, , foi diretor do Banco Commercial e Agrícola, eleito deputado no Tribunal do comércio do Rio de Janeiro, Em 1865 por Decreto Imperial, foi nomeado presidente do Banco do Brasil, foi membro do conselho Diretor e Fiscal da Caixa Econômica do Monte Socorro do Rio de Janeiro (atual caixa Econômica federal), foi fundador e presidente do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, foi diretor presidente da Cia Têxtil Brasil Industrial (1871-1876), condecorado com a Ordem Imperial da Rosa. Em 1878 volta para São Paulo, tornando-se fazendeiro em Brotas, dedicando-se nas horas vagas as letras. Muda-se para a região de Campinas. Depois da Proclamação da República se afastou da política, voltando a escrever sobre temas políticos em 1897, desta vez contra as candidaturas militares. Foi deputado e vereador no Rio de Janeiro. Escritor com diversas publicações poeta, memorialista e historiador, foi membro do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (VIGNOLI, 2005).

do tecido aqui produzido. A expansão de indústrias nesse período se fez notar principalmente no Estado do Rio de Janeiro, fato esse que justificaria a existência de um Museu da Indústria Têxtil para marcar a importância econômica desse segmento fabril, na história do desenvolvimento do país.

Tabela 1. Situação das fábricas têxteis no município Neutro e na província do Rio de Janeiro, em 1882.

NOME DA FÁBRICA	ANO FUNDADA	LOCAL	MOTOR HIDRÁULICO (HP)	MOTOR A VAPOR (HP)	TEARES	FUSOS	METROS DE TECIDOS POR ANO	Nº DE OPERÁRIOS
SANTO ALEIXO	1849	MAGÉ	50	--	160	7.000	1.800.000	130
SANTA THEREZA	1866	PARATI	10	--	30	432	500.000	47
BRAZIL INDUSTRIAL	1872	MACACOS	350	240	450	20.000	3.800.000	400
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	1874	PETROPOLIS	--	50	50	3.200	1.200.000	130
PETROPOLITANA	1874	PETROPOLIS	120	--	108	5.500	1.500.000	200
SANTA RITA	1877	MUNICIPIO NEUTRO	--	25	50	700	350.000	100
PAU GRANDE	1878	RAIZ DA SERRA	50	--	60	1.200	500.000	150
SÃO LÁZARO	1878	MUNICIPIO NEUTRO	--	?	19	?	?	70
RINK	1879	MUNICIPIO NEUTRO	--	30	110	?	1.500.000	130
ALLIANÇA	1880	MUNICIPIO NEUTRO	--	320	320	3.600	2.000.000	210
NITERÓI	1882	NITERÓI	--	45	100	2.200	?	?

Fonte: SOARES, (2014, p. 22)

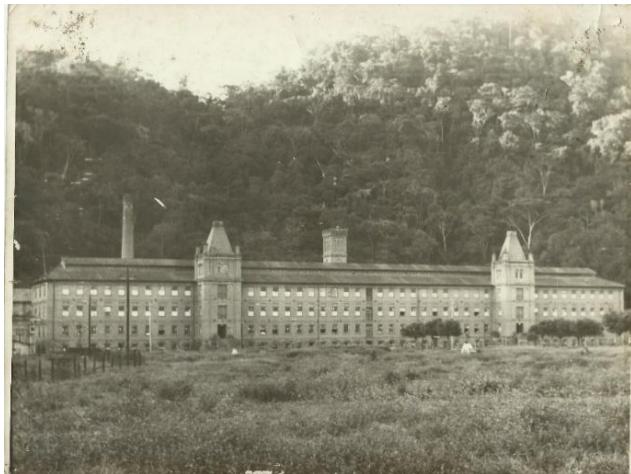
A figura 17, abaixo, ilustra a característica arquitetônica, projetada nos moldes da grande indústria. Keller (2019. p.38 apud ANTUNES. 1982, p.49) esclarece que “entende que o processo de constituição e consolidação do capital no Brasil apresenta-se de forma contraditória e conciliatória, já que a indústria nascia simultaneamente ao lado do latifúndio.” Antunes, por sua vez, apresenta a seguinte argumentação esclarecendo a “grande indústria”.

Enquanto nas formações centrais o processo de constituição do capitalismo passa pelas formas clássicas de produção - como artesanato, a manufatura e a grande indústria - no Brasil o processo de industrialização nasce dentro de um contexto onde predomina a grande indústria, entendida aqui como o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção, e onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituem o trabalho manual, individualizado ou parcelar das formas anteriores (ANTUNES, 1982 p.49).

Podemos observar na figura 17 as duas torres principais e, ao fundo, a torre onde estava instalado o elevador para o transporte de cargas e comunicação entre os pavimentos, bem como a chaminé instalada para atendimento das caldeiras a lenha para geração de vapor.

Na década de 1950, a chaminé foi desmontada para a instalação de caldeiras a óleo combustível. Ainda é possível ver vestígios da base da chaminé, no pátio onde ela estava instalada, sendo necessária a intervenção arqueológica para uma melhor visibilidade.

Figura 17 – Prédio da Fábrica Cia. Brasil Industrial ainda com a chaminé



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, [s.d.]).
Disponível no site: https://www.facebook.com/photo/?fbid=10217534873628637&set=pcb.3215571108530124&locale=pt_BR. Acesso em: 10 jun. 2022.

A construção em tijolo aparente chama a atenção pela sua cor avermelhada. É importante destacar que na memória coletiva popular local, os referidos tijolos vieram da Inglaterra, e tinham estampado o nome Macacos, conforme podemos observar nas figuras 18 e 19, indicando o destino desses.

Figura 18 e Figura 19 – Tijolos com inscrição Macacos da fachada do prédio



Fonte: Acervo próprio. 2016.

Em sua tese de doutorado, Isabel Rocha esclarece que esses tijolos foram construídos em olarias da região.

Parte dos tijolos utilizados nessa obra tem a mesma procedência daqueles encontrados no Engenho de Bracuhy (1885), uma cruz de malta ladeada da palavra “Rio de Janeiro” (Figura 69), outros foram feitos no próprio local “Macacos”, denominação primeira do território de Paracambi (Figura 70). Diversas são as procedências dos demais tijolos, mas sempre assentados com o mesmo aparelho flamengo (Figura 71) (ROCHA, 2012, p.127)

Conforme relatado no 48º Relatório da Companhia, relativos aos 50 anos de fundação da empresa (1871-1921), nos anos iniciais, foi necessário recorrer a ajuda financeira, por isso, os diretores da fábrica tinham solicitado ao governo, empréstimo bancário, para cumprir seus compromissos.

Mas, em fim, o capital da Companhia está exausto; sendo, por conseguinte indispensável prover sobre os meios que são precisos, não só para se concluir a Fábrica, como para se pôr a Empreza em condições de auferir do capital empregado as vantagens esperadas. Quanto aos meios de aquisição dos recursos, de que a Companhia carece para complemento da empresa, no entender da Directoria a do argumento do capital facultado pelo art. 2 dos Estatutos, não é o mais conveniente na actualidade. Resta, pois, o meio de levantamento de um empréstimo sobre a garantia de havers da Companhia. A directoria tem funcionado sempre com os três membros designados no art. 18 dos Estatutos; os quaeas perceberam a retribuição marcada no art. 23 dos mesmos Estatutos, unicamente nos três primeiros semestres administrativos, que findaram em março do anno findo. O escriptorio existente n’esta cidade não tem tido outros empregados além do guarda-livros, e de um agente para o pesado serviço de expediente que sempre tem havido. (COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1921, p.5).

Na figura 20, podemos ver charge, publicada, em 1875, no Jornal Vida Fluminense, retratando o esforço dos diretores, em levar adiante o projeto de desenvolvimento ao centro Sr. Francisco de Assis Vieira Bueno. Com os dizeres de apoio à iniciativa dos diretores: “A fábrica de tecidos, em Macacos: propriedade do “Brasil Industrial”. Força, senhores, força! Fazendo progredir a vossa fábrica, fareis também caminhar o país”.

Figura 20 – Charge com os diretores da fábrica no Jornal Vida Fluminense



Fonte: Disponível em: <http://memoria.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=709662&pagfis=2351>.
Acesso em 01 de nov. 2022.

Tal solicitação foi realizada, por meio de uma petição, datada de 10 de junho de 1875, endereçada ao governo. Em sua justificativa a empresa apresenta as dificuldades enfrentadas em função da concorrência comercial. E, também, apresenta, no seu relato, uma das qualidades da fábrica, que era a produção de tecidos de qualidade, e o fato de estar formando mestres e operários e, ainda, oferecer instrução primária. (COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1875, p.10)

O referido pedido foi recusado, sob a alegação de que o governo não podia emprestar dinheiro para a iniciativa privada. A diretoria recorreu, então, ao banco alemão Deutsche Brasilianische Bank, obtendo um contrato, por um ano, para o crédito até a quantia de 400:000\$000. Em novembro de 1876, foi liquidada a dívida com o banco alemão, com créditos em aberto no Banco do Brasil, com a garantia do Banco Industrial e Mercantil, e sendo hipotecada todas as propriedades da Companhia. E, assim, o empréstimo foi renovado até 1881.

A necessidade de investimentos na fábrica levava a recorrer a empréstimos ou à subscrição de capital, como podemos observar num desses lançamentos de ações no mercado, para a capitalização da empresa.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de setembro de 1906, em que estavam representadas mais de três quartas partes do capital social, foi a Diretoria autorizada a levantar um empréstimo de 2.400:000\$000 para ser aplicado no resgate dos dois empréstimos existentes, a consolidação da dívida flutuante e a instalação da estamparia. Foi lavrada a escritura em 17 de novembro de 1906, tendo a subscrição atingido a soma muito superior a pedida; foram resgatados os dois empréstimos, cujos títulos estavam em circulação constante das escrituras lavradas em notas do Tabelião Castro em 31 de outubro de 1888 e 26 de maio de 1890. Obtidos os recursos precisos, tratou logo a Diretoria de providenciar para que fosse posto em execução os seus desejos da instalação da estamparia. (COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL 1921, p.17).

Na figura 21, temos um exemplar doado para o Núcleo de Estudos, de uma ação emitida pela companhia na tentativa de capitalização financeira, decorrentes de uma crise.

Figura 21 – Subscrição de ação datada de 1903



Fonte. Acervo Núcleo de Estudos do Centro de Memória. 1903.

A imprensa da época relatava com frequência a fábrica de Macacos. Em 1882, o Jornal “O Globo Illustrado” (figura 22), em sua edição, mostra a importância da Cia. Têxtil Brasil Industrial como a “verdadeira Indústria Nacional”. Vale destacar que o nome da fábrica foi dado em função da sua importância, no contexto da industrialização – destacado pela manchete como “Verdadeira Indústria Nacional” – e pelo seu, complexo industrial, já que esta possuía o maquinário mais moderno da época. Nessa reportagem ele destaca o quantitativo de funcionários, totalizando 400 pessoas, sendo 190 homens, 80 mulheres, 40 meninos e 90 meninas, em 1882. Entre os menores havia crianças de cinco anos, que segundo a visão da época era uma prestação valiosa de auxílio com os seus pequenos serviços, reputando a empresa como um fim nobre, aproveitando o concurso dessas pequenas forças e habituando-as ao trabalho evitando-se assim que a vagabundagem das suas poderiam torná-las desgraçadas. A figura da fábrica em sua concepção original com a reconstrução após o incêndio em 1883, foi retirado o domo arqueado da frente do prédio.

Figura 22 – Primeira página do Jornal o Globo ilustrado



Fonte: O GLOBO ILLUSTRADO. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1881-1882. Semanal. Propriedade do Jornal O Globo. Localização: Publicações Seriadas Raras - PR-SOR 03508 [1]. disponível no site: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343242&Pesq=macacos&pagfis=36>. Acesso em 07 de jan. 2023.

O jornal a Gazeta de Notícias, em sua edição de 7 de julho de 1908, comenta sobre a festa anual que o pessoal da fábrica promovia em homenagem à sua padroeira, a Virgem Santíssima da Conceição. O evento noticiado foi realizado em 31 de maio de 1908.

A parte musical foi chefiada a D. Leopoldina Level, executando-se a missa de Battmann, cantada pelas Sras. DD. L.Level, Seraphina Freitas, Julia de oliveira e Sr. Valentim Marques. A orquestra, sob a direção do maestro João de Almeira, houve-se magistralmente. A capela estava belamente ornamentada, devido ao bom gosto do Sr. Cruz Dias. Terminada a missa foi servido lauto almoço na casa da diretoria, trocando-se amistosos brindes. As 4 ½ horas saiu a procissão com os andores de N.S da Conceição, S. Sebastião e S. José acompanhados da banda de música do Clube União Operária, 200 crianças empunhando galhardetes e bandeirolas e crescido número de fiéis. Ao recolher foi dada a benção do SS. Sacramento. Pelo arraial estavam armadas lindas barraquinhas para a venda de doces e num lindo palanque japonês, iluminado a luz elétrica, com 1000 focos de cores, foi feito leilão de prendas. Num parque cercado de folhagens, tendo no centro um mastro iluminativo, em forma de espiral, de grande efeito, dançou-se animadamente até a madrugada. O Club União operária esteve muito concorrido de famílias. Num lindo largo ajardinado estava um coreto de madeira de muito bom gosto, onde tocou a banda dos operários, composta de 32 figuras com o seu novo fardamento e sob a regência do mestre João de Almeida. A meia-noite, foi

queimado um vistoso fogo de artifício, terminando com um quadro vivo, artisticamente executado, alegoria ao trabalho. A eletricidade esteve a cargo dos Srs. Achilles Ribeiro e Napoleão Level. Foram tiradas várias fotografias, e o representante da casa Pathé, Sr. Julio Ferras, fez algumas "films" para cinematographo. A concorrência era para mais de 7.000 pessoas e foi de notar a boa ordem e respeito havido. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1908, p.2).

Algumas dessas fotos estão no presente trabalho nos parágrafos anteriores. A figura 23, abaixo, mostra recorte do jornal Gazeta de Notícias, que relata a festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 23 – Reprodução do jornal sobre a festa dos operários



lucros são distribuídos nos fins dos semestres entre os operários compradores: é uma cooperativa. É de notar também a boa ordem e higiene em todo local (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1908, p.2).

A figura 24 abaixo, que data de 1908, ilustra numa visão panorâmica do complexo fábrica e da área do que hoje é denominado bosque. Esta imagem nos mostra a construção do antigo Cassino, a Casa Grande ou também chamada Casa do Gerente, onde residia o Diretor, a Capela de Nossa Senhora da Conceição e os coretos onde ocorriam as apresentações da banda de música, nas festas promovidas pela comunidade.

Figura 24 – Vista da Área do Conjunto Fabril e do Bosque



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook, (autor anônimo, 1908).
Disponível no site: https://www.facebook.com/photo/?fbid=3316080251744474&set=gm.3096906363729933&locale=pt_BR. Acesso em: 07 jun. 2020.

A área de acesso à fábrica era um enorme descampado, possuía coretos e dava acesso à parte da vila operária, que margeia o Rio dos Ypê. Mais à direita temos as instalações do antigo Cassino, área construída inicialmente para o lazer dos diretores, e, posteriormente, aberta para a utilização dos operários. Nos dados extraídos do Relatório da Cia. Têxtil Brasil Industrial, referente aos 50 anos de fundação da empresa, podemos observar a descrição do empreendimento.

Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edifício, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra e grossas paredes de pedra rústica até o vigamento do 1.º andar; e com paredes de tijolos d'hai para cima. Aproveitar para motor de todo o machinismo da fábrica um dos ribeiros que

banham a supramencionada fazenda; sendo para esse fim derivadas as águas a considerável distância, e canalizadas até acima da montanha próxima ao local do edifício para h'ai descerem para as turbinas, por um rápido declive, e de uma altura de 268 pés, em encanamento de ferro. Utilizar as mesmas águas assim empregadas para motor do machinismo em um vasto e poderoso apparelho para extincção dos incêndios. (BRASIL INDUSTRIAL, 1921, p.4).

Vale ressaltar que o modelo adotado no projeto, o de fábrica com vila operária, não representava o pensamento de toda diretoria da fábrica, conforme podemos constatar no relato de Bueno (1899, p.60). Ela surgiu como solução para o problema habitacional, tendo em vista, principalmente a falta de mão de obra na região, que era predominantemente agrícola. Contudo as vilas, como pontua Keller, “(...) também formam uma constelação de traços culturais presentes na experiência de vida dos atores sociais presentes nesta situação” (KELLER, 2019, p.180). E é essa experiência de vidas, que nos leva, a esse esforço para a preservação da história da indústria têxtil nacional e da própria cidade de Paracambi.

Foi na relação cotidiana do mundo do trabalho formado pelo complexo fabril que esses sujeitos compartilharam suas experiências com outros trabalhadores de diferentes culturas e tradições. Por meio de um processo dinâmico que se constrói na convivência diária transformaram suas heranças culturais em costumes comuns que possibilitaram a formação dos laços de solidariedade e identificação entre diferentes esses sujeitos (FURTADO, 2012, p.13).

Os ex-trabalhadores costumam retratar até o presente a saudade do tempo em que a sirene tocava bem alto, anunciando a todos que estava na hora de iniciar mais um dia de trabalho, em um lugar onde se encontravam homens, mulheres e crianças. Crianças que, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, na falta de uma legislação que garantisse os mínimos direitos de resguardo e proteção à infância e adolescência, trabalhavam e estudavam na escola da fábrica.

Através da Companhia Têxtil foram crescendo outros espaços destinados aos mais variados fins na localidade. Espaços e tempos de lazer e de convívio como as “domingueiras” no Cassino (Clube Social da Fábrica) e os bailes com os melhores conjuntos musicais do Rio de Janeiro. Havia também os festejos religiosos, organizados pela Capela de Nossa Senhora da Conceição (construção também envolvida diretamente com a Companhia Têxtil), e, o futebol de várzea, o Brasil Industrial Esporte Clube (1912), mantido pela fábrica, os campeonatos internos entre seções de trabalho, o carnaval, os banhos de rio e açude e diversas outras atividades que compunham o tempo livre do operariado, bem como o armazém de produtos alimentícios, o armário que vendia tecidos produzidos na fábrica e a tão concorrida carne-seca (tecido proveniente da seção de estamparia usado como forro da máquina de estampar), a

leiteria e o açougue, onde os operários podiam adquirir tais bens para desconto na folha de pagamento.

Isso trazia um sentimento de segurança para esses trabalhadores. Tinha também a escola existente na área dentro do perímetro da fábrica. Esses espaços de convivência e de solidificação de relações de amizade, abriram, na fábrica de Vila Operária, um espaço relativamente autônomo, que momentaneamente, desvincilharam-se do poder patronal. Até hoje, a Cia. Brasil Industrial é lembrada, por seus antigos operários, com saudade e nostalgia. Esse espaço de vivência, na atualidade, é transformado por um novo olhar, já que as ruas que levavam os trabalhadores para o imponente prédio para as suas atividades laborais, hoje, são percorridas, por milhares de jovens que buscam a sua formação profissional, através do ensino.

Com a paralisação das atividades industriais da Cia. Têxtil Brasil Industrial em 1996, surge um vácuo no município, pois perdemos a nossa referência econômica e o esfacelamento das nossas relações sociais comunitárias, já que muitos tiveram que ir para outras localidades em busca de emprego. Em 2001, ressurgiram as esperanças para a manutenção do patrimônio histórico da cidade (tombado pelo INEPAC, em 1985). O prédio da fábrica foi adquirido pela Prefeitura e, em 6 de junho de 2002, foi inaugurada a primeira unidade escolar profissionalizante, com a criação do Centro Tecnológico Universitário, com cursos técnicos e superiores, ofertados por instituições públicas de ensino e inteiramente gratuitos. Até hoje, parte dos seus espaços, também são utilizados como sede de órgãos da administração pública municipal e, ainda, por algumas empresas privadas.

2.2.1 A Fábrica do Conhecimento

A Fábrica de Conhecimentos transcende a mera reutilização de um espaço industrial abandonado. Ela se ergue como um farol de transformação socioeducativa, tecendo uma nova realidade para a comunidade local. Os números representam um valor incomensurável, pois dão um novo sentido a essa construção projetada na década de 1870, além de trazerem um novo sentido para Paracambi e região como um todo, proporcionando oportunidade de dias melhores para jovens que procuram uma profissão.

A figura 25 apresenta uma panorâmica do complexo fabril, tendo a frente a área denominada de bosque e, ao fundo, parte da reserva do Parque Natural Municipal do Curió. O prédio principal possui quatro andares, sendo um deles o 1º andar (subsolo), onde, se encontram os laboratórios de química, biologia e dos cursos técnicos de mecânica e eletrotécnica e o laboratório de análise de obras de artes do IFRJ-CPar, e os outros espaços abrigam, no 2º andar

a ETE e a FAETERJ, e, por sua vez o terceiro e quarto andar acolhem o os setores administrativos e salas de aula e auditório do IFRJ CPar.

Figura 25 – Vista aérea panorâmica da fábrica



Fonte: Acervo próprio – 2023

A Fábrica de Conhecimentos não é apenas um centro de ensino e cultura, mas também um catalisador de desenvolvimento local. A geração de emprego e renda impulsiona a economia local, criando oportunidades para profissionais da educação, artistas, produtores culturais e prestadores de serviços. A revitalização do entorno da fábrica traz novos negócios, como, cafés e restaurantes a locação de imóveis, prestadores de serviços que atendem às demandas dos novos frequentadores do local. Os dados de quantitativos de alunos apresentados são colhidos periodicamente junto as secretarias das instituições de ensino.

Na figura 26, temos a representação das áreas ocupadas pelas diversas instituições. A área denominada de Exposição é a que pleiteamos (destaque setas em vermelho) junto a prefeitura para a montagem do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil. Hoje essa área é ocupada como depósito da Secretaria de Saúde, e um dos galpões foi cedido ao IFRJ para aula de educação física, departamentos da secretaria de ação social (conselho tutelar, conselho do idoso etc.). Há, ainda, os detalhes na planta baixa, no ANEXO B, com a área que já foi disponibilizada.

Figura 26 – Distribuição espacial do complexo Fábrica do Conhecimento com as respectivas instituições



Fonte: Acervo próprio (2023)

A participação do poder público das três esferas é um fator importante e de destaque, pois nesse mesmo complexo temos atualmente a ação do poder público municipal, com a oferta de cursos da Escola de Música Villa-Lobos, Cia Ballet Municipal, Cia de Teatro Municipal além da Brinquedoteca Viva, Espaço da Ciência e projetos sociais das secretarias de Educação, Meio Ambiente, Cultura e Turismo do município de Paracambi, contando com aproximadamente 1200 alunos.

A Secretaria de Cultura e Turismo, figura 27, promove oficinas de arte e música, em espaços projetados, para o desenvolvimento da criatividade e da expressão artística. Alunos de todas as idades podem explorar diferentes formas de arte, como música, pintura, teatro e dança, sob a orientação de artistas e profissionais qualificados.

Figura 27 – Cursos da Secretaria Municipal de Cultura

Artes

Música - Teatro - Dança - Pintura
1195 estudantes

Cursos oferecidos pela Secretaria de Cultura do Município de Paracambi

Fonte: Acervo Secretaria Municipal de Cultura. 2018.

A participação com cursos superiores na modalidade a distância do CEDERJ, num consórcio com universidades públicas (UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO, UENF), oferta um total de 11 cursos de graduação (Matemática, Ciências Biológicas, Pedagogia, Física, Química, Administração Pública, Letras, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Biblioteconomia e Geografia), além de diversos cursos de pós-graduação, que atendem por volta de 2700 alunos.

Figura 28 – Movimentação de alunos no acesso ao prédio da Fábrica

Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro- CEDERJ

É um Consórcio de Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro que oferecem ensino superior gratuito à distância.

2713 estudantes.

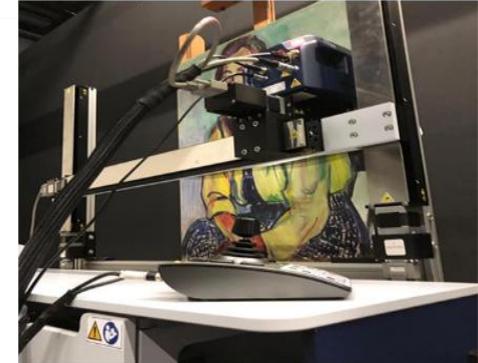


Fonte: Acervo próprio, 2018

A Fábrica do Conhecimento possui também cursos da FAETEC de formação profissional, cursos técnicos e curso de idiomas, atendendo em torno de 200 alunos. A Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ) possui cursos tecnológicos em Sistema de Informação e Gestão Ambiental que atendem a 305 alunos. No âmbito federal, temos o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), com cursos técnicos em Mecânica, Eletrotécnica, curso superior em Licenciatura em Matemática e Engenharia Mecânica, além de uma pós-graduação em Educação e Diversidade, com aproximadamente 1200 alunos. Profissionais da educação altamente qualificados utilizam metodologias inovadoras para despertar a curiosidade e o senso crítico dos alunos adequadas às exigências contemporâneas.

Os laboratórios são espaços bem equipados, que permitem que os alunos vivenciem a ciência de forma prática e experimental, e, assim, através de experimentos e projetos, eles desenvolvem habilidades como investigação científica, pensamento crítico e resolução de problemas. A biblioteca possui acervo cuidadosamente selecionado para atender aos mais variados cursos, compostos por livros, periódicos e materiais audiovisuais, incentivam a leitura e o acesso à informação.

Figuras 29 – Laboratórios do IFRJ-CPar



Fonte: IFRJ-CPar (2022)

Os laboratórios do IFRJ CPar, figura 29, desenvolvem vários projetos, sendo um deles, hoje referência nacional na análise de obras de arte em diversos museus do Brasil. Referência que se construiu, através do Laboratório Móvel de Estudos de Obras de Artes. Além disso, os laboratórios do IFRJ CPar realizam a capacitação de peritos das polícias civil e federal.

O espaço, que outrora era ocupado por fandeiras, tecelões, tintureiros e estampadores, agora é ocupado por profissionais da educação. São professores, instrutores, pedagogos, bibliotecários, técnicos administrativos e gestores educacionais que trabalham em conjunto, para garantir uma educação de qualidade, para a comunidade local e seu entorno.

Os alunos, que vivenciam esse contato com a Educação na Fábrica do Conhecimento, têm origem massivamente na região da Baixada Fluminense, e são crianças, jovens e adultos de diferentes origens socioeconômicas e faixas etárias. A diversidade é celebrada e a inclusão é um princípio fundamental. Temos, ainda, os artistas e produtores culturais, que enriquecem o ambiente com apresentações musicais, peças teatrais, exposições de artes. Oficinas de música e teatro proporcionam aos alunos a oportunidade de desenvolver seus talentos artísticos e expressar sua criatividade. Tais eventos culturais são gratuitos para a comunidade.

A Fábrica de Conhecimentos vem se configurando como um pólo de desenvolvimento para a comunidade, pois realiza ações que trazem um impacto socioeconômico na comunidade

local e regional, com as diversas ações de extensão promovidas pelo IFRJ CPar, CEDERJ, FAETRJ, ETE e Secretaria de Cultura. Essas ações, vinculadas à formação e à capacitações, objetivam a geração e melhoria de emprego e renda. As necessidades de profissionais para a manutenção do complexo, acabam se revertendo na criação de novos postos de trabalho.

Hoje trabalham em torno da Fábrica de Conhecimentos, cerca de 500 pessoas, que acabam beneficiando desse espaço. A movimentação que a fábrica proporciona para a localidade atinge diretamente os moradores da região e acaba impulsionando a economia local que revitaliza seu entorno, montando novos negócios e serviços que se concentram, em parte, na Avenida dos Operários. Trata-se de avenida que é passagem obrigatória para acesso à Fábrica do Conhecimento, e por isso, nela se acabaram se estabelecendo cafés, restaurantes, lanchonetes, lojas de roupas, cursos de línguas estrangeiras e serviços de hospedagem.

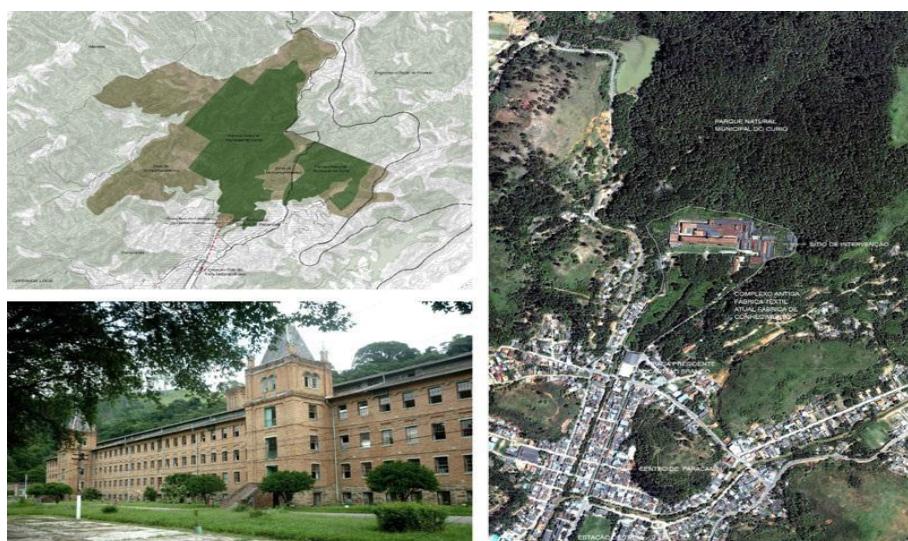
A democratização do acesso ao conhecimento e à cultura contribui para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. A Fábrica de Conhecimentos é um exemplo inspirador de como a Educação e a Cultura podem ser utilizadas para transformar vidas e comunidades. A antiga fábrica têxtil, palco de um ritmo frenético e barulhento, agora ostenta uma atmosfera serena e acolhedora. Salas refrigeradas e bem equipadas substituem os galpões úmidos e abafados. Laboratórios modernos, bibliotecas com acervos abrangentes e oficinas de arte e música convidam à exploração do conhecimento. A acessibilidade universal garante que todos, independentemente de suas capacidades físicas, possam participar da jornada de aprendizado.

A Fábrica de Conhecimentos se caracteriza como um modelo inspirador de reconfiguração espacial, transcendendo a mera estrutura física, para se tornar um polo de desenvolvimento socioeducativo. Através da Educação, da Cultura e da geração de oportunidades, a Fábrica de Conhecimentos traz novas perspectivas de um futuro mais próspero e inclusivo para a comunidade.

2.2.2 Parque Natural Municipal do Curió

O Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi é amplamente reconhecido como a área de Mata Atlântica mais notável e preservada no município de Paracambi. Como parte integrante do patrimônio da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial, a utilização desse espaço como uma reserva ambiental, tem também sua contribuição e se vincula à história de Paracambi. Na figura 30, podemos observar a extensão do parque na imagem aérea.

Figura 30 – Parque Municipal do Curió, vista aérea



Fonte: Disponível em: <https://vereda.pro/Unidade-de-Conservacao-Parque-do-Curio>.
Acesso em 27 mai 2024.

Convém destacar que sua criação ocorreu, no ano de 2002, por meio do Decreto Lei Municipal nº 1.001, de 29 de janeiro. Designado como uma Unidade de Proteção Integral, em sua criação abrangia uma extensão total de 1099,9685 hectares, localizando-se em estreita proximidade com os limites dos municípios de Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes.

Este parque desempenha um papel de destaque no Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina, que, por sua vez, é parte integrante do vasto Corredor da Serra do Mar. Suas fronteiras estão em confluência com a Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, fortalecendo ainda mais sua importância ecológica. Sua história ainda mantém vestígios preservados de um projeto de autossuficiência energética e necessidades de água para o seu processo produtivo.

A fábrica passou por diversas dificuldades no tocante ao abastecimento de água para movimentar os motores hidráulicos, por conta de diversos períodos de seca, que marcaram a região. Em 1881, foram instalados dois motores a vapor, para substituir ou auxiliar os motores

hidráulicos quando necessário. Consta no 48º Relatório da Cia. Têxtil, que em 1886, foi construída a caixa para água potável, com a rede de distribuição para a fábrica e as casas dos operários.

Em dezembro de 1988, em função dos custos com os motores a vapor, Dr. Plinio Soares convenceu a diretoria que a aquisição da cachoeira denominada João Paulino, da fazenda São Jorge, traria uma considerável economia para a fábrica, pois mesmo no tempo maior de seca a cachoeira abasteceria. Foi feita uma outra linha de encanamento de 0,65 m de diâmetro e foi montada uma turbina, fazendo com que nos tempos de abundância de água fosse permitida a paralisação completa dos motores a vapor. Já era previsível trazer ao açude as águas da cachoeira da Fazenda São Jorge, figura 31. Foram adquiridas também as terras pertencentes a Joaquim Felisberto de Macedo – por onde correm as águas para o açude da fábrica) –, bem como o sítio Borja Castro e o sítio do Sr. Carlos Santigo Dantas.

Figura 31 – Açude da Cachoeira São Jorge



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente /Facebook. autor anônimo, [s.d]. Disponível no site: https://www.facebook.com/photo/?fbid=374364931060981&set=gm.4408904585863431&locale=pt_BR
Acesso em: 10 jun. 2022.

A figura 32, que segue abaixo, coloca em evidência um trecho do encanamento e, ainda, o Açude São Jorge. Essas imagens, datadas de 1882, constam do 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, mostrando, inclusive, a construção realizada para levar água até o açude velho para a produção de energia elétrica. Tais obras do encanamento das águas da cachoeira de São Jorge e a reconstrução da fábrica foram realizadas pelo Dr. Plinio Soares, que faleceu em 03 de agosto de 1904. Foi adquirido de Manoel do Rego, em dezembro de 1915, um sítio com 522 m², para garantir o reforço do suprimento de água potável para o abastecimento.

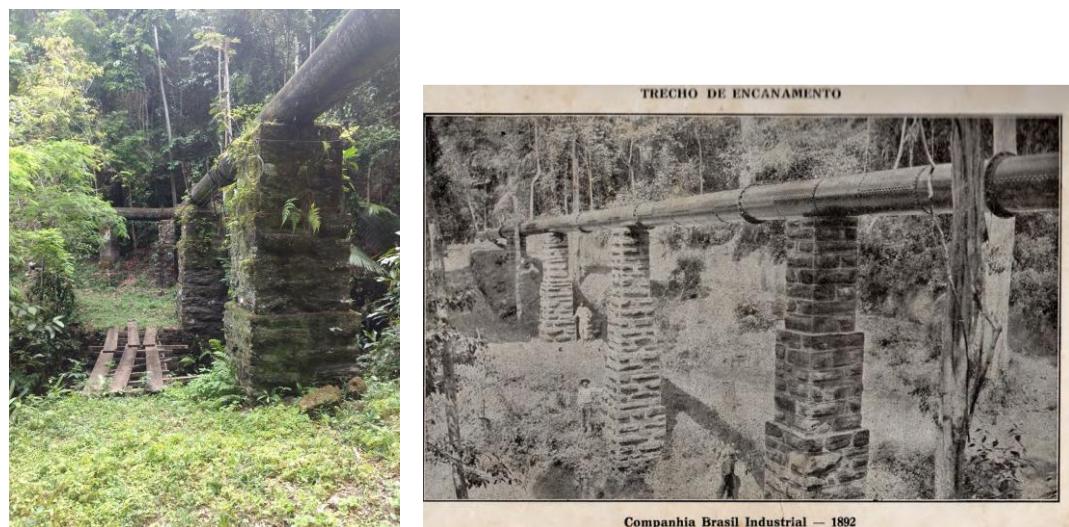
Figuras 32 – Trecho de encanamento e Açude São Jorge (1882)



Fonte: COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, (1921, p.14)

Na figura 33 inda encontramos reminiscências, dentro do Parque Municipal do Curió de parte dessas tubulações. Ao lado foto da tubulação quando de sua construção em 1892.

Figuras 33 – Tubulação ainda existente dentro do Parque Municipal



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente/Facebook: Autor anônimo. [s.d.]. disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3888725621211071&set=g.310237275730203>
Acesso em 07 mai. 24

Vale destacar que as terras onde estava inserida a Companhia Brasil Industrial pertenciam à Fazenda de Santa Cruz e a escritura só foi assinada em 5 de maio de 1897, o que correspondia a uma área de 13.486.250 m².

Finalmente depois de cinco anos de protelação, os delegados nomeados pelo Ministério da Fazenda, concluíram a medição e demarcação das terras que

pertenciam a Fazenda de Santa Cruz e que estavam aforadas a Companhia Brasil Industrial, tendo sido assinada a escritura de remissão de foros no dia 5 de maio de 1897, entrando daquela data em diante a Companhia em pelo goso de senhoria direta de suas terras, que são avaliadas em 13.486.250 metros quadrados (COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, (1921, p.15)

A administração e conservação do parque estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que cuida da preservação dos recursos hídricos, bem como da rica flora e fauna presentes no ambiente. Essas ações são direcionadas de forma a se alinhar com os objetivos delineados no processo de implementação do parque.

No ano de 2009, o Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi, já sob essa nova nomenclatura, teve sua área reduzida para 913.961 hectares, conforme estabelecido no Decreto Lei Municipal nº 921, datado de 30 de abril. Além disso, determinou-se um prazo de 12 meses para a formulação do Plano de Manejo do Parque, incumbindo essa tarefa à atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Através do Decreto-Lei Municipal nº 3.066, datado de 03 de fevereiro de 2010, uma área denominada Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi, foi oficialmente declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, solidificando o compromisso com sua futura implantação. Dessa forma, o Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi assume um papel crucial na conservação do rico patrimônio natural do município, incorporando-se a um cenário mais amplo de preservação ecológica no contexto da Mata Atlântica e seus ecossistemas interligados.

Em julho de 2013, um marco significativo foi alcançado com a aprovação do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal (PNM) do Curió de Paracambi, formalizado por meio do Decreto-Lei Municipal nº 3.720, datado em 10 de julho daquele ano. Esse passo crucial concretizou o propósito fundamental exigido para Unidades de Conservação (UC) pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o órgão do governo federal encarregado da administração dessas áreas. As Unidades de Conservação são pilares do manejo territorial com abordagem na preservação ambiental, encerrados pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A criação do Parque Natural Municipal do Curió ganha fortalecimento, por sua ligação estreita com a imperativa salvaguarda de uma extensão florestal em excelente estado de conservação. Este espaço tem desempenhado papel vital de gestão hídrica, pois engloba nascentes cruciais para o abastecimento de água à cidade. Além disso, abarca preciosos

remanescentes florestais e áreas em processo de proteção, que apresentam uma condição ótima de preservação da fauna e da flora da Mata Atlântica.

No que se refere à sua herança ambiental, o Parque Natural Municipal do Curió se encaixa harmoniosamente no contexto de preservação da história da fábrica e da própria cidade de Paracambi. Além disso, ele complementa, de maneira valiosa, o projeto turístico futuro do município, criando uma interface entre a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região.

O "Segundo maior parque municipal do Estado", o Parque Municipal de Paracambi, recebeu seu nome devido à condição de *habitats* ideais para os curiós (*Oryzoborus angolensis*) na vida selvagem. Trata-se de uma espécie de pássaro que atualmente está à beira da extinção. O canto dessas aves, registrado nos anais de ornitólogos e especialistas, é considerado o melhor canto da espécie. Hoje, o canto dessa espécie é até conhecido como "Canto Paracambi", o que enriquece a importância da conservação dessa área do parque, para o município e seu reconhecimento.

O parque mantém paisagem natural pouco transformada, conservando muitas espécies nativas. Segundo dados do IBGE, a vegetação cobre cerca de 40% do território de Paracambi, destacando-se, inclusive, neste espaço de preservação a presença de diversas espécies de aves e flora ameaçadas. Além de suas montanhas, um dos destaques da região é a Cachoeira localizada no bairro da Cascata, com uma queda d'água única de 50 metros de altura.

A área é abundantemente abastecida por recursos hídricos, incluindo mananciais e nascentes, e exibe uma beleza cênica de elevado grau. O "Plano de Manejo" inicial foi elaborado pelo ITPA (Instituto de Preservação Ambiental), o qual também desempenhou um papel crucial ao auxiliar a prefeitura no processo pioneiro de desapropriação de terras. Este foi o primeiro caso no Rio de Janeiro, envolvendo unidades de conservação municipal, com o financiamento proveniente de recursos de compensação ambiental.

O Parque Municipal do Curió, sob a gestão da Secretaria de Meio Ambiente, encontra-se em estruturação e com um atraso na sua implantação. Este será um espaço em constante evolução pelo seu potencial exploratório. Atualmente vem sendo impulsionado por iniciativas e empreendimento financiados por projetos ou por meio da compensação ambiental como a que vem ocorrendo com a Empresa Xingu Rio – Transmissora de Energia. Esses recursos têm respaldado diversas empreitadas, tais como a edificação da sede da Guarda Ambiental e a elaboração do abrangente Plano de Manejo do Parque.

Este plano não apenas delineia a orientação estratégica para a preservação e uso sustentável do parque, mas também dá forma a uma intrincada rede de trilhas. Essas trilhas,

com abordagens que englobam aspectos histórico-culturais, socioambientais e multidisciplinares, transcendem sua função recreativa ao constituir um autêntico patrimônio histórico da região municipal.

Nesse contexto, o Parque Municipal do Curió surge como um exemplo tangível de sinergia entre a preservação ambiental, o engajamento comunitário e a preservação cultural. É uma prova concreta de como as parcerias entre o setor público e a iniciativa privada podem culminar em convidados que enriquecem tanto o presente quanto o legado das gerações vindouras.

Pela sua importância para o bioma da Mata Atlântica, podemos destacar o trabalho desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que identificaram espécies de plantas únicas no Parque. Uma delas é a *Ruellia capotyra* (flor da mata, em tupi-guarani) descoberta pela equipe multidisciplinar de pesquisadores e alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Parque Natural Municipal do Curió. A equipe é coordenada pela professora e taxonomista Denise Braz, do Departamento de Botânica da instituição. A planta teve sua descoberta confirmada pela revista científica *Systematic Botany*. As novas espécies só são reconhecidas após sua publicação em uma revista científica especializada.

Figura 34 – Foto da *Ruellia capotyra*



Fonte: Disponível no site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/pesquisadores-da-ufrrj-descobrem-nova-planta-no-parque-do-curio>. Acesso em 06 de ago. de 2023).

Desde 2007, a pesquisadora Dr^a Denise Braz e sua equipe vem realizando pesquisas de campo, no Parque do Curió, dedicadas ao estudo da flora local, com foco nas plantas pertencentes à família *Acanthaceae* que lá ocorrem. O primeiro achado do grupo foi a espécie *Justicia paracambi*, batizada em homenagem à região, a planta teve sua descoberta reconhecida pela revista *Phytotaxa*, em 2015.

Figura 35 – Foto do primeiro achado do grupo foi a espécie *Justicia paracambi*



Fonte: Disponível no site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/pesquisadores-da-ufrj-descobrem-nova-planta-no-parque-do-curio>. Acesso em 06 de agosto de 2023.

Foram conduzidas diversas pesquisas na área pelos docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, as quais resultaram na construção do *e-book* "Parque do Curió", sob a coordenação do professor Marcelo Elias Fraga. Neste *e-book* estão disponíveis uma ampla gama de pesquisas que foram desenvolvidas na localidade do referido parque.

A perspectiva de uso do parque abrange aspectos culturais, acadêmicos, de lazer e turismo, representando uma fonte inesgotável de recursos para fomentar o crescimento do turismo de base local. Através da elaboração de itinerários voltados ao ecoturismo de base comunitária em Paracambi, emerge uma abordagem voltada para a preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental que caracteriza a região.

CAPÍTULO III

CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL – AS QUESTÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

O conjunto fabril da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial se enquadra perfeitamente no perfil de patrimônio, por sua relevância histórica para o município de Paracambi, e, ainda, tem importância para os estudos e pesquisas sobre a história do trabalho e da produção industrial no Brasil. Seu estágio atual de uso e a conservação são fatores de preocupação tendo em vista os problemas decorrentes da falta de políticas de preservação, por parte dos detentores, usuários e órgãos de fiscalização do bem patrimonial. Neste capítulo, apresentaremos as evidências desse descaso e nossa análise sobre o tema.

3.1 – Cia. Têxtil Brasil Industrial – Patrimônio Industrial?

Primeiramente, é fundamental reconhecer que o patrimônio industrial representa não apenas um legado material, mas também imaterial, que reflete as conquistas tecnológicas, econômicas, sociais e culturais de sociedades ao longo do tempo. Através das fábricas, minas, ferrovias, estaleiros e outros locais industriais, podemos entender não apenas os processos produtivos, mas também as histórias de trabalho, inovação e transformação que moldaram comunidades e nações.

O estudo arqueológico dos vestígios materiais da industrialização no Brasil, a nosso ver, pode trazer contribuições relevantes de processos tecnológicos, fluxos de mercadorias ou hábitos de consumo; mas, principalmente, talvez ajude a explicar a própria expansão do processo de industrialização, de como se iniciou e a particularidade do seu desenvolvimento nas condições locais. Por outro lado, apenas recentemente o patrimônio industrial tem sido reconhecido nos órgãos patrimoniais – inclusive por não estar reconhecível nas suas modalidades arquitetônicas tradicionais (como a excepcionalidade de projeto). Afinal, galpões industriais, vilas operárias ou pontes não se prestavam, por sua funcionalidade e material, a denotarem monumentalidade (OLIVEIRA, 2017, p.313).

Mendes classifica os monumentos industriais em três grandes grupos, um relacionado aos meios de transportes e comunicação, outro grupo se refere aos equipamentos que promovem

o abastecimento de energia, água ou bens produzidos, como o comércio. Nos interessa o grupo dos chamados monumentos industriais definidos como

vestígios referentes à produção artesanal e industrial, entre os quais as oficinas, estruturas fabris e habitacionais como os bairros operários; ferramentas e utensílios, maquinário, moldes, produtos, catálogos, meios de transmissão de energia e iluminação. Essa cultura material deve ser estudada em interligação com os fatores humanos e sociais, os ritmos de produção, concentração e condições de trabalho, sindicalismo, cultura operária, associações culturais e sua atuação (MENDES, 1988, pp. 68-69).

A Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH)¹² desempenha um papel fundamental na preservação e valorização de um componente crucial da herança da humanidade: o patrimônio industrial. Esta organização, dedicada à promoção e conservação de locais, estruturas e tradições relacionadas à atividade industrial, possui uma importância significativa em diversas dimensões.

A TICCIH é destacada ao promover a conscientização sobre a importância desse patrimônio e ao incentivar sua conservação. Ao fazê-lo, não apenas se preserva a memória coletiva, mas também se promove o desenvolvimento sustentável, a educação e o turismo cultural. Locais industriais restaurados e reutilizados podem se tornar catalisadores de revitalização econômica, em áreas anteriormente em declínio, gerando empregos, oportunidades e orgulho comunitário.

Além disso, desempenha um papel essencial na promoção da colaboração internacional e na troca de conhecimentos e melhores práticas entre países e culturas. Isso é crucial, pois, muitas vezes, desafios semelhantes são enfrentados em diferentes partes do mundo, como a conversão de antigas fábricas em espaços culturais ou o gerenciamento de sítios industriais contaminados.

Por fim, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial também desempenha um papel significativo na sensibilização para a preservação de locais industriais

¹² O Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil) foi criado por profissionais de várias áreas de formação preocupados em desenvolver ações concretas contra a destruição/deterioração de nosso parque industrial e dos inúmeros riscos que ameaçam a preservação desse patrimônio. Em todas as regiões do país, existem exemplos de patrimônio industrial de grande importância histórica, econômica, tecnológica e social, que precisam ser preservados. Filiado desde 2004 ao *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)*, o comitê tem como objetivo pesquisar, investigar, mapear, catalogar, inventariar, divulgar, proteger e conservar os bens materiais e imateriais do patrimônio industrial brasileiro. Além disso, busca servir como órgão de divulgação da causa preservacionista, articulando comunidades, organizações da sociedade civil, entidades empresariais e sindicais, tanto na preservação desse patrimônio, quanto na busca de alternativas para a sua requalificação e restauro. Busca também ser instrumento de reivindicação e apoio junto ao poder público e às comunidades, visando iniciativas de preservação do patrimônio industrial. Disponível em: <https://ticcibrasil.org.br/o-ticcih/>. Acesso em 01 abr. 2024.

em risco de destruição, devido ao desenvolvimento urbano, à negligência ou à falta de reconhecimento de seu valor. Ao destacar a importância desses locais e trabalhar para sua salvaguarda, contribui para garantir que as gerações futuras possam apreciar e aprender com o legado industrial que nos foi deixado.

Em resumo, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial desempenha um papel indispensável na proteção e promoção de um aspecto vital da herança da humanidade. Seu trabalho é fundamental para preservar a história, promover o desenvolvimento sustentável e facilitar o intercâmbio cultural e técnico em escala global.

Essa importância da preservação destes espaços foi estabelecida a partir da carta de Nizhny Tagil (Rússia), produzida na ocasião da reunião da Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (O TICCIH – *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), que foi realizada em 17 de julho de 2003, e foi posteriormente apresentada ao ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites*) para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO. O ICOMOS¹³ (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) adotou na sua 17ª Assembleia Geral, ocorrida em 28 de novembro de 2011, “Os princípios de Dublin”, definindo que

(...) o patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral (ICOMOS, 2011).

A carta de Nizhny Tagil, de 2003, torna-se uma referência na definição de patrimônio industrial e os seus possíveis desdobramentos. Introduz o conceito de Arqueologia Industrial, nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento de movimentos nacionais em prol do patrimônio cultural. Convém destacar que a Arqueologia Industrial cresceu como um tipo

¹³ O ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, é uma organização não governamental global associada à UNESCO. A sua missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios. Este participa no desenvolvimento da doutrina, evolução e divulgação de ideias, e realiza ações de sensibilização e defesa. O ICOMOS é o organismo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. Disponível em <https://www.icomos.org.br/>. Acesso em 01 abr. 2024.

específico de arqueologia, primeiro na Grã-Bretanha, e, depois, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (TICCIH, 2003).

A partir destes parâmetros estabelecidos na Carta de Dublin, e ainda objetivando a preservação do patrimônio industrial no Brasil, é importante analisar que os aspectos que fundamentam a demanda pela salvaguarda do patrimônio Cia. Têxtil Brasil Industrial, se orientam em dois sentidos. Em primeiro lugar, a conservação destes espaços físicos como projeto arquitetônico, fonte da história do trabalho e da produção industrial brasileira e, em segundo, para conhecer um pouco desta fábrica, sua construção, seu funcionamento e sua transformação. O prédio hoje é o cartão postal da cidade, presente nas diversas propagandas e cartazes por parte da prefeitura e do comércio. A sua reconversão em polo educacional e cultural traz para a cidade um novo referencial em termos de patrimônio cultural, por congrega diversas instituições públicas com ensino gratuito, além de fortalecer os afetos relacionados à sua existência material e simbólica, constituindo, assim, uma tarefa importante para compreendermos a relação mais que estreita entre esta e a construção identitária de Paracambi.

Falar em Patrimônio Industrial não é só conhecer um pouco da fábrica, não basta apenas a conservação do espaço físico, uma ação mais contundente se faz presente e importante. A Educação Patrimonial é um instrumento para oferecer uma visão de pertencimento e de uma relação afetiva daquele empreendimento com o lugar onde vivemos, sua importância e o reconhecimento dos seus contrastes.

Após o encerramento das atividades de uma fábrica, com o passar dos anos, as referências do passado perdem significado para a comunidade: por exemplo, as máquinas e os processos de transformação industrial não são mais compreendidos e seu valor tecnológico é gradualmente perdido; o patrimônio intangível da indústria – os conhecimentos dos trabalhadores, gestos habilidades e tradições – desaparecem; os valores arquitetônicos desintegram-se junto com os prédios. A educação patrimonial pode, portanto, oferecer à comunidade informações, argumentos e imagens para despertar a compreensão desses vestígios e acordar a memória coletiva (ROSA, 2012, p.6).

No trecho acima as considerações levantadas por Rosa, refletem uma similaridade quanto a necessidade de conservação e preservação de determinados patrimônios industriais, comparativamente a fábrica de Paracambi, não só no sentimento de perda, mas também de

objeto de estudos pelo fechamento da fábrica têxtil na Paraíba. Seu relato nos remete a uma similaridade de abordagem.

Em 1917, no entanto, fundação da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CRTT) pela família Lundgren criou uma zona urbana e industrial em meio a uma área essencialmente rural. A CRTT tornou-se uma das mais importantes fábricas têxteis da América Latina. Rio Tinto era uma verdadeira *company town* dotada de toda a infraestrutura necessária para garantir sua autonomia econômica, social e política: fábricas, porto, ferrovia, estação de energia, casas de trabalhadores, cinema, clubes, campos de cultivo etc. Em vista do seu crescimento populacional e de sua importância econômica, as terras da CRTT foram emancipadas em 1956, constituindo o município de Rio Tinto. A partir dos anos 60, a fábrica mergulhou numa crise profunda devido a problemas financeiros, administrativos e sociais, fechando nos anos 1990. Em consequência do encerramento da fábrica, a comunidade enfrenta graves problemas econômicos e sociais como o analfabetismo e o desemprego (ROSA, 2012, p.11).

A patrimonialização é importante e precisa vencer grandes desafios. Primeiro acertar a interlocução entre as disciplinas de Arquitetura, História, Arqueologia, Sociologia e Antropologia. Segundo acertar a interlocução entre o poder público, as políticas a implementar, os interesses econômicos e o desejo das comunidades, no âmbito do qual o patrimônio cultural ou bem cultural está inserido. E isso passa por uma discussão muito ampla, e seus desafios precisam ser bem trabalhados, pois nessa questão do patrimônio cultural ou da patrimonialização existem diversos interesses.

Dentro das perspectivas de preservação, o patrimônio industrial ainda não conquistou a devida relevância e destaque no meio acadêmico. São poucas instituições que se detém a estudar o assunto e está longe de ser considerado uma categoria significativa de patrimônio no Brasil pelos órgãos de preservação, que se baseiam principalmente em atributos estéticos elitistas, a partir de um entendimento eurocêntrico. Necessitamos superar essas limitações, desafiando a concepção “tradicional” de patrimônio baseada na “pedra e cal”. Hoje, sabemos e discutimos que o patrimônio industrial, composto pelas memórias do desenvolvimento territorial e pela transformação da paisagem e do trabalho operário, carrega diversos valores patrimoniais. Entre eles, destaca-se o valor de testemunho histórico do progresso das atividades humanas, sendo a materialização dessas experiências. Além disso, o patrimônio industrial possui um valor social como registro das vivências, no contexto industrial e dos trabalhadores.

É preciso estimular o reconhecimento desses valores e promover uma nova visão de patrimônio – construído pelas e pertencente às comunidades. Os sítios industriais estão frequentemente no coração do desenvolvimento territorial e comunitário e, assim, são fortes símbolos de identidade e memória para as comunidades nascidas em seu entorno, sejam elas locais com grandes indústrias, cidades empresas, bairros operários etc. (ROSA, 2011, p.12).

Promover o reconhecimento desses valores como vestígios de múltiplas memórias e identidades é um passo importante para sua valorização e aceitação. No entanto, é fundamental

lembra que essa valorização não pode ser imposta à comunidade, mas deve ser construída de forma colaborativa e inclusiva (ROSA, 2011, p.13).

Logo, podemos defender a preservação do patrimônio industrial, pois ela está ligada ao ressurgimento dos sentimentos identitários, ao pertencimento, à vivência de uma história ao nascimento de uma cultura que muitas das vezes impactam na localização ou região, criando uma identidade única e isso reforça a nossa convicção de que a Cia. Têxtil Brasil Industrial deve ser incluída nas discussões acadêmicas e de patrimônio cultural como um símbolo de resistência que não pode ser esquecido.

Nesse sentido de inclusão da Cia. Brasil Industrial, as nossas ponderações no reconhecimento desse patrimônio industrial já reverberam nas discussões internacionais e já se encontram nos anais da academia, com a inclusão da Cia. Têxtil Brasil Industrial no relatório da TICCIH Brasil no XVIII *CONGRESS TICCIH – Montreal-Canadá. National Reports 2019-2022*. No âmbito deste a fábrica foi citada como exemplo de ressignificação com a conversão em Centro Educacional (ANEXO L).

3.2 O tombamento pelo INEPAC.

Inicialmente abordaremos os aspectos que levaram ao processo que culminou com o tombamento da fábrica, bem como os aspectos que permeiam a legislação estadual sobre os bens patrimoniados. A questão básica que permeia esse trabalho está na questão da preservação e conservação, já que o patrimônio tombado em estudo está carecendo também de um maior aprofundamento na sua conservação construtiva.

É importante destacar não só as confusões entre preservação e tombamento, conforme nos esclarece Rabelo (2009), mas também as diferenças conceituais entre preservação e conservação de patrimônios históricos e isso é essencial para entender como essas práticas abordam a gestão e a salvaguarda de bens culturais de valor histórico.

A preservação, no contexto do patrimônio histórico, refere-se à manutenção da preservação e integridade original dos bens culturais. Isso envolve proteção contra danos, manipulação e instruções que podem comprometer as características históricas, estéticas ou arquitetônicas de monumentos, edifícios ou sítios históricos. A preservação visa manter o patrimônio cultural em sua condição original tanto quanto possível, muitas vezes empregando técnicas de conservação que minimizem a intervenção física e respeitem os materiais e métodos de construção originais.

Por outro lado, a conservação no âmbito do patrimônio histórico se concentra na gestão cuidadosa e sustentável desses recursos culturais. Isso pode incluir a restauração de elementos danificados, a adaptação a novos usos ou a implementação de medidas de manutenção que garantam a sobrevivência a longo prazo do patrimônio cultural. A conservação de que, em alguns casos, certas intervenções podem ser permitidas para garantir a continuidade dos bens culturais, mesmo que isso envolva modificações em relação à sua forma original.

Assim, enquanto a preservação se concentra na manutenção da preservação e integridade histórica, a conservação busca equilibrar a proteção do patrimônio cultural com sua adaptação às necessidades contemporâneas. Ambas as abordagens são essenciais para garantir a segurança e a avaliação contínua do patrimônio histórico para as gerações presentes e futuras. Em sua publicação Rabello (2009) descreve a diferenciação entre preservação e tombamento.

Comumente, costuma-se entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento. É importante, porém, distingui-los, já que diferem quanto aos seus efeitos no mundo jurídico, momente para apreensão mais rigorosa do que seja o ato do tombamento. Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, se caracterizam como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica (RABELO, 2009, p.19).

O tombamento, instituído em 1937 pelo Decreto-lei nº 25, representa um marco na proteção do patrimônio cultural brasileiro. Mais do que um instrumento jurídico, é um escudo que preserva a nossa história e identidade, assegurando a memória das futuras gerações. A partir da Constituição de 1988, o conceito de patrimônio cultural se expandiu significativamente. O tombamento se consolidou como uma das ferramentas de preservação, reconhecendo a riqueza e a diversidade das nossas expressões culturais.

O Decreto-lei nº 25, elevado a norma geral nacional pelo texto constitucional, aplica-se aos três entes federativos: União, Estados e Municípios. Sua principal função é garantir a conservação de bens materiais, móveis ou imóveis, considerados portadores de valores culturais. O tombamento impõe responsabilidades a todos os envolvidos:

- Proprietários: assumem o dever de zelar pela preservação do bem tombado, assegurando sua manutenção e integridade.
- Poder Público: cabe ao Estado fomentar políticas públicas que viabilizem a conservação dos bens tombados, além de oferecer suporte técnico e financeiro aos proprietários.

- Sociedade: a comunidade em geral tem o direito de acesso e fruição dos bens tombados, reconhecendo-os como parte integrante da nossa história e identidade.

O tombamento é um pilar fundamental para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Através da preservação de bens materiais, construímos pontes entre o passado, o presente e o futuro, garantindo que a memória e a identidade do nosso país sejam perpetuadas para as próximas gerações. O tombamento da Cia. Têxtil Brasil Industrial é anterior à carta de Nizhny Tagil (2003), conforme manifestação do prefeito da época, em ofício encaminhado ao INEPAC, em 1984, pedindo o tombamento ao órgão estadual.

O que levou o pedido de tombamento por parte da prefeitura? Com a aquisição da fábrica, em 1980, pelo grupo São Pedro de Alcântara, começaram a acontecer alguns eventos promovidos pela nova administração que sensibilizaram a população. Primeiramente, cercaram com muro o Cassino, fecharam a entrada da fábrica com a colocação de um muro e com a construção de uma guarita, isolaram o acesso à capela, deixando apenas um acesso para a escola, por uma entrada lateral. Plantaram árvores na área que dava visibilidade ao prédio da fábrica de uma longa distância, impedindo que curiosos vissem de perto a construção. Conforme podemos observar na figura 36, tirada na década de 1980, essa área hoje é denominada de bosque da fábrica.

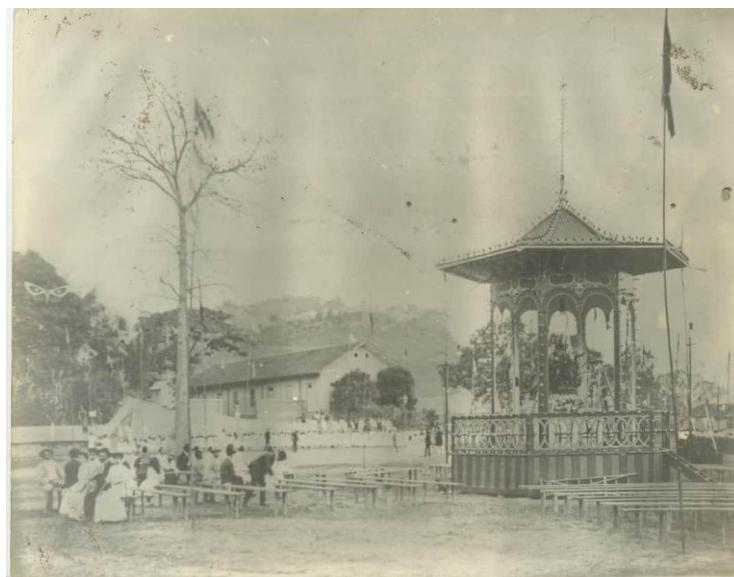
Figura 36 – Vista da fábrica tirada no meio da Avenida dos Operários



Fonte: Acervo Dinho JJ Pinto, [198?]

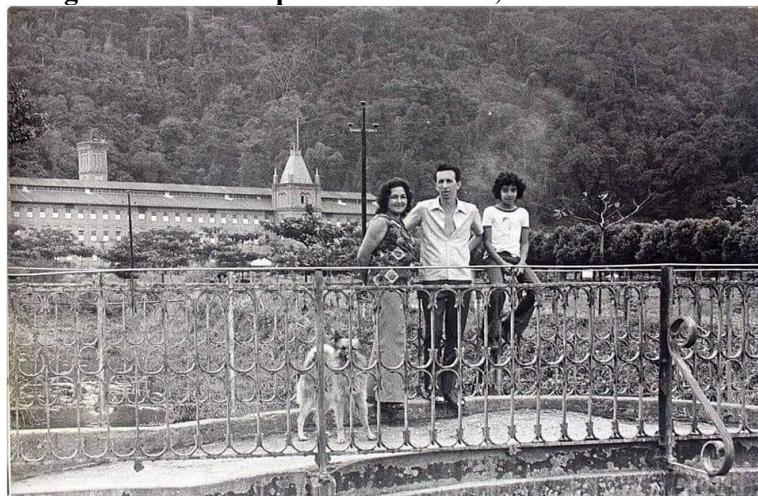
Derrubaram os coretos que eram utilizados nas festividades da padroeira, onde ocorriam as apresentações da banda de música, a missa, o bingo e outras apresentações artísticas (figura 37), ao fundo fica o prédio da antiga escola no âmbito da qual funcionou o Ginásio Othon, na década de 1960. É interessante destacar que uma das pontes laterais de acesso à fábrica, situada na rua Plínio Soares, sobre o rio Ypê (figura 38), também foi demolida nesse período de 1980.

Figura 37 – Um dos coretos derrubado



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook. (Anônimo, 1909).
Disponível no site: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4018844518130817&set=g.310237275730203>. Acesso em 21 de mar.2023.

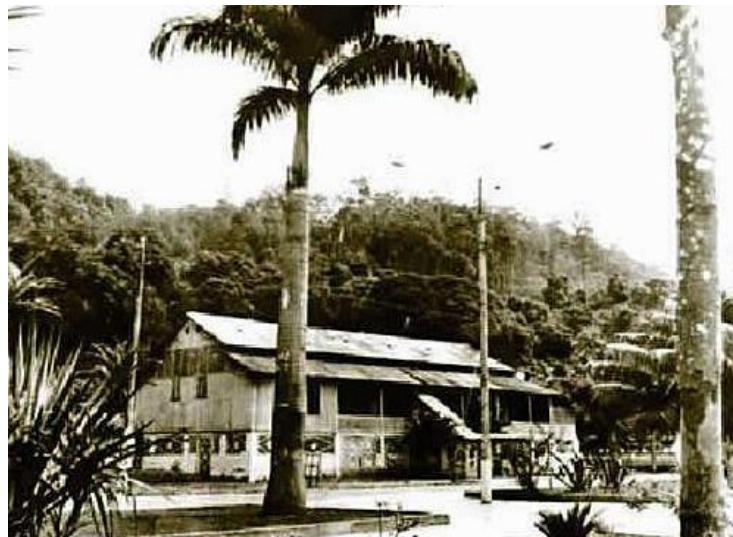
Figura 38 – Ponte que foi derrubada, um dos acessos à fábrica



Acervo: Dinho JJ Pinto, Ano 1969

A culminância que levou a prefeitura a tomar uma ação mais efetiva na preservação da memória da cidade, foi a derrubada de um dos maiores símbolos sociais, quando em maio de 1981, o prédio do Cassino foi derrubado, apesar de todo o clamor da comunidade pela sua manutenção. Desde a compra, a direção da fábrica interrompeu possíveis eventos, alegando o estado de conservação e o risco de desabamento, conforme podemos ver na figura 39 e a demolição do clube na figura 40. No detalhe o muro construído para impedir o acesso à área do Cassino e a um campinho de futebol, onde os jovens batiam suas “peladas”.

Figura 39– Clube Social “Cassino” antes da construção do muro e a sua derrubada



Fonte: Autor desconhecido. [198?]. Disponível no site:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3312062952201915&set=g.310237275730203>. Acesso em 21 de mar. 2023.

Figura 40– Momento de derrubada do prédio do Clube Social “Cassino” e muro construído isolando a área do clube



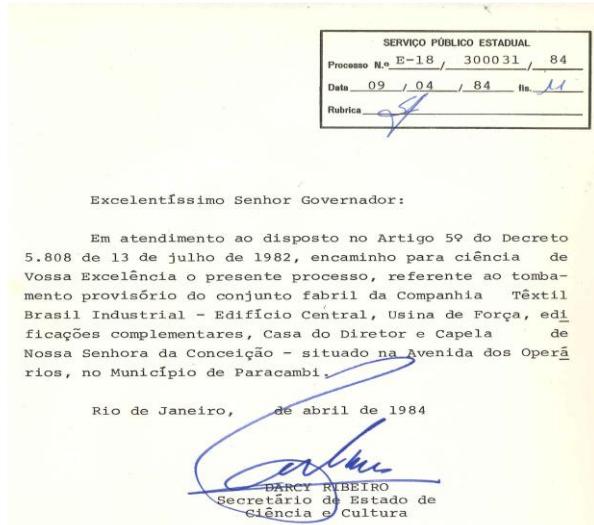
Fonte: Autor desconhecido (1981). Disponível no site:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=135749870686215&set=g.310237275730203>. Acesso 19 de mar.2023.

Em função da falta de entendimento entre o poder público e a direção da fábrica a área foi desapropriada pela prefeitura para a construção do Novo Cassino. O prefeito Delio Leal encaminhou pedido de tombamento da fábrica, conforme ofício nº 058/84 de 12 de março de 1984 (ANEXO D).

A elaboração do presente trabalho sobre a importância da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial, vem de encontro a outro objeto para o enriquecimento dessa história da fábrica. Esse processo de tombamento ocorreu no período da gestão de Leonel de Moura Brizola, governador do estado do Rio de Janeiro e o seu Secretário de Estado de Ciência e Cultura Professor Darcy

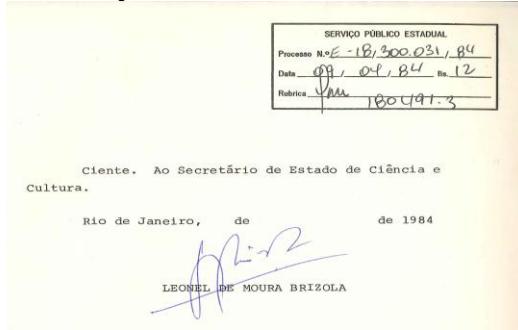
Ribeiro, conforme despacho no processo de tombamento. Nas figuras 41 e 42 são apresentados os despachos constantes, no processo de tombamento do INEPAC, e a cópia do diário oficial referente ao tombamento.

Figura 41 – Despacho do Professor Darcy Ribeiro. Processo tombamento E-18/300.031/84



Fonte: Acervo próprio (1984).

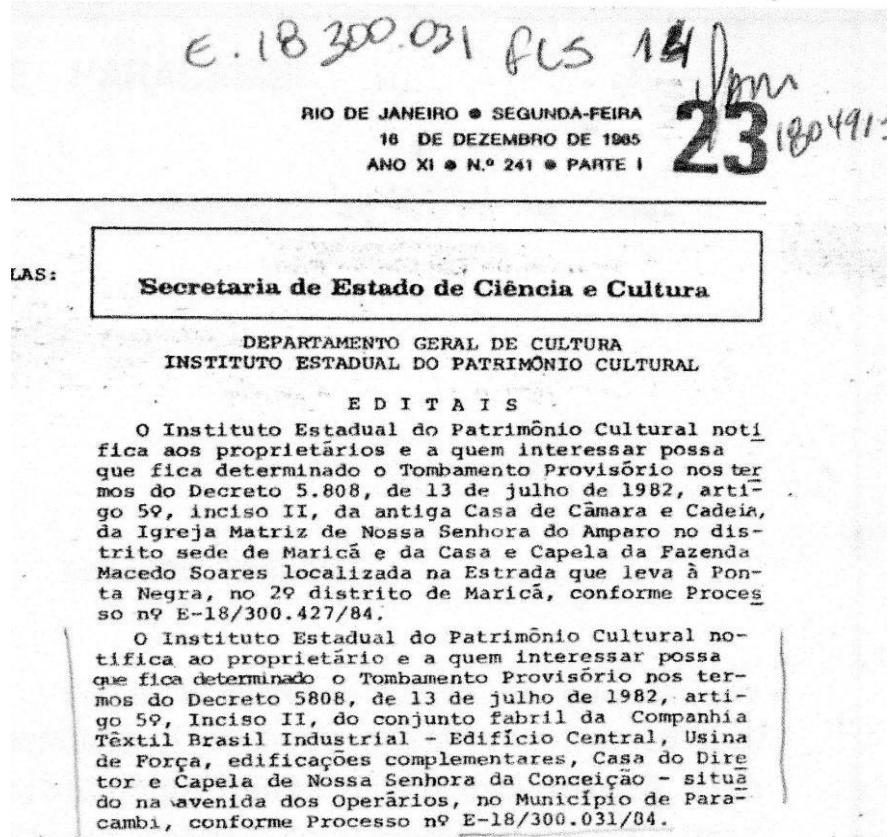
Figura 42 – Despacho digitalizado de encaminhamento do governador Leonel M. Brizola dando ciência do pedido de tombamento da fábrica



Fonte: Acervo próprio (1984).

A seguir, segue a figura 43, com reprodução do Diário Oficial do Rio de Janeiro, com a publicação do ato de tombamento.

Figura 43 – Cópia digitalizada do DO tombamento da fábrica



Fonte: Acervo próprio (1984).

Para melhor entendermos o que foi tombando, no conjunto de figuras abaixo são apresentados cada um dos prédios, conforme estipulado no Decreto 5808, publicado no Diário Oficial de 16 de dezembro de 1985.

Figura 44 – Edifício Central e edificações complementares



Acervo Próprio. (2022)

Essa construção é onde se encontrava todo o parque fabril, no primeiro e segundo andar funcionavam as tecelagens, no terceiro andar as bobinadeiras e espuladeiras, e no quarto andar

a fiação. Nos prédios ao fundo funcionavam todos os setores para a preparação dos fios, (batedores, cardas, penteadeiras, maçaroqueiras, urdideira e engomação).

Na figura 45, por sua vez, temos a casa de força, também chamada de usina de força. Trata-se de uma PCH – Pequena Central Hidrelétrica, responsável pela geração de energia elétrica para abastecimento da fábrica. A água que abastece essa PCH, vem do açude da Cascata.

Figura 45 – Casa de Força



Fonte: Autor desconhecido. [198?]. Disponível no site:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3312062952201915&set=g.310237275730203>. Acesso em 21 de mar.
 2023.

A figura 46 também chamada de Casa Grande foi a residência de alguns dos gerentes, era o local onde ficavam os Diretores da fábrica quando vinham a Paracambi. Ao lado da Casa Grande está localizada a Capela de Nossa Senhora da Conceição, conforme coloca em evidência a figura 47.

Figura 46 – Casa do Diretor (Casa Grande)



Acervo Próprio (2018).

Figura 47 – Capela de Nossa Senhora da Conceição



Acervo Próprio (2018)

Todos esses bens estão tombados como especificados na cópia do diário oficial (fig. 40) e esse tombamento é definido como provisório. O conceito de tombamento provisório ou definitivo é muito conflituoso para o cidadão comum. Cria-se uma imagem de menor valorização até na visão de alguns agentes públicos do município, que o desqualifica como menos importante, mas para o sentido de proteção e preservação patrimonial eles se equivalem.

O tombamento provisório do conjunto fabril da Cia Têxtil Brasil Industrial conforme processo E-18/300.031/04, publicado no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1985, contempla: o edifício central, a usina de força, a casa do diretor, a capela de Nossa Senhora da Conceição (1880) e edificações complementares. Em julho de 1988, com parecer do Conselheiro Carlos Henrique Ribeiro Porto, representante do IAB-RJ, ao analisar o tombamento definitivo após visita *in loco*, sugere estender a área de proteção do bem tombado, incluindo também as residências da Avenida dos Operários, aos prédios localizados na pequena praça fronteira e às pequenas edificações ao longo do caminho da Cascata, e sublinha que estas construções deveriam manter, sempre que possível, as alturas, disposições de fachada e o volume existente.

Este parecer esclarece ainda que é essencial a preservação da densa arborização protetora até a cumeada das elevações que circundam o conjunto, com a determinação de impedir a execução de cortes de árvores de porte e de desmatamentos sem cuidados especiais. Em sessão plenária da 248^a reunião do Conselho de Tombamento, realizada em 02 de agosto de 1988, foi aprovada por unanimidade o parecer do conselheiro Carlos Porto pelo tombamento definitivo e encaminhamento para o INEPAC para a delimitação da área de ambiência. Essas delimitações não ocorreram até a presente data.

Desde o seu tombamento em 1985, observamos uma completa ausência do órgão estadual no acompanhamento do bem tombado, visto que as intervenções feitas na área do entorno e no prédio, estão em completo desacordo com o que preconiza à legislação vigente, pois não foi feito nenhum acompanhamento e nem visitas técnicas durante esse período. O estabelecido no Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, define bem essas atribuições. Em seu artigo 4º temos, essa legislação prevê que

a proteção administrativa aos bens tombados cabe precípuamente à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Educação e Cultura, à qual, além das atribuições específicas previstas nesta lei, compete zelar, de modo geral, pela observância das suas disposições. § 1º – **Os bens tombados ficam sujeitos à permanente inspeção da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico**, que a eles terá acesso sempre que necessário para exames e vistorias (RIO DE JANEIRO, 1969).

Pelas intervenções realizadas pelos antigos proprietários (Cia. São Pedro de Alcântara e a Prefeitura Municipal de Paracambi), nesses mais de 38 anos de ausência de fiscalização, várias ações foram realizadas transformando a área de ambiência da fábrica e das áreas do entorno, com o agravante de que parte dos bens tombados (Casa de Força, Casa Grande e Capela) foram vendidos à particulares. Isso acaba dificultando as ações de fiscalização e de preservação, não havendo nenhuma iniciativa verificadora do bem patrimoniado, pois o seu acesso é restrito. Construções residenciais e comerciais se instalaram, demolições e loteamentos foram realizados, bem como construção de piso, hoje utilizado como estacionamento na área do jardim gramado em frente ao prédio principal. Observam-se também alterações nos galpões e destruição de parte do telhado, em algumas áreas de produção, caracterizando uma afronta ao que está estabelecido nos artigos 6º e 7º da presente lei, no âmbito da legislação estadual.

Artigo 6º – Os bens tombados, ou qualquer dos seus elementos componentes, não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína iminente, nem modificados, transformados, restaurados, pintados ou removidos, sem a prévia autorização, em qualquer hipótese, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, e nos termos em que ela for concedida.

Parágrafo único – Essa autorização será também necessária para a prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem.

Artigo 7º – Sem a prévia audiência da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico não se expedirá nem se renovará licença para obra, para afixação de anúncios, cartazes, ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se também às licenças referentes a imóveis situados nas proximidades do bem tombado, e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente. (RIO DE JANEIRO, 1969)

Em seu trabalho, Santos (2017) apresenta um relato não animador e a falta de envolvimento do poder público municipal no tocante à preservação de seu patrimônio material.

Os secretários de Planejamento, de Meio Ambiente, de Turismo e Cultura de Paracambi, em entrevista declararam total desconhecimento do conteúdo dos documentos que constam do processo. Embora os secretários tenham conhecimento da existência do processo de tombamento, desconhecem a esfera em que se encontram – estadual, INEPAC, ou federal, IPHAN. Desconhecem, também, a abrangência dos bens tombados, assim como o tipo de tombamento, se provisório ou definitivo. Tampouco conhecem as últimas deliberações expostas no processo, consideradas, pelo parecer técnico, de “suma importância”. A ampliação dos bens tombados, com a finalidade de preservar a área de ambientação do sítio, e o tombamento definitivo colaboraram para a preservação e conservação do sítio da fábrica (SANTOS, 2017, p.66).

Uma sequência de descaso pode ser observada na ausência do órgão de patrimônio estadual. Não diferentemente de 2021 o relato registrado de Santos, quando da realização de seu trabalho de pesquisa, nos apresenta as mesmas queixas quanto a inoperância do INEPAC.

No início desta pesquisa, numa das visitas ao Inepac, em uma conversa com as arquitetas Denise Mendes e Dinah Lerne, respectivamente, atual e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, setor responsável pelos bens tombados no estado, ambas atribuem a não aplicação das medidas aprovadas na assembleia de Conselheiros aos seguintes fatores: o aumento da demanda de processos de tombamento no período; a falta de técnicos no Instituto e a dificuldade de comunicação; e o relacionamento com a administração municipal de Paracambi (SANTOS, 2017, p.66).

A culminância desse descaso levou ao abandono e o descumprimento legal, que pode ser observado no conjunto abaixo de registros fotográficos recentes, disponibilizados no presente trabalho. Na região de abrangência do tombamento (provisório), existem áreas que estavam propostas no relatório do tombamento definitivo e que se relacionavam com espaço fabril. A seguir, pelo seu estado atual de conservação e uso, apresentamos, então, evidências e as justificativas necessárias para a ampliação da área de tombamento do complexo fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial, a saber: na entrada da área da fábrica, temos o prédio onde funcionou as escolas Ginásio Othon/Colégio Marechal Rondon. Hoje este é uma propriedade privada, desabitada em processo de degradação, como mostram as fotos a seguir.

Figura 48 – Prédio onde funcionou o Ginásio Othon e Colégio Marechal Rondon



Acervo próprio (2018)

**Figura 49 – Vista superior do antigo colégio e na parte inferior onde funcionava o
armarinho e armazém da fábrica, leiteria e açougue**



Acervo próprio (2018)

Figura 50 – Vista panorâmica do prédio e da Praça Presidente Castelo Branco



Acervo próprio (2018)

Na figura 48, podemos observar as instalações onde na parte superior funcionou o colégio, a partir da década de 1960 e, na parte inferior, funciona atualmente uma churrascaria, com alterações construtivas, modificando seu projeto inicial, inclusive, com a construção dessa varanda. Neste local havia o armário da fábrica, a leiteria, o armazém e o açougue. Essa praça recebeu o nome de Presidente Castelo Branco e está localizada na entrada do portão da fábrica.

O trajeto da rua Sebastião de Lacerda até a entrada principal da fábrica já foi seriamente comprometido com construções e demolições não autorizadas pelo INEPAC, resguardando apenas no momento, a casa dos antigos gerentes técnicos, onde funciona a sede administrativa da Imobiliária São Pedro de Alcântara (figuras 51), antiga proprietária e responsável, por todas essas negociações comerciais das áreas do entorno da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Este fato acaba caracterizando um flagrante desrespeito ao Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997, em seus artigos 2 e 3. A saber:

Artigo 2º – Os bens do patrimônio cultural não poderão ser destruídos, mutilados ou demolidos, salvo no caso de ruína iminente, podendo ser reparados, modificados, restaurados, pintados ou removidos.

§ 1º – As providências a que se refere o caput dependerão da prévia autorização do órgão competente.

§ 2º – Em se tratando de bem público, responde pessoalmente a autoridade responsável pela infringência a este artigo.

Artigo 3º – Constituem, ainda, infrações contra o patrimônio cultural:

I – efetuar obras, instalações ou serviços ou exercer atividades que ponham em risco, causem dano ou, de algum modo, interfiram com a segurança, a integridade estética, a aparência ou harmonia de bens protegidos pelo tombamento;

II – executar obras, instalações ou serviços em área de ambiência delimitada por ato de tutela, incluindo intervenção de caráter urbanístico e/ou ambiental, em prejuízo do bem ou conjunto de bens protegidos pelo tombamento;

III – realizar quaisquer obras, instalações ou serviços mencionados nos incisos anteriores, sem prévia autorização da autoridade competente;

IV – descumprir disposição legal ou determinação administrativa referente à proteção do bem do patrimônio cultural;

V – deixar o proprietário de bem tombado pelo Estado de notificar a este e para que exerça o direito de preferência à aquisição do mesmo, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 22 do Decreto – Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937 (RIO DE JANEIRO, 1997).

Figuras 51 – Sede da Imobiliária São Pedro de Alcântara, na rua Sebastião de Lacerda, dentro da área denominada de bosque



Acervo próprio (2018)

A área a seguir era o antigo pomar da Casa Grande, residência dos antigos donos da fábrica e moradia do gerente geral. Essa área foi loteada e, hoje, se encontra cercada, recentemente limpa, denotando uma possibilidade de futuras construções. Convém pontuar que seus atuais proprietários poderão ser identificados junto à Imobiliária São Pedro de Alcântara.

Figura 52 – Rua Sebastião de Lacerda (entrada da fábrica) e área do pomar da Casa Grande



(Acervo próprio, 2018)

Podemos observar na figura 53 a referida área denominada de pomar, em virtude do cultivo de diversas frutíferas, ao fundo a Casa Grande (Tombada pelo INEPAC) e a subida de acesso para a Capela Nossa Senhora de Aparecida. Toda essa área está cercada e com acesso restrito, conforme podemos observar nas figuras 50 e 51.

Figura 53 – Pomar e ao fundo a Casa Grande



Acervo próprio (2018)

Figuras 54 – Área do pomar e acesso à Capela Nossa Senhora da Conceição, bloqueado a visitação pública



Acervo próprio (2018)

O conjunto de fotografias abaixo, mostra o trecho denominado Rua Sebastião de Lacerda, antigo acesso com o trole, onde acontecem atualmente a maior quantidade de descumprimento da legislação nesta área. Distando uns 150 metros do conjunto fabril tombado, há um flagrante descumprimento do estabelecido na legislação (Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, artigo 7º parágrafo único). Essas obras já foram realizadas na década de 2000, e não tiveram nenhuma atuação dos órgãos competentes na época, recebendo, inclusive, licença de construção no âmbito municipal.

Figuras 55 – Conjunto de apartamentos construído na rua Sebastião de Lacerda (área do bosque)



Acervo próprio (2018)

Figuras 56 – Conjunto de apartamentos/lojas ainda em construção na rua Sebastião de Lacerda (área do bosque)



Acervo próprio (2018).

Figuras 57 – Residência construída na rua Sebastião de Lacerda e área de casa demolida (área do bosque)



Acervo próprio (2018)

As próximas fotos mostram o local onde existia até recentemente uma casa destinada aos gerentes técnicos, cujo projeto arquitetônico seguia os moldes das casas da vila operária e

uma garagem, construída em tijolo maciço nos moldes da fábrica. Hoje, há, ali apenas um terreno vazio, esperando uma oportunidade para a construção de uma obra.

Figuras 58 – A casa dos antigos técnicos e gerentes e garagem antes da demolição



Acervo próprio, (2015)

Figuras 59 – Área da casa dos antigos técnicos e gerentes demolidas



Acervo próprio (2017)

A área denominada de bosque, na entrada do complexo fabril, necessita de especial atenção e o seu tombamento também se faz necessário, pois existem diversos projetos de ocupação desse espaço, para a construção de ambientes de lazer, sem a preocupação de harmonização com o conjunto fabril (construção de anfiteatros em céu aberto, pista de caminhada, instalação de parque recreativo, anfiteatro, quiosques, estacionamentos etc.). É necessário que o projeto seja conciliado ao bem tombado.

Na figura 60, há a cerca divisória de rua com a área de jardim e o gradil se encontra necessitando de reparos, devido à queda de parte da grade e o dano causado pela árvore, logo na entrada principal da fábrica.

Figuras 60 – A necessidade de manutenção da área e reparos urgentes



Acervo próprio (2016)

A área dentro do jardim, foi cimentada na década de 1980, para a construção de abrigo para a montagem de teares e fabricação de artefatos de cimento (bloquetes e tijolos), mas, hoje, é utilizada como estacionamento (Figura 61).

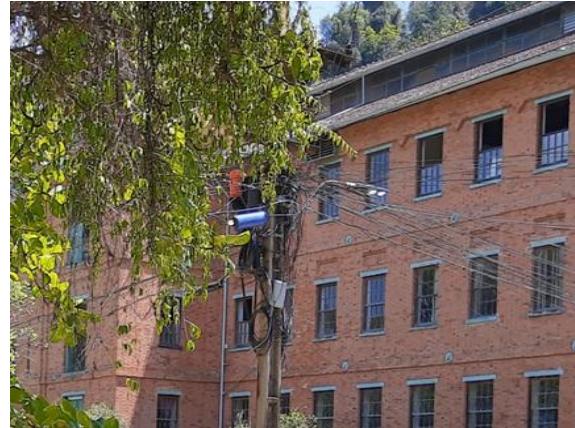
Figura 61 – Área cimentada, hoje utilizada como estacionamento interno das instituições que ocupar o prédio



Acervo próprio (2016)

Podemos observar as alterações arquitetônicas e a poluição visual, decorrente das instalações da rede elétrica, de telefonia e cabos de internet, prejudicando a visibilidade do prédio.

Figura 62 – Rede de iluminação e telefonia exposta



Acervo próprio (2016)

Recentemente como podemos observar nas figuras 63 e 64, fomos surpreendidos por uma obra de urbanização, dentro do bosque com pista para caminhada, e modificações na estrada de acesso à fábrica, alegando-se a necessidade de acessibilidade, pintando todo o piso de azul destoando do ambiente natural que o local nos remete de aproximação com a natureza que o local nos induz. Mesmo nos aspectos relacionados à acessibilidade, todas as modificações foram realizadas sem o devido projeto de aprovação do INEPAC.

Figura 63 – Panorama da área de acesso ao prédio principal antes da reforma

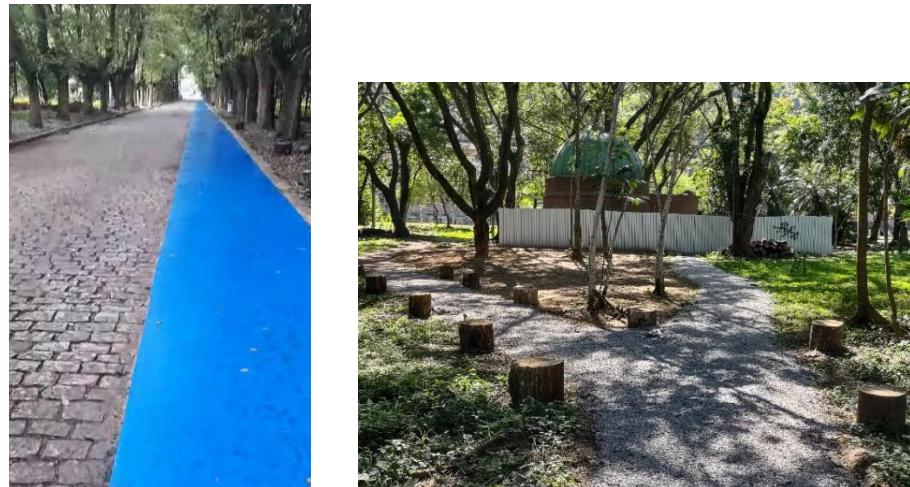


Acervo próprio (2019)

As figuras 63 e 64 são da área onde sistematicamente houve intervenções, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, em 2021, sem a anuência do INEPAC, resultando num processo

de questionamento, que suscitou em uma série de desdobramentos, mostrando os bastidores do órgão estadual, conforme relatado nas atas do Conselho de Tombamento.

Figuras 64 – Alterações promovidas no acesso à fábrica e área do bosque



Acervo próprio. (2023).

No prédio da figura 65, funcionou no passado a Cooperativa de Crédito Mútuo dos funcionários da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Em estado de abandono, ela foi demolida para a construção da Sede do Parque Natural Municipal do Curió e do Centro de Visitantes em 2018.

Essa obra foi motivo de denúncia anônima recebida pela Brigada do Patrimônio do INEPAC, no ANEXO E, onde é apresentada a Ata nº1407, da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, realizada em 12 de janeiro de 2021, sendo relatada a derrubada da antiga construção. Com a obra em fase de finalização e devido à denúncia, a Secretaria de Meio Ambiente do município de Paracambi, responsável pela construção, recorreu, pedindo autorização para construção. Esta obra foi realizada com recursos de uma compensação ambiental da Empresa Xingu Rio – Transmissora de Energia, e foi orçada em R\$ 700.415,21.

Figura 65 – Prédio em ruínas, da Cooperativa de Crédito Mútuo dos empregados



Acervo próprio (2016)

O presidente do Conselho de Tombamento reconhece na vistoria realizada a fábrica e a obra em construção, e relata a existência de problemas políticos delicados, envolvendo o assunto, as obras e adaptações feitas ao longo do tempo sem acompanhamento do INEPAC. O técnico relata, inclusive, que a falta de vistoria foi decorrente da questão política do lugar além a atuação do quadro de técnicos, que se mostrou resistente em fazer os tombamentos, conforme fora solicitado pelo governador (INEPAC, 2021) (ANEXO E).

Figuras 66 – Construção do portal de vigilância do Parque Municipal do Curió, onde havia antiga sede da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Cia. Têxtil Brasil Industrial



Acervo próprio (2021-2022)

Nesta sessão foi deliberada a paralisação da obra até que a prefeitura enviasse o projeto conforme relatado no parecer do Conselho de Tombamento (ANEXO F). Essa dinâmica parece ser uma constante, pois tinha sido identificada por Santos, em 2016, na sua pesquisa.

Entre as principais causas apontadas pelo INEPAC que dificultam qualquer ação do órgão nos bens culturais tombados no Estado, sobretudo no caso de Paracambi, é a falta de comunicação, e, em alguns casos, de interesse dos gestores municipais e/ou detentores do bem (SANTOS, 2017, p.106).

Os desdobramentos desses depoimentos mostram o lado político do órgão responsável pela proteção e conservação do patrimônio histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro, principalmente quando se altera a mudança de cada administração. Cada gestão que entra, acaba interferindo na dinâmica da fiscalização, nas propostas de tombamentos e nas ações de Educação Patrimonial. Isso acaba interferindo na imagem do instituto, levando à indagações como relatada na ATA da sessão nº 1407 (ANEXO E).

Acrescenta que o Procurador dr. Maurício Mota, informou na época que o conceito do INEPAC, perante a PGE não era nada bom. Que o Instituto tinha um número grande de funcionários, mas não existia produção e que entraria com uma sindicância e pensava em extinguir o órgão (INEPAC, 2021).

Nessa reunião foi levantada também a questão do tombamento provisório da Cia. Têxtil Brasil Industrial. E na Sessão da plenária nº 1409 do Conselho Estadual de Tombamento, no dia de 7 de abril de 2021, foi concedida a autorização para continuação da obra e aprovado o tombamento definitivo, conforme pode ser observado no parecer do Conselho de Tombamento, cujo extrato segue abaixo.

Encarecemos, ainda, que deverão ser tomadas as providências administrativas necessárias pela direção do INEPAC para a imediata publicação do ato de tombamento definitivo desse bem: Companhia Têxtil Brasil Industrial, incluindo o Edifício Central, Usina de Força, Edificações Complementares, Casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição.

(ANEXO G. 2021, p.3).

Até a presente data não foi nenhuma ação administrativa para a efetivação desse parecer do Conselho Estadual de Tombamento. Isso dificulta o entendimento sobre a atuação do órgão estadual de patrimônio. Como já se destacou, as obras no entorno e no prédio vêm acontecendo sem o envolvimento do INEPAC, sendo apenas autorizadas pela Prefeitura, sem que se considere o respeito com a preservação patrimonial. A construção do Centro de Visitantes do Parque Municipal do Curió não atende ao que preceitua o Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997, em seus artigos 2 e 3. O texto em negrito no referido Artigo 3º (grifo nosso), apresenta uma dúvida sobre a interpretação ao parecer do técnico do INEPAC, face aos depoimentos nas plenárias do Conselho Estadual de Tombamento (ANEXOS E, F e G), quanto ao entendimento da integridade estética, na ambiência. A legislação pertinente define:

Constituem, ainda, infrações contra o patrimônio cultural:

I – Efetuar obras, instalações ou serviços ou exercer atividades que ponham em risco, causem dano ou, de algum modo, interfiram com a segurança, a integridade estética, a aparência ou harmonia de bens protegidos pelo tombamento;

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se também às licenças referentes a imóveis situados nas proximidades do bem tombado, e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, **desde que possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado**, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente. (RIO DE JANEIRO, 1969)

As exposições aqui apresentadas são fruto de encaminhamentos anteriores ao INEPAC, em 2019, onde foi solicitada uma reunião e um pedido de vistoria, tendo em vista que desde 1985, não houve nenhuma intervenção/fiscalização do referido órgão nas instalações. O resultado dessa visita foi apresentado em um relatório encaminhado à Prefeitura de Paracambi, para que se elaborasse um Plano Diretor e se apresentassem as ações necessárias para

atendimento das demandas levantadas. Convém destacar que as ações propostas encontram-se sem um posicionamento até o presente (ANEXO H).

Essas atribuições de acompanhamento dos bens patrimoniados se alicerçam na Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, que dispõem sobre o Conselho Estadual de Tombamento como órgão consultivo e de assessoramento do Governo do Estado,

no que diz respeito a documentos, obras, locais de valor histórico, artístico e arqueológico cuja competência está estabelecida no seu artigo 2º item II.

II- Emitir pronunciamento quanto:

1 – à demolição, no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção de bem tombado pelo Estado;

2 – à expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Estado;

3 – à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades de bem tombado pelo Estado e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que, umas ou outras, possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado pelo Estado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente;

4 – à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Estado. (RIO DE JANEIRO, 1981)

As questões relativas à ausência do poder público na implementação das políticas de preservação, conforme estabelecida na legislação estadual, bem como a ausência de legislação no âmbito municipal, nos leva ao estado de precariedade. Conforme relatado por Silva & Neto (2020), os autores apresentam um conjunto de fotografias ainda atuais do estado de conservação das instalações, fatos que demonstram a necessidade de ampliação do tombamento para a esfera federal, a fim de diversificar as possíveis frentes de ação popular, em defesa da preservação desse patrimônio histórico. As imagens a seguir refletem a urgência de ações de intervenções para a preservação da integridade arquitetônica.

Figuras 67 – Ambas as torres principais com vegetação, vidros quebrados e telhado danificado



Acervo próprio (2022).

As torres apresentam vegetação (parte já foram retiradas) que, além de comprometerem a construção com suas raízes, já apresentam rachaduras e deslocamento de tijolos. Podemos observar também os vitrais quebrados e a parte das telhas de ardósia que se descolaram, comprometendo a estrutura da torre com alagamentos em períodos chuvosos.

Figuras 68– Instalação de ar-condicionado e dutos de escapamentos de gases laboratórios das unidades de ensino, remoção e fechamento de janelas



Acervo próprio (2015)

Na parte dos fundos do prédio, foram instalados aparelhos de ar-condicionado das salas de aula e dos serviços administrativos das instituições, que ocupam o prédio principal. Podemos observar drenos oriundos das capelas de ventilação dos laboratórios de química, biologia e do laboratório de solda, e como consequência, vemos que houve danos às janelas pela passagem de tubulações e dutos, bem como a utilização das calhas de chuva para drenagem de água dos aparelhos de ar-condicionado.

Figura 69 – Estado de abandono do acesso ao segundo pavimento pelos fundos do prédio



Acervo Próprio (2015)

Na figura 68 acima, podemos observar que esse acesso que leva ao segundo pavimento, hoje, se encontra fechado em função da possível queda de reboco, bem como a deterioração da escada e do corrimão.

Figura 70 – Alteração da pintura do barramento do prédio



Acervo Próprio (2015)

Na figura 70 foi feita uma intervenção alterando as características iniciais de todo barramento na entrada do prédio, onde, hoje, funciona a Secretaria de Cultura. Trocou-se branco pela terracota, sob a alegação de harmonizar com a cor do prédio.

Figuras 71 – Intervenção dentro do prédio, com alteração das características construtivas original



Acervo Próprio (2015).

Na figura 71, onde tínhamos o setor de tinturaria, vemos o abandono, decorrente da falta de manutenção, mostrando como a intervenção dos antigos usuários impactou na preservação. Fica em evidência na imagem acima o fechamento de portas, de janelas e a não reposição de

telhas danificadas pela ação do tempo, o que compromete o vigamento em madeira, em função das intempéries.

A preocupação com a necessidade de preservação e conservação patrimonial se justifica face ao estado em que se encontram algumas instalações, pelo não engajamento dos órgãos públicos, no controle do bem tombado. SANTOS (2017), em seus estudos e pesquisas recentes sobre a antiga fábrica da Companhia Têxtil Brasil Industrial e sua reconversão em “Fábrica do Conhecimento”, confirma as hipóteses do desconhecimento do tombamento, da falta de ações efetivas de preservação do patrimônio industrial (e de iniciativas de educação patrimonial) e da ausência de investimento na preservação e conservação da memória dos trabalhadores e de sua cultura fabril, fato esse constatado na atualidade. Em seu depoimento SANTOS (2017) afirma que

(...) ocorre um desconhecimento, por parte dos gestores das instituições, dos detalhes do processo de tombamento do sítio fabril, assim como, a abrangência da área tombada. Os atores sociais que ocupam os espaços tombados conhecem que há um tombamento, mas ignoram quais estruturas são tombadas, o que é um processo de tombamento e sua finalidade. Desconhecem, também, quais caminhos percorrer para que se efetive a patrimonialização destas estruturas fabris (...) O desconhecimento do tombamento e a não preservação da memória fabril da cidade por parte destes atores sociais acarretam consequências para o processo de patrimonialização deste bem cultural (...) A memória dos trabalhadores não está presente nos ambientes educacionais e culturais. Não foi pensado um espaço para que os ex-trabalhadores da fábrica tivessem suas memórias representadas, e pelo que se observou, há preocupações neste sentido, mas ações efetivas mesmo, até o momento desta pesquisa, não havia nenhuma, salvo alguns murais e fotos em determinados locais. (SANTOS, 2017, p.105).

A ausência de diretrizes e orientações das diversas administrações municipais (proprietária atual do imóvel), desde o seu tombamento até os dias atuais, aos empresários e instituições de ensino usuários do espaço, produziram consequências desastrosas na preservação predial. O uso do local por empresários – Projeto de Incubadoras de Empresas em parceria com a Prefeitura a partir de 2003 –, e outras instituições de ensino ali instaladas acabaram alterando as características originais dos espaços em questão. Estes parecem desconhecer os procedimentos adotados para a manutenção e utilização do complexo industrial, que possui tombamento atestado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – INEPAC. Vale ressaltar ainda, a omissão das Secretarias de Cultura/INEPAC do Estado e do Município no acompanhamento das intervenções feitas.

Em seu trabalho de dissertação de mestrado intitulado *Paracambi: Estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em “Fábrica de Conhecimento”*, SANTOS (2017) reforça e chama a atenção para um certo imobilismo, por parte das instituições que ocupam o espaço, levando ao desconhecimento sobre o bem tombado, inclusive, por parte dos

trabalhadores e dos alunos, prejudicando as medidas para a sua salvaguarda. Santos (2017, p.105), em seus estudos, mostra que “foi confirmada a hipótese de que ocorre um desconhecimento, por parte dos gestores das instituições, dos detalhes do processo de tombamento do sítio fabril, assim como, a abrangência da área tombada”.

Na conclusão de seu trabalho, Santos reforça a nossa percepção quanto a necessidade de criação de um espaço para propagar o conhecimento sobre a importância da fábrica e seu papel no desenvolvimento da cidade de Paracambi e reafirma, ainda, a importância da reconversão desse patrimônio industrial numa nova fábrica.

Outra questão também observada é que há falta de diálogo e convivência entre os ex-operários e os novos atores, embora muitos gestores, alunos e funcionários das instituições implantadas tenham fortes ligações com os ex-operários da fábrica de tecidos. A memória dos trabalhadores não está presente nos ambientes educacionais e culturais. Não foi pensado um espaço para que os ex-trabalhadores da fábrica tivessem suas memórias representadas, e pelo que se observou, há preocupações neste sentido, mas ações efetivas mesmo, até o momento desta pesquisa, não havia nenhuma, salvo alguns murais e fotos em determinados locais (SANTOS, 2017, p.106).

Na expectativa de que uma maior cobertura patrimonial possa garantir um melhor controle sobre a preservação e conservação da antiga fábrica ampliando os agentes de fiscalização e preservação patrimonial, foi dado entrada no IPHAN, em 5 de janeiro de 2021, um processo pedindo o tombamento do prédio da antiga fábrica, conforme o já estabelecido no tombamento pelo INEPAC, com a proposta de extensão para a área onde funcionava o antigo armário e a escola. O processo foi protocolado no IPHAN-RJ, sob o nº SEI 01500.000013/2021-43 e, até o presente momento, este continua em análise, tendo ocorrido a última movimentação em 29 de agosto de 2023. Nessa perspectiva de um tombamento no nível federal, amplia-se a rede de bens tombados, numa tentativa de valorização desses antigos espaços fabris que contam uma história e ser preservada.

Exemplares industriais tombados em nível federal são ainda muito poucos e, também em nível estadual ou municipal, as práticas dos Conselhos de Preservação do Patrimônio ou dos órgãos de tombamento caminham lentamente no reconhecimento destes bens [...] Em termos dos órgãos de preservação estaduais ou mesmo municipais, a importância dos espaços do trabalho e da produção redefine-se; muitas vezes associados a afetividades locais, ou definidores dos aspectos urbanos de bairros ou mesmo cidades, os espaços fabris ou ferroviários são reconhecidos como partes da realidade urbana que não podem simplesmente ser obliterados. [...] O caminho para a valorização do patrimônio industrial não pode residir exclusivamente na atuação dos órgãos governamentais de preservação, mas na atuação da sociedade organizada (MENEGUELLO, 2011, pp.1825-1826).

Concordamos que é de fundamental importância a participação social em defesa da manutenção e difusão da cultura. A proposta inicial de criar o Núcleo de Estudos do Centro de Memória foi de embasar com conhecimentos técnicos, legais e históricos para podermos apresentar justificativas plausíveis para concretizar os desejos dos interesses comunitários. A divulgação junto à comunidade paracambiere, ao poder público local, aos órgãos de patrimônio – tanto no nível federal quanto no estadual – e, principalmente, junto às universidades e instituições de pesquisa tem sido realizada, apresentando resultados bastante significativos. Podemos citar como exemplos de desdobramentos destas ações, a publicação da Lei Municipal nº1470, de 29 de maio de 2020, destinando áreas dentro do complexo fabril para a instalação do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil. E dentro da nossa proposta, caberá ao Núcleo de Estudos do Centro de Memória subsidiar com documentos, pesquisas e projetos culturais e museológicos esses espaços.

As evidências apresentadas, na forma de fotos e documentos, vêm mostrar a necessidade urgente de se trabalhar pela salvaguarda do patrimônio da CTBI, não apenas pela memória histórica e social, mas também o bem patrimonial. Nesse trabalho fica também uma oportunidade de registrar e denunciar o estado de conservação, a omissão da proprietária do imóvel, a ausência do órgão de fiscalização e os usuários do espaço. Esse estado de precarização baliza o nosso anseio por essa luta e pela criação de um Centro de Memória com a mobilização da sociedade civil nas ações legais pertinentes.

3.3 A criação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi.

A iniciativa da criação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi, surgiu em 2016, a partir da observação de equipamentos mecânicos ainda existentes dentro do prédio da fábrica, remontando ao período de sua fundação. Essas reminiscências parcialmente preservadas, que por seu valor histórico deveriam ser recuperadas e resguardadas para apresentação dos seus detalhes construtivos aos alunos do curso de mecânica, tornaram-se nossa preocupação (ANEXO A).

A iniciativa de pesquisar e caracterizar as referidas peças aguçou a curiosidade, ampliada com a troca de ideias com antigos mecânicos da fábrica e outras pessoas a ela ligadas, mobilizando uma proposta de levantar a história da fábrica e de explorar o cotidiano da vila operária. A riqueza de fatos dispersos, sobre a história e a importância da fábrica no desenvolvimento de Paracambi despertou, assim, o interesse de se criar um Núcleo de Estudos

e, com esse objetivo, capitanear e organizar essa documentação. Ao mesmo tempo, a iniciativa pretende, junto aos ex-funcionários, levantar suas impressões e detalhes sobre o cotidiano da fábrica e da vila operária, mantendo vivas as memórias desses sujeitos. Com a anuência do agora diretor geral, começamos a convidar alguns professores do IFRJ-CPar para estruturar e pensar o Núcleo. Começamos timidamente em maio de 2019, mas à medida que foram sendo levantados documentos diversos e fotografias nos deparamos com uma fartura de material para a pesquisa, tendo como centro a Cia. Têxtil Brasil Industrial.

A Direção Geral do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Paracambi, criou em 2016, um grupo de trabalho para o projeto embrionário do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi, com foco na Cia. Têxtil Brasil Industrial (prioritariamente, já que existiu também a fábrica de Tecidos Maria Cândida no bairro Cascata). O núcleo iniciou com a participação de cinco professores – Angelissa Tatyanne de Azevedo e Silva, Davi Pereira Romeiro Neto, Julieta Ferreira Romeiro, Ronaldo Vicente Pereira, e Rodrigo de Moura e Cunha –, e, ainda, a colaboração voluntária de ex-funcionários da fábrica, pesquisadores e interessados na manutenção da história da fábrica.

O objetivo inicial foi o de elaborar pesquisas e estudos no sentido de montarmos um grande projeto de preservação da memória histórica das indústrias têxteis de Paracambi. Esse grupo trabalhará, sob o foco investigativo e operacionalização de ações, objetivando a disseminação da preservação patrimonial e cultural, que representa a fábrica no desenvolvimento da cidade. Convém sublinhar que as abordagens propostas inicialmente foram orientadas nas seguintes ações:

- 1) Pesquisa bibliográfica, consolidando os resultados dos trabalhos acadêmicos existentes e dos livros publicados que se voltem para o estudo da fábrica;
- 2) Levantamento de documentos históricos da fábrica em Bibliotecas, Centros de Memória, Arquivos públicos e privados, resultando esse processo em um acervo consolidado da história da “Cia Têxtil Brasil Industrial” no contexto industrial, econômico e educacional, no período da sua instalação de 1870 até a atualidade;
- 3) Busca de cópias e material fotográfico, objetos de valor histórico da fábrica, para uma possível musealização;
- 4) Realização de levantamento sobre as empresas que possam disponibilizar máquinas e equipamentos de uso industrial, relacionados à indústria têxtil;
- 5) Realização de gravações audiovisuais com antigos trabalhadores e moradores da cidade, relatando o cotidiano da vila operária e as suas relações sociais com as indústrias têxteis de Paracambi para a montagem de um arquivo de memória oral;

6) Capacitação de professores para que adquiram conhecimentos da história de Paracambi, a partir da história da fábrica, e, ainda, promoção de visitas guiadas para os alunos e grupos de interesse;

7) Estabelecimento de parcerias para a qualificação de mão de obra na área de turismo, para contadores de história, para a consolidação, assim, da Educação Patrimonial, bem como gestão e organização de eventos e exposição, entre outros. O objetivo será manter viva a história da Fábrica, da Vila Operária e da criação do município de Paracambi.

Com a proposta elaborada, solicitamos a visita do INEPAC, ocorrida em 17 de setembro de 2019, para conhicerem a fábrica. Participaram dessa reunião um arquiteto do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural DPCN, uma museóloga do Departamento de Bens e Móveis Integrados (DBMI), o Diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD), equipe do IFRJ-CPar e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Industrial de Paracambi. Na oportunidade fizemos uma apresentação com exposição de motivos falando sobre a viabilidade de criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil e do Museu da Indústria Têxtil em Paracambi. Os técnicos acharam viável e pertinente tal proposta. Após essa reunião foi realizada uma vistoria técnica, para a avaliação do estado de conservação do bem tombado, que culminou com o relatório enviado pelo ofício INEPAC nº 700/2019 de 16 de outubro de 2019 (ANEXO H).

Em 14 de outubro de 2019, fizemos a apresentação da proposta de criação do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil ao IPHAN-Vassouras para a Arquiteta do Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba. Em outra avaliação positiva sobre o projeto, a referida arquiteta considerou a proposta viável. Com uma avaliação preliminar da viabilidade do projeto pelos órgãos de patrimônio, em novembro, fizemos uma apresentação dele para a prefeita de Paracambi, para o secretário de Governo e para o secretário de desenvolvimento econômico e industrial da cidade. Mostramos as potencialidades históricas, arquitetônicas e para o desenvolvimento do turismo local. Sendo a prefeitura a proprietária do prédio, precisávamos da anuência do gestor municipal.

Com a concordância da prefeitura, então, começamos a trabalhar na estruturação do Núcleo de Estudos do Centro de Memória. Primeiramente, foi disponibilizado pela Direção do IFRJ CPar, uma sala com equipamentos de informática e material de escritório. Foi feita uma articulação junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Industrial, que culminou com a aprovação da Lei Municipal nº 1470, de 29 de maio de 2020, dispondo sobre o uso do imóvel da antiga Fábrica Brasil Industrial, para a criação do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial (ANEXO C).

Em 29 de setembro de 2019, ocorreu a nossa primeira apresentação pública do projeto do Centro de Memória e do Museu da Indústria Têxtil para a comunidade paracambiere, no auditório do IFRJ CPar, em uma festividade do calendário municipal da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo, que se chama “Dia do Reencontro do paracambiere ausente”¹⁴

Após esse evento, uma reavaliação dos rumos do projeto foi necessária. A principal demanda foi decorrente do desconhecimento de grande parte dos presentes da história de Paracambi e da fábrica. Nesse sentido, propomos realizar diversos eventos junto à comunidade de Paracambi. Levar a história de Paracambi para a comunidade, em eventos externos, publicação nos jornais e programas de TV, participar de congressos, palestras em clubes de serviços, escolas, comércio local, envolver os Secretários Municipais, abrir canais junto a indústrias do segmento têxtil para a doação de máquinas e equipamentos e envolver o INEPAC na fiscalização da conservação predial.

Precisamos despertar na comunidade um sentimento de valorização do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural que representa o prédio da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Isso irá contribuir para que os poderes públicos constituídos olhem para essa construção com outros olhos. As ações iniciais de divulgação, já vem trazendo reflexos, face às ações judiciais e a mobilização nas redes sociais, questionando as intervenções que vêm ocorrendo no espaço e no entorno da fábrica. Citando Meneguello (2011), vê-se traduzir perfeitamente esse sentimento.

A dimensão política e histórica da preservação do patrimônio industrial caminha lado a lado com a formação de grupos organizados capazes de atuar em diferentes frentes em prol da preservação de bens e acervos. As associações são um aspecto da organização civil que não pode ser minorado, pois indica os diversos esforços, ao longo dos últimos anos, de organização da sociedade pelos seus bens de patrimônio industrial (MENEGUELLO, 2011, p.1828).

Os resultados até o presente momento são muito animadores e estimuladores para a continuação do projeto do Centro de Memória. Para manter viva essa memória, estamos

¹⁴ Reencontro dos Paracambirenses Ausentes é realizado desde 1973, por moradores e ex-moradores da cidade de Paracambi, com atrações que incluem missas e apresentações artísticas. O Reencontro dos Paracambirenses Ausentes consta também no Mapa da Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e, desde 2018, com a Lei 7864/18 do deputado André Ceciliano, o Reencontro dos Paracambirenses Ausentes, passa a integrar o calendário oficial das datas comemorativas do Estado do Rio de Janeiro, previsto na Lei 5.645/2010. O evento acontece tradicionalmente todo último domingo de setembro.

publicizando a história da fábrica, de Paracambi, a dos trabalhadores têxteis, fruto das pesquisas desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos do Centro de Memória¹⁵.

A existência de um engajamento de movimentos pró-memória da história de Paracambi, surgidos a partir de 2010, estão presentes, hoje, em páginas de *Facebook*: “Paracambi Antigamente” (<https://www.facebook.com/groups/paracambi.antigamente>), “Movimento de preservação da história da Cia. Têxtil Brasil Industrial” (<https://www.facebook.com/espacofabricactbi/>) e esses sentimentos de salvaguardar a história local e a preservação e conservação do patrimônio da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial tornaram-se latentes, com a criação do Núcleo de Estudos de Centro de Memória Têxtil em Paracambi pelo IFRJ–Campus Paracambi, culminando com a criação de um site, visando a dar transparência e interlocução com essa história e os documentos e objetos conseguidos (<https://memoriaoperariaparacambi.com.br/com>).

No aspecto político as primeiras conquistas desse movimento se fazem presentes na aprovação da Lei Municipal nº 1470 de 29 de maio de 2020, o decreto autorizativo permitindo ao gestor municipal destinar área para a instalação do Centro de Memória e Museu da Indústria Têxtil, além da inclusão da proposta de criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi e do Museu Têxtil no Plano Plurianual PPA (2022-2025) da Prefeitura de Paracambi (ANEXO I).

Temos recebido doações de documentos históricos, material bibliográfico, fotos antigas, livros, artigos, peças e equipamentos que estão sendo catalogados. A adesão de professores do campus é importante. Percebe-se grande interesse, por parte de professores de História da rede de ensino municipal, em participar de visitas técnicas e palestras sobre a fábrica de tecidos.

Em 2019, tivemos reuniões preliminares com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na tentativa de envolver as coordenações dos cursos de História/Arquitetura, para auxiliar nessa construção, bem como a necessidade de uma interlocução com os programas de pós-graduação que tenham interesse nas áreas de pesquisa que possam incorporar esse legado da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. O Núcleo de Estudos tem participado de eventos e em disciplinas, como por exemplo: na capacitação dos guardas ambientais da secretaria de meio ambiente, que vão trabalhar nas trilhas; em palestras para o curso de extensão “História, Patrimônio e Educação: um diálogo possível no processo de construção e pertencimento à

¹⁵ Os resultados obtidos com esse trabalho podem ser acessados nas redes sociais, e, também, a partir dos seguintes sites: <https://memoriaoperariaparacambi.com.br> e https://www.instagram.com/centrodememoria.cpar?igsh=bmljeDc5dXZkbG9x&utm_source=qr.

Fazenda de Santa Cruz"; na capacitação da LEPA-Líderes Empresariais de Paracambi, discorrendo sobre as potencialidades de Centro de Memória e do Museu para o fortalecimento econômico do município com o turismo, na capacitação da equipe, na visitas a museus têxteis (ANEXO K).

No ano de 2020, concorremos na 33^a Edição do Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, do IPHAN (ANEXO J). O projeto foi habilitado, mas não foi classificado. Pelos avanços conseguidos até agora com as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos iremos participar na próxima edição. Muitos são os desafios e há carência de recursos humanos. Em um *brainstorming* inicial listamos algumas ações, que iremos desenvolver, com a ajuda de bolsistas e voluntários.

- Elaborar uma Biblioteca Especializada no tema central da Memória da Indústria e do Trabalho Têxtil e temas correlatos para acesso público por meio físico e digital.
- Criar um Centro de documentação e conservação documental histórico, com adequação dos procedimentos de captação, processamento, tratamento, guarda e disponibilização dos documentos aos melhores e mais modernos padrões arquivísticos, garantindo a segurança e a conservação de seus conjuntos documentais, acervo inicial composto de documentos textuais, bibliográfico, iconográfico (ex: fotografias, filmes, documentários), com temática variada voltada para o setor têxtil.
- Realizar ações de registro da história oral do cotidiano operário, com a exposição e gravação de vídeos de ex-funcionários e moradores da antiga vila operária;
- Realizar eventos de caráter acadêmico-científico, cultural e educacional, promovendo e apoiando propostas de Seminários, Conferências e oficinas sobre temáticas vinculadas ao Centro de Memória;
- Realizar captação de recursos, organização, preservação, disponibilização e divulgação de acervos documentais relacionados à cidade de Paracambi;
- Subsidiar o projeto do futuro Museu da Indústria e do Trabalho Têxtil, realizando projetos de investigação em arqueologia industrial, com o objetivo de estudar o processo de industrialização e contribuir para a preservação do seu patrimônio industrial;
- Estabelecer parcerias para qualificação de mão de obra para atender as demandas do Centro de Memória, e Secretaria de Turismo, na formação de guias de turismo e contadores de história.

- Disponibilizar mecanismos de pesquisa e consulta aos documentos que integram seu acervo, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a população em geral;

As condições apresentadas nas imagens são uma pequena amostra e preocupa não só os atuais usuários do espaço, mas também os paracambenses, que tiveram sua trajetória de vida atrelada à fábrica. A proposta de criação de um futuro “Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi”, a ser instalado nas dependências da antiga *Companhia de Tecidos Brasil Industrial*, é uma proposta de projeto a ser vinculada à Secretaria Municipal de Cultura ou com uma parceria público privada com entidades sem fins lucrativos como está estabelecido no decreto. A parceria do IFRJ – Campus Paracambi será articulada, através do Núcleo de Estudos, que irá subsidiar com o suporte técnico o Centro de Memória e os esforços para a criação do Museu da Indústria e do Trabalho Têxtil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de criação de um futuro “Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi”, a ser instalado nas dependências da antiga *Companhia de Tecidos Brasil Industrial*, é uma proposta de projeto a ser vinculada à Secretaria Municipal de Cultura junto com a parceria do IFRJ – Campus Paracambi, a ser articulada através de um Núcleo de Estudos, que irá subsidiar com o suporte técnico o Centro de Memória e os esforços para a criação do Museu da Indústria e do Trabalho Têxtil.

O objetivo do tema proposto é promover entre os usuários a conscientização sobre a importância da preservação tanto da Fábrica do Conhecimento quanto do Parque Natural Municipal do Curió, ambos considerados patrimônios culturais da cidade de Paracambi. A iniciativa busca informar com a perspectiva de estimular e manter o crescimento nos setores turísticos, culturais e educacionais, elevando Paracambi ao status de município referencial no estado.

Para tanto, se fazem necessárias algumas das ações, que temos implementado, desde 2019, conforme descritas no ANEXO M, com foco na Educação Patrimonial. O nosso primeiro desafio a ser vencido foi a disseminação sobre a necessidade de preservação tanto material quanto imaterial do que é e o que foi a Cia. Têxtil Brasil Industrial. Optamos por iniciativas de divulgação e informação na comunidade, e, hoje, ampliamos esses universos, atingindo os órgãos de preservação estatais, a academia, os defensores do patrimônio industrial e o setor público. Criamos um processo de sinergia e hoje se fala da fábrica de Paracambi com outro sentimento.

Dentro das perspectivas atuais, o Núcleo de Estudos do Centro de Memória buscará ampliar suas ações pautadas na Educação Patrimonial como uma alternativa de conhecimento e prática social, dedicando a valorização, preservação e transmissão do patrimônio cultural. Sabemos que ela se manifesta tanto no âmbito formal, nas escolas e universidades, quanto no informal, em museus, comunidades e espaços públicos. E esse está sendo o nosso objetivo neste texto. É fundamental discutir e implementar a Educação Patrimonial bem como mostrar seu papel na sociedade contemporânea.

Hoje, a equipe do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Industria Têxtil, trabalha na defesa do patrimônio cultural de Paracambi, como um legado de manifestações materiais e imateriais, deixado como herança para sociedade, de seus antepassados, e transmite às gerações futuras a identidade de uma cidade. É importante frisar que nesse contexto de transmissão o papel da Educação Patrimonial, pois ela irá atuar como um elo entre o passado, o presente e o

futuro, garantindo que a memória coletiva não se perca no tempo. Ela permite que histórias, tradições, línguas e saberes se mantenham vivos, reforçando a identidade e a continuidade cultural. E esse será o nosso desafio.

Além de preservar a memória, a Educação Patrimonial é uma ferramenta poderosa para a formação cidadã. Ao compreender o valor do patrimônio cultural, os indivíduos tornam-se mais conscientes de seus direitos e deveres enquanto membros de uma comunidade. Aprender sobre o patrimônio cultural fomenta o respeito pela diversidade e promove a inclusão social, pois reconhece a contribuição de diferentes grupos e culturas para a construção da sociedade.

Ela também está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Ao valorizar o patrimônio local, as comunidades podem fomentar o turismo cultural e gerar renda, sem comprometer os recursos para as próximas gerações. Isso estimula uma economia baseada na valorização dos bens culturais e na preservação ambiental.

No entanto, temos que enfrentar desafios significativos. A globalização e a homogeneização cultural ameaçam as manifestações locais e tradicionais. Além disso, o avanço tecnológico e a rápida transformação das cidades podem levar à destruição de sítios históricos e à perda de práticas culturais, fatos esses que vem ocorrendo por conta da especulação econômica e interesses políticos. Portanto, as iniciativas educacionais devem ser fortalecidas para proteger o patrimônio cultural.

Concluímos que a Educação Patrimonial será vital para a manutenção da diversidade cultural e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de seu passado. Apesar de ser um direito de todos e um dever do Estado, a garantia dos patrimônios culturais não seguros e não acessíveis é valorizada por todos os cidadãos. Assim, a Educação Patrimonial não é apenas sobre conservar o que foi herdado. Falar de Educação Patrimonial é também falar sobre construir o futuro com base no respeito e na valorização da cultura.

Para que essa visão se concretize, é crucial a colaboração entre a sociedade, o governo e as instituições locais. Investimentos em infraestrutura, programas de educação ambiental e patrimonial e a divulgação eficiente, são passos essenciais para a concretização desse projeto. Também é importante considerar a participação ativa dos moradores, incluindo suas perspectivas e sugestões para garantir o sucesso e a sustentabilidade dessa iniciativa a longo prazo.

A grande manifestação de apoio de diversas entidades, sensibilizaram mesmo que muito timidamente um melhor controle, por parte dos usuários e da prefeitura no sentido de

manutenção predial para conservar o patrimônio tombado. Essa tem sido a grande política de conservação. “Mobilização da sociedade” na preservação de bens patrimoniais já que os órgãos imbuídos de tal tarefa se acham seriamente comprometidos nas suas organizações pela falta de técnicos, recursos e principalmente pela alta rotatividade dos gestores designados pelo poder executivo de sua esfera de poder.

Em última análise, a memória da Companhia Têxtil Brasil Industrial, que envolve a retenção de informações cruciais, transcende os meros conceitos. Essa memória tem o potencial de moldar nossa sociedade e influenciar indivíduos, na construção de ambientes urbanos. Ela constitui um elemento intrínseco à nossa identidade como seres humanos e, por consequência, exerce influência sobre a narrativa histórica.

As histórias compartilhadas e narradas por indivíduos que viveram esses momentos passados sensibilizam e nos remetem a uma era que consideramos satisfatória, caracterizada por amizades, atividades esportivas e um senso de ordem. Embora esse tempo não possa ser recuperado, resta a questão: como as gerações futuras vão garantir a preservação dessas memórias?

Em síntese, a proposta visa não somente a preservação do passado e do ambiente natural, mas também a promoção de um futuro mais próspero para Paracambi. Ao unir a conservação da Fábrica do Conhecimento e do Parque Natural Municipal do Curió com o estímulo ao turismo, à cultura e à educação, a cidade pode se destacar como um exemplo de preservação patrimonial e crescimento responsável, tornando-se um modelo a ser seguido por outras localidades no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

1.1. Legislação consultada

BRASIL. decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**

BRASIL. Decreto nº 3.965, de 18 de setembro de 1867. **Concede favores as fábricas de tecidos de algodão que forem estabelecidas pelos cidadãos Norte-Americanos Geo N. Davis e M. Pattison.**

BRASIL. Decreto nº 4.552, de 23 de julho de 1870. Concede a **Companhia Brasil Industrial a necessária autorização para funcionar e aprova os respectivos estatutos.** Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4552-23-julho-1870-552992-publicacaooriginal-70622-pe.html>. Acesso em: 04/05/2019 as 17:58 horas

PARACAMBI, Lei municipal nº 646 de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a autorização para aquisição de imóvel de particulares, com a finalidade de instalação do Centro Tecnológico Universitário de Paracambi, e dá outras providências.

PARACAMBI, Lei Municipal nº 1470 de 29 de maio de 2020, Decreto autorizando a liberação de áreas para o Centro de Memória e Museu da Indústria Têxtil.

RIO DE JANEIRO, Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção.

RIO DE JANEIRO, Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982. Regulamenta a Lei nº 509, de 03/12/1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO, Lei nº 3488, de 13 de novembro de 2000. Autoriza o poder executivo a implantar a unidade que menciona e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO, Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada a 5 de outubro de 1989, atualizada até novembro de 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70450>. Acesso em: 30 mai.2023

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997. Dispõe sobre a Tutela do Patrimônio Cultural do Estado O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais.

RIO DE JANEIRO, Diário Oficial do Rio de Janeiro, de 16 de dezembro de 1985. Ano XI, Ano 241 parte 1, página 23. Rio de Janeiro. 1985.

1.2. Cartas patrimoniais

ICOMOS. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH - Brasil. disponível no site <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>, acesso em: 22 dez. 2020.

IPHAN. Carta de Burra. 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

IPHAN. Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>, acesso em: 01 out. 2022.
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85#:~:text=O%20conceito%20de%20patrim%C3%B4nio%20na,todo%20o%20conjunto%20da%20humanidade>.

IPHAN. Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, acesso em: 06 de jun. 2023

TICCIH - Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial. *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), 2003.* Disponível no site: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

1.3 Jornais

GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 00159 DE 7 DE Junho de 1908, página 2, RJ. Disponível no site http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=17491. Acesso em: 20 de mar 2024.

HEMEROTECA. Biblioteca Nacional Digital -. O GLOBO ILLUSTRADO. Rio de Janeiro, RJ: [s.n., 1881-1882. Semanal. Propriedade do Jornal O Globo. Localização: Publicações Seriadas Raras - PR-SOR 03508 [1]. Disponível no site:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/343242/36?pesq=macacos>. Acesso em 07 de abr2021.

2. Bibliografia

2. 1. Livros, Artigos, Revistas e Periódicos

AGOSTINHO, Zilmar Luiz dos Reis, A estação ferroviária de Paracambi: mudanças e permanências econômicas no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, Espaço e Economia [online], 19 | 2020, posto online no dia 01 setembro 2020, consultado o 23 setembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16738>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16738>

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, Sindicato e Partido no Brasil: Um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora.** São Paulo, Cortez. 1982.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social.** 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENO, Francisco de Assis Vieira. **Auto-Biographia**, Campinas, Typ. A vapor Livro Azul-CastroMendes & Irmão. 1899.

CERDERA, Fábio. **Memória e discurso: uma abordagem semiótica da memória em exposições**. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; CURCINO, Alan; COSTA, Luciana Ferreira da; MAGALHÃES, Fernando. (Org.). *Ensaios sobre Memória - Volume 1. 1^a edição*. Leiria, Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, IPLeiria, 2020, v. 1, pp.114-151.

COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, **Petição da Companhia Brasil Industrial ao Corpo Legislativo**, Rio de Janeiro, Typ. Moreira, Maximo&C. 1875.

COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL. **Quadragésimo oitavo Relatório aos Acionistas (1871-1921)**: 8 de setembro de 1921.

FARIAS, Ivo dos S. Grupo Othon e a modernização brasileira: uma análise simbólico-material. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 37–53, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/5496>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FIGUEIRA, Manuel Fernandes. **Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil**. [Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

FINGER, Anna Eliza. **Um Século de Estradas de Ferro – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957**. [Brasília] 2013 Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília – Unb – Brasília, 2013.

FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)**. orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira, 2012, 108 f. Dissertação de (Mestrado em História) -Departamento de história, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponível no site: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22377/22377>. PDF. Acesso em: 14 de dez. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JÚNIOR, Carlos Alberto Mourão; FARIA, Nicole Costa. **Memória. Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 4, n. 28, 780-788, 2015.

NATAL. Clélia Ramos Nogueira, NATAL Gilson. **História de Paracambi 1800 a 1987**. Rio de Janeiro, Guavira Editores Ltda, 1987.

NEIVA, Eduardo. **Imagen, história e semiótica**. Anais do Museu Paulista (nova série), n.º 1, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/HW3J3xyj4kYFmJ3xGpwThM/#>. Acesso em 01 mai 2024.

KELLER, Paulo Fernandes. **Apropriação da memória operária.** In: CIAVATTA, Maria. Memória e temporalidades do trabalho e da educação. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. **Fábrica e Vila operários: A vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ.** Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

KELLER, Paulo. **Cultura do trabalho fabril** [recurso eletrônico] / Paulo Keller. — São Luís: EDUFMA, 2019.

KÜHL. Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul. dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>. Acesso em: 07 jun. 2023.

KÜHL. Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MAIA, Renée Louise Gisele da Silva. **Tempo e Memória na contemporaneidade: reflexões a partir da filosofia de Henri Bergson.** Youtube, 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwCEATBckPk&t=5124s>, acesso em: 30 set. 2021.

MAIA, Renée Louise Gisele da Silva. **Rememoração produtiva ou criativa? Reflexões sobre as interfaces entre memória, criação e aceleração temporal.** Psicanálise & Barroco em Revista v.13, n.2: 2015,

MARTINS, P.H. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação.** Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 73 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, Disponível: <http://journals.openedition.org/rccs/954>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.954>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1888>.

MENDES, José Amado. **Patrimônio industrial: um bem da comunidade ao alcance da escola.** In: Revista Munda, n.16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988, pp.68-69.

MENEGUELLO Cristina, ROMERO Eduardo, OKSMAN Silvio (org.). **Patrimônio industrial na atualidade.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. 254 p.: il. – (Série TICCIH-Brasil; Novas perspectivas; v. 4). Disponível em: https://ticcihbrasil.org.br/wp-content/documentos/livro_4.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

MENEGUELLO Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa.** Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: EDESC; ANPUH-SCPPGH, 2011. ISSN 2237-4078. Disponível no site: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de, UNICAMP. **Memória individual e coletiva,** Jornal da Unicamp, Mai 2019, especial, <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>. acesso em: 07 dez. 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n°10, 1993.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória /** Mario Mendonça de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 144 p.; il.; 28 cm. (Cadernos Técnicos; 7). Disponível no site: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf). Acesso em 25 mai. 2024.

SILVA Angelissa Tatyanne de Azevedo, NETO Davi Pereira Romeiro. **Uma proposta para a preservação do patrimônio industrial da Cia. Têxtil Brasil Industrial em Paracambi - RJ.** "História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades", Atena Editora, Paraná, 2020.

SOARES, LUIZ CARLOS, **A indústria na sociedade escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880).** Anais XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e práticas científicas. (ISBN 978-85-65957-03-8) disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399333448_ARQUIVO_ManufaturasTexteisnoRiodeJaneiro-ANPUH-Rio.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro, IPHAN, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

ROSA, Carolina Lucena. **Curriculum escolar e patrimônio industrial: contribuições para a salvaguarda de rio Tinto, Paraíba.** 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1195/>. Acesso abr. 2024.

ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolin aRosa.pdf. Acesso em 30 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. **A Cultura Industrial como herança: Questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização ‘tardia’ no Brasil.** *Oculum Ensaios* 14, no. 2 (setembro 6, 2017): 311–330. disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3897>. Acesso abr. 2024.

PEREIRA, C. R.; STREHLAU, S. **Da teoria ao paradigma da dádiva.** *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 5, setembro-outubro, p.576-576, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000500009>. Acesso em 10 out 2023.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira, origem e desenvolvimento.** São Paulo, Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Paul, 1935. **A voz do passado: história oral Paul Thompson.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta R. **O Fio da Meada -Estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878/1930.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa & Confederação Nacional da Indústria, 1986.

VASCONCELLOS, Max. **Vias brasileiras de comunicação: Estrada de Ferro Central do Brasil, Linha do Centro e Ramais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: <https://bit.ly/37f5BiF>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VIGNOLI, José Antonio Penteado. **A Campinas do Dr. Vieira Bueno O médico dos pobres e seu sucesso.** Campinas. SP, Gráfica e Editora Teclatipo Ltda, 2005.

VISCARDI Cláudia Maria Ribeiro. **Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 291-315 – 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/886ZsW8YGYsjtFdqJJ7bCsb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mai. 2024.

2. 2. Monografias, dissertações e teses consultadas

MELLO, J. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949).** Tese doutorado em História– Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, L. **Políticas estatais e meios de transporte no Brasil: Estudo de caso sobre o desmantelamento do trecho ferroviário da Linha Auxiliar Japeri - Miguel Pereira (1957-1980).**, Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 175p., 2019.

OLIVEIRA, M. **Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900).** Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 118p, 2015.

ROCHA, I. **Tijolo por tijolo: construindo alvenarias no Vale do Paraíba fluminense – 1820/1890.** Tese Doutorado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. UFRJ/FAU/PROARQ. Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, R. **A chegada dos trens em Valença e a participação dos Nogueira da Gama.** 2006, 38 f., Monografia (Pós-Graduação em História Social) – Departamento de História, Universidade Severino Sombra - USS, Vassouras - RJ, 2006.

SANTOS, J. **Paracambi: Estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em “Fábrica de Conhecimento”.** Dissertação de Mestrado – Escola de Ciências Sociais da FGV / PPG em História, Política e Bens culturais. Rio de Janeiro, 2017.

2. 3. Rede Mundial de Computadores – WWW.

ALONSO, Marcos. **Paracambi Antigamente**, Paracambi, 10 nov. 2022. Facebook: Davi Pereira Romeiro Neto. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/paracambi.antigamente>. Acesso em: 10 novembro 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paracambi/panorama>, acesso em: 13 fev. 2023.

INEPAC. CET- Conselho Estadual de Tombamento, Atas do Conselho. Disponível em: www.inepac.rj.gov.br/application/assets/arquivos/pdfs/Livro_de_Atas_2021_1664386333.3213.pdf. Acesso em 15 de mar. 2024.

ITPA Instituto de Preservação Ambiental. *Parque Municipal Natural Curió*. Disponível em: http://www.itpa.org.br/?page_id=474. acesso em: 31 maio 2021.

SIGNIFICADO de patrimônio entre natureza e cultura. Aula Inaugural - Pós-graduação Lato Sensu em Patrimônio Cultural - CEFET/RJ, 2021. 1 vídeo (1.22.22 min). Publicado pelo canal Pós Patrimônio Cultural CEFET RJ. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_2Jni6PcGmo, 15 de março de 2021. Acesso em: 29 set. de 2021.

SORGINE Juliana. TEIXEIRA Luciano. **Formação profissional para a preservação do patrimônio**, Youtube, 13 de setembro de 2021. Acesso em: 09 dez. 2022.

ANEXOS

ANEXO A

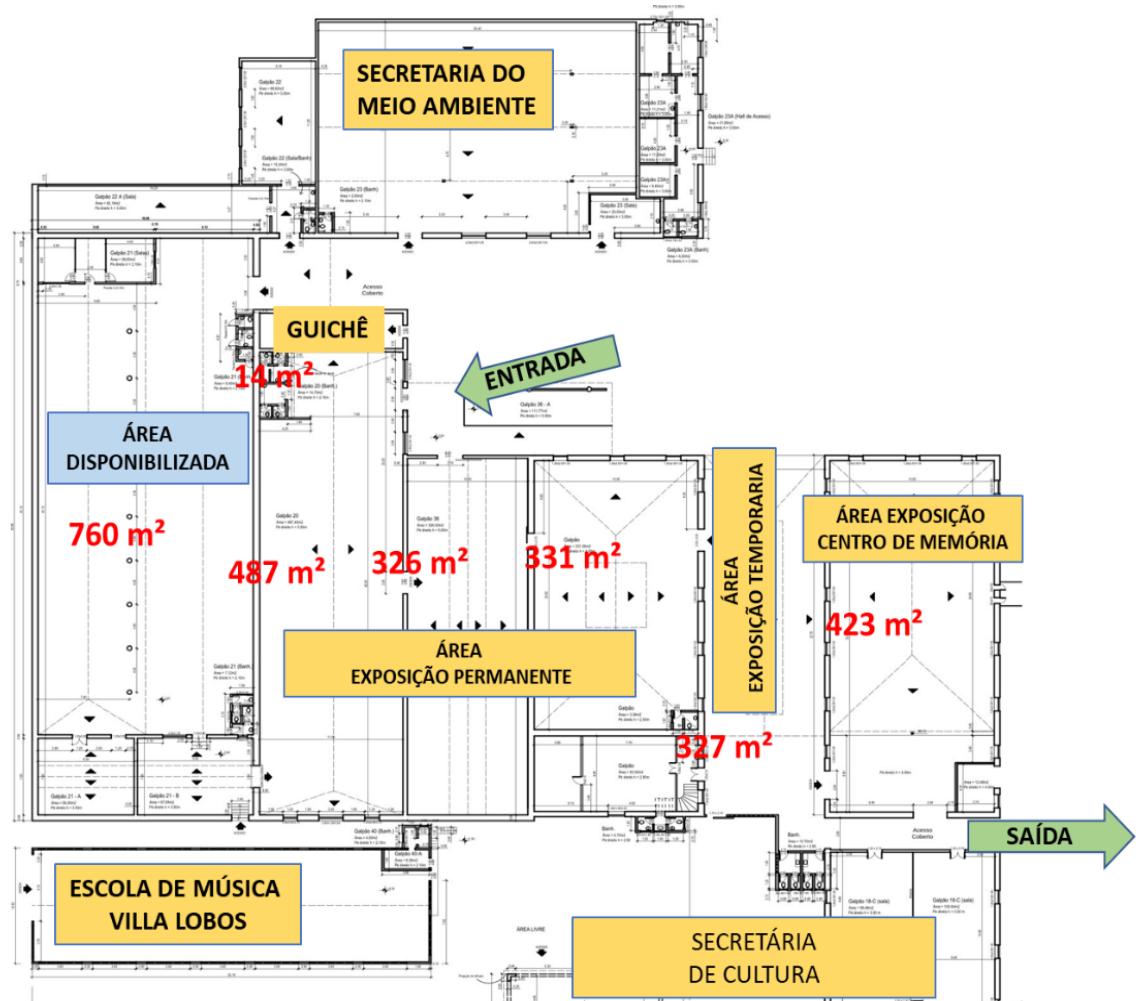
Equipamentos remanescentes da fábrica



Os únicos equipamentos originais remanescentes. Na foto maior, o conjunto de máquinas do elevador central. O outro elevador está localizado na antiga sala de batedor penteadeiras, hoje, espaço do CEDERJ. A máquina em questão é uma retificadora de cobre e se encontra guardada no campus para restauro parcial.

ANEXO B

Planta baixa das áreas pretendidas para a instalação do Centro de Memória e Museu.



Planta baixa proposta apresentada para Prefeitura de Paracambi para a construção do Centro de Memória e Museu da Indústria Têxtil. Fonte: Acervo Próprio (2019). A área de 760 m² já está disponibilizada e carece no momento de recursos para as devidas adequações e instalações prediais.

ANEXO C

Lei Municipal nº 1470 de 29 de maio 2020. Dispõe sobre o uso da fábrica para a criação do Centro de Memória e Museu



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete da Prefeita

= LEI MUNICIPAL Nº 1.470, DE 29 DE MAIO DE 2020.=

DISPÕE SOBRE O USO DO IMÓVEL DA ANTIGA FÁBRICA BRASIL INDUSTRIAL, ADQUIRIDO MEDIANTE A LEI 646/2002 PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA E MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA ANTIGA CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, aprovou e eu, PREFEITA DO MUNICÍPIO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo poderá destinar área e/ou edificação dentro do imóvel do antigo conjunto fabril da Antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial, adquirido mediante autorização na Lei 646/2002, registrado no assentamento do Registro de Imóveis de Paracambi – Cartório do 1º Ofício – sob a matrícula 2881, denominado pela Lei Municipal 1.035/2012 como Centro de Ensino Público Integrado Fábrica do Conhecimento – CEPIFAC, para a implementação do Centro de Memória e Museu da Indústria Têxtil da Antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial.

§1º - Para a consecução do disposto no *caput*, o Poder Executivo poderá firmar termo de cessão de uso com órgãos e entidades públicas, ou entidades privadas sem fins lucrativos, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, a título gratuito.

§2º - A definição do local de implementação do Centro de Memória e Museu da Indústria Têxtil da Antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial se dará por Decreto, mediante projeto a ser aprovado pelo Setor Técnico da Administração Municipal.

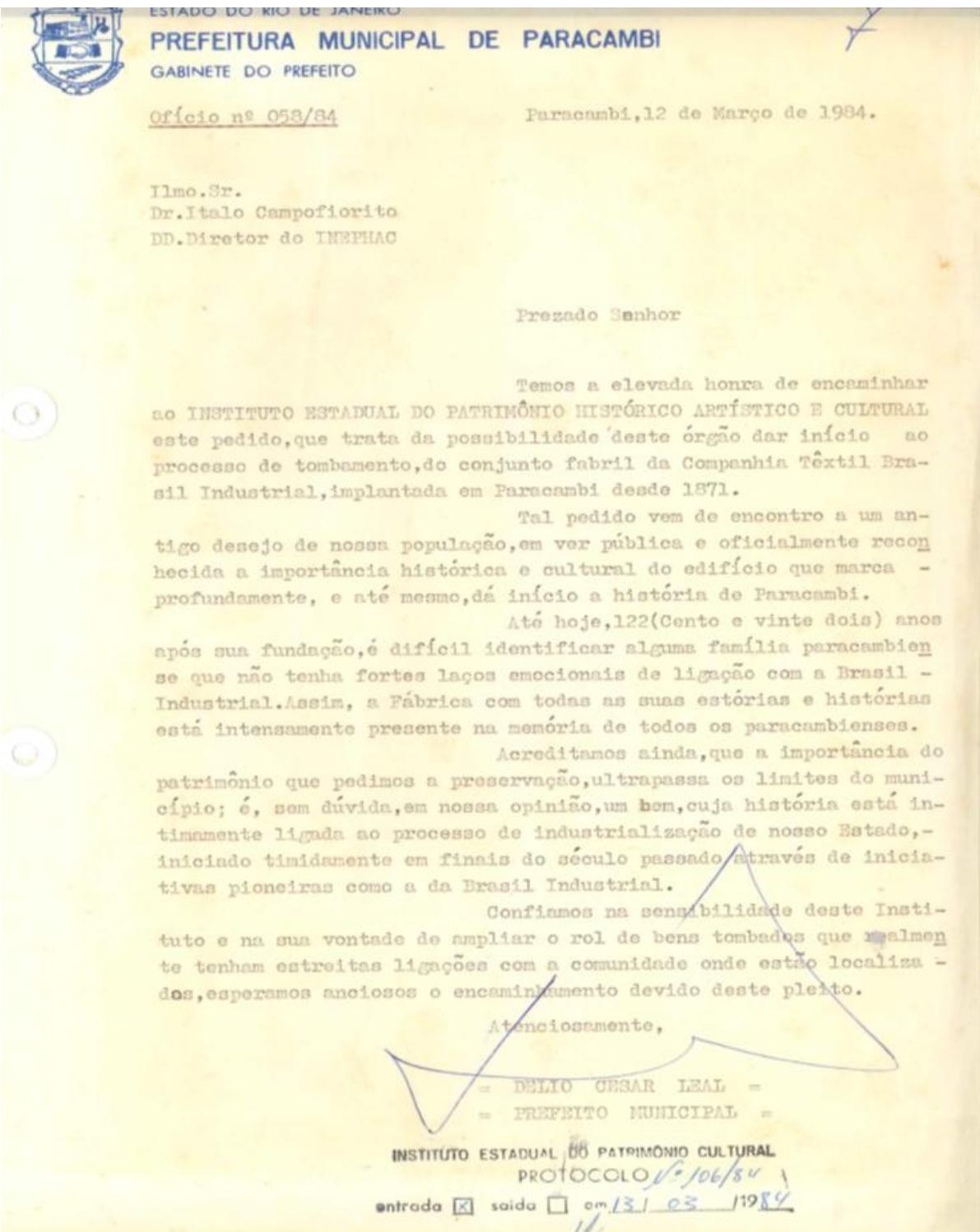
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 29 de maio de 2020.

LUCIMAR CRISTINA DA SILVA FERREIRA
 Prefeita

PUBLICADO
 30 MAI 2020

ANEXO D

Ofício encaminhado ao INEPAC pela prefeitura de Paracambi, solicitando o tombamento

ANEXO E

Ata da 1407^a sessão do Conselho Estadual de Tombamento



Ata da 1407^a Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro.....

Ao decimo segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, por meio virtual eletrônico devido a pandemia da COVID 19, realizou-se a milésima quadricentésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Diretor Geral do INEPAC Sr. Claudio Prado de Mello, estando presentes os Conselheiros: Antônio Seixas, Mauro Maia Fragoso, Olínio Gomes Paschoal Coelho, Dora Monteiro e Silva de Alcântara , Sonia Rabello e Mauro Pazzini. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes em pauta:**1.PARACAMBI**
2.Resolução da Metodologia de Registro do PATRIMONIO IMATERIAL. O Presidente abriu a sessão questionando quórum mínimo para votação, quando um membro do Conselho tem que se ausentar no meio da reunião. O Conselheiro Seixas respondeu que a sessão é suspensa até a volta do Conselheiro e acrescenta que o Presidente precisa averiguar o motivo de tantas ausências de alguns Conselheiros. O Presidente responde que está aguardando o regimento interno, porque realmente fica desconfortável e inviável com estas ausências de quórum. A seguir a reunião começou com a pauta sobre **PARACAMBI**. O Presidente informa que a Secretaria de Meio Ambiente de Paracambi, Sra. Helena Izolanti, esteve em reunião na Secretaria juntamente com o Vice Prefeito Dr. João Ailton e o Deputado Estadual Dr. Deodaldo , querendo uma posição para os pedidos que foram feitos ao INEPAC. O Presidente descreve o começo do seu conhecimento sobre Paracambi. Recebeu pela Brigada do Patrimônio a denúncia de um prédio que encontrava-se muito danificado em Paracambi e que a Prefeitura tinha decidido demolir. Começou a fazer vistorias e descobriu que existiam problemas políticos muito delicados envolvendo o assunto. A Prefeitura considerando que o prédio estava em ruínas, demoliu e resolveu construir um outro moderno no local, sem conhecimento e autorização do INEPAC. Foi verificado também nas vistorias, que a fachada interna da fábrica, um imóvel belíssimo de arquitetura vitoriana, de Tombamento Provisório Processo E-18/300.031/1984, está com adaptações feitas ao longo do tempo pelos usufrutuários (FAETEC, escola de ballet, Centro de Cidadania...) São reformas desordenadas, sem acompanhamento do INEPAC e deixando amostra: ar condicionados, tubos de esgoto e água etc... A resposta do técnico do INEPAC sobre a falta de vistorias, foi a questão política do lugar. Ao longo deste ano o Presidente foi quatro vezes, a última vez foi para responder a uma solicitação de demolição de um galpão que existiu e que fica na parte posterior do edifício principal. O Presidente solicitou que fosse encaminhado ao INEPAC pelas vias formais o pedido , e o técnico deste Instituto, o arquiteto Roberto da Luz, responsável por este bem, achou que não caberia a ele decidir sobre este pedido de demolição e que teria que passar pelo CET. Existe então uma demolição já executada e uma demolição que querem fazer. O Conselheiro Seixas, questionou porque essas demolições não tem



projeto. A documentação foi encaminhada ao Conselheiro Olínio sobre o assunto para ser dado o parecer. O Conselheiro lê seu parecer: Que segue em anexo a esta ata. O Presidente solicita considerações. A Conselheira Dora declara o parecer perfeito mas acha que deveria deixar claro que o tombamento é definitivo mas não está registrado como tal. O Conselheiro Olínio intervém afirmando que é um tombamento provisório de 30 anos. O Conselheiro Pazzini, acrescenta que este bem foi tornado definitivo pelo Conselho, mas não foi publicado, o Governo deveria ter acatado o posicionamento. E indaga se foi tornado sem efeito a solicitação. O Conselheiro Seixas faz a consideração que talvez pode não ter sido enviado ao Gabinete. Colocado em votação o **parecer** do Conselheiro Olínio foi **aprovado**. O Conselheiro Seixas indica fazer o encaminhamento para a Prefeitura. O Conselheiro Pazzini, concorda com o parecer do Conselheiro Olínio mas acha que o INEPAC é que deveria responder, não o CET. Para o Conselheiro está claro que deveria ter tido projeto e não entende porque não foi feito, dado o parecer e enviado a Prefeitura. A Conselheira Sonia aprova o parecer do Conselheiro Olínio e indica que deverá ser ratificado e consignado que os projetos tem que ser apresentados ao CET, e explica que não precisa vir ao Conselho a notificação para a prefeitura ou aos proprietários, pelo fato deles estarem construindo sem projeto submetido ao Conselho. E que fique esclarecido, que não precisa vir ao Conselho a ação do INEPAC para que obras irregulares recebam o embargo deste Instituto. O Presidente informa que quando entrou no INEPAC, recebeu o pedido do Governador Wilson Witsel para serem feitos tombamentos. A partir deste momento começa a se mobilizar para fazê-lo. Encontrou grande resistência por parte de alguns funcionários, e até fez financiamento próprio para serem feitas vistorias. Acrescenta que o Procurador, Dr. Maurício Mota, informou na época que o conceito do INEPAC perante a PGE não era nada bom. Que o Instituto tinha um número grande de funcionários mas não existia produção e que entrariam com uma sindicância e pensavam em extinguir o órgão. O Presidente foi ao Gabinete e foi informado que não poderia ter sido cobrado desta forma. A partir de então conseguiu formatar e finalizar processos e no prazo de alguns meses, encaminhou ao jurídico para o Dr. Maurício, para o Gabinete e para todos os interessados, vários processos de tombamento, inclusive alguns quase terminados no passado. O Presidente explica que com o afastamento do Governador Wilson Witsel e o Sr. Claudio Castro Governador em exercício assumindo, surgiu um procurador chamado Gabriel Pacheco Ávila. Este senhor tem o entendimento que o Estado não tem condições e encontra-se em uma situação financeira delicada, portanto não sendo adequado fazer tombamentos. Esclareceu que a partir do decreto 25 de 1937, pode gerar um custo para o Estado, uma vez que comprovado a impossibilidade do proprietário fazer a devida conservação do bem tombado, caberia ao ente tombador prover recursos para que esse bem fosse mantido em condições adequadas. A partir dessa premissa o Procurador definiu uma minuta, que encontra-se no SEI, de que o Governador não deveria concordar com a ciência do processo de tombamento provisório. Indeferindo todos os pedidos de tombamento. Consultado, o Dr. Maurício Mota, não concorda e acha irregular. O Presidente encontrou o ofício do Governador reproduzindo o que o Procurador Gabriel Ávila tinha colocado, foi descoberta em uma minuta em relação ao tombamento do Casarão Generoso Portela em 3 Rios. O INEPAC apressou-se para finalizar o processo a pedido da Prefeitura, pois o proprietário reside em Portugal e está sendo procurado por

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC
Av. Presidente Vargas, nº 1261 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20071-004 – Tel.: 55 21 2216 8500 – Ramais 211
E-mail: patrimonioinepac@gmail.com - www.inepac.rj.gov.br



ANEXO F

Parecer do Conselho Estadual de Tombamento relativo à demolição de construção

**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO – INEPAC**

PARECER

Ementa:

Execução de obras e demolição de construções sem aprovação deste Instituto, em área do “Conjunto Fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial”, tombado pelo Estado do Rio de Janeiro através do Processo nº E-18/300.031/84, localizado no Município de Paracambi – RJ.

Considerações

1. Trata-se de constatação de execução de obras e demolições de construções na área do Conjunto Arquitetônico tombado: *Companhia Têxtil Brasil Industrial, incluindo o Edifício Central, Usina de Força, Edificações Complementares, Casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição*, em vistoria realizada pelo senhor diretor do Inepac, em 21 de outubro de 2020.
2. A companhia foi autorizada a funcionar pelo Alvará da Princesa Isabel de 13 de setembro de 1871, tendo tido sua instalação autorizada pelo Decreto nº 3.965, de 18 de setembro de 1867. O edifício central, concluído em 1871, era a unidade de produção. A capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1880. Atualmente, no edifício funcionam a Companhia Municipal de Balé, o Planetário, o Espaço Cinema e Arte, o núcleo da Escola de Música Villa-Lobos, o Espaço da Ciência e a Brinquedoteca, além das secretarias municipais de Cultura e de Meio Ambiente.

3. Em 12 de março de 1984, o prefeito municipal de Paracambi, senhor Delio Cesar Leal, solicitou ao Inepac o tombamento desse conjunto arquitetônico, considerando

(...) um antigo desejo de nossa população, em ver pública e oficialmente reconhecida a importância histórica e cultural do edifício que marca profundamente, e até mesmo, dá início à história e Paracambi.

(...)

Acreditamos ainda, que a importância do patrimônio que pedimos a preservação, ultrapassa os limites do município; é, sem dúvida, em nossa opinião um bem, cuja história está intimamente ligada ao processo de industrialização de nosso Estado, iniciada timidamente em finais do século passado através de iniciativas pioneiras como a da Brasil Industrial.

4. Encaminhado esse pedido pelo processo "E" nº 18/300.031/84 ao senhor governador, deste tomou ciência, em 9 de abril de 1984.
5. Em edital, publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, em 16 de dezembro de 1985, é anunciado o TOMBAMENTO PROVISÓRIO desse Conjunto Arquitetônico, no termos do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982.
6. Em 2 de agosto de 1990, o tombamento é aprovado neste Conselho, com parecer do conselheiro Carlos Henrique Ribeiro Porto, em caráter DEFINITIVO, segundo nosso entendimento.
7. No entanto, até a presente data, nada foi feito para a efetivação dessa decisão do Conselho. O bem em tela continua figurando nos escritos oficiais como TOMBADO PROVISORIAMENTE.

PARECER

[Handwritten signature]

Constatada a execução de obras não aprovadas por este Instituto, em 21 de outubro de 2020, em vistoria realizada por seu diretor, entendemos que a Prefeitura de Paracambi deverá ser notificada:

[Handwritten signature] 2

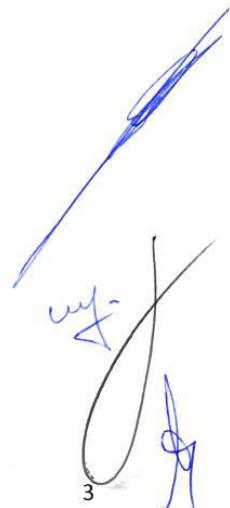
1. a apresentar projeto das obras que pretende realizar, devidamente localizadas em planta de situação, assinalando o Conjunto Arquitetônico tombado: Companhia Têxtil Brasil Industrial, incluindo o Edifício Central, Usina de Força, Edificações Complementares, Casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição;

2. a interromper IMEDIATAMENTE quaisquer obras em execução ou em demolição no local, até a aprovação deste Instituto, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 2021.

Olinio Gomes Paschoal Coelho
Conselheiro CET

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a small '3' at the bottom right.

ANEXO G

Ata da 1409^a sessão do conselho estadual de tombamento



Ata da 1409^a Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro.....

Ao sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, por meio virtual eletrônico devido a pandemia da COVID 19, realizou-se a milésima quadricentésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Diretor Geral do INEPAC Sr. Claudio Elias da Silva, estando presentes os Conselheiros: Mauro Maia Fragoso, Olínio Gomes Paschoal Coelho, Dora Monteiro e Silva de Alcântara , Sonia Rabello , Mauro Pazzini, Claudia Márcia Ferreira, Luciano Cavalcanti, Renata Gama e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes em pauta:**1.PARACAMBI - Centro de visitação e sede administrativa no Parque Natural Municipal do Curió 2.BÚZIOS - apreciação de proposta para mudança de parâmetro construtivo no tombamento.**
O Presidente abriu a sessão solicitando ao Conselheiro Olínio relator da pauta sobre PARACAMBI, que discorre-se sobre seu parecer, segue em anexo o parecer.Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o parecer do Conselheiro pedindo agilidade na publicação do Tombamento Definitivo. O Presidente respondeu que verificará o que falta para a questão em pauta e dará um posicionamento. A Conselheira Sonia, se posicionou de acordo com o parecer do arquiteto Roberto da Luz e do Conselheiro Olínio. Acrescenta que congratula o município pelo uso principalmente porque será a sede de um parque, algo inédito, estimulando a preservação ao redor e inserindo o bem tombado dentro da conservação ambiental do Parque Municipal do Curió. O Conselheiro Olínio afirma que será a integração do Conjunto Fabril com a sociedade de Paracambi, uma resolução muito importante. Dando prosseguimento, a próxima pauta **BÚZIOS**, contou com a presença das técnicas do INEPAC, a arquiteta Camila e Anna Letícia técnica em geoprocessamento, que juntamente com a arquiteta Mariana (ausente nesta reunião, responsável pelo escritório técnico da baixada litorânea). As técnicas enviaram uma proposta de inclusão de parâmetro no tombamento do processo de Búzios. Devido aos crescentes pedidos de requerentes em relação a aprovação de construções em determinadas áreas onde os terrenos são aclives ou declives, as técnicas informam que para entrarem nos parâmetros do tombamento, as construções tem que recortar o terreno com muros de contenção ou pilotis (pilares de sustentação). A sugestão das técnicas, seria mudar o gabarito atual dos pilares de sustentação que é de 5,00m (cinco metros) máximo de altura considerando todos os elementos construtivos, incluindo o pilar de assentamento até a cumeeira do telhado. A proposta é retirar o elemento construtivo (pilar de assentamento) do gabarito total no tombamento, e ter um gabarito específico. Ficando 5,00m (cinco metros) da laje de piso até a cumeeira e o pilar de assentamento seja restrito a 3,00m (três metros), e que o vão existente entre os pilares de assentamento do solo até a laje de piso, seja preenchido com a flora nativa.Não podendo ser construído nada no espaço, diminuindo o ruído causado na paisagem. Acrescentando a proibição de ultrapassar o skyline do topo do morro com a construção. AS técnicas informam que a prefeitura de Búzios, tem uma normativa em

**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO – INEPAC**

PARECER

Ementa:

Analise de anteprojeto de construção de **Sede do Parque Natural Municipal do Curió e do Centro de Visitantes**, em área do “Conjunto Fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial”, tombado pelo Estado do Rio de Janeiro através do Processo nº E-18/300.031/84, localizado no Município de Paracambi – RJ.

Considerações

1. Trata-se de execução de obra e demolição de construções na área do Conjunto Arquitetônico tombado: *Companhia Têxtil Brasil Industrial, incluindo o Edifício Central, Usina de Força, Edificações Complementares, Casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição*, constatadas em vistoria realizada pelo senhor diretor do Inepac, em 21 de outubro de 2020, sem apresentação de projeto arquitetônico para aprovação deste Instituto.
2. Em 12 de março de 1984, o prefeito municipal de Paracambi, senhor Delio Cesar Leal, solicitou ao Inepac o tombamento desse conjunto arquitetônico.
3. Encaminhado esse pedido pelo processo “E” nº 18/300.031/84 ao senhor governador, deste tomou ciência, em 9 de abril de 1984.
4. Em edital, publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, em 16 de dezembro de 1985, é anunciado o TOMBAMENTO

1

PROVISÓRIO desse Conjunto Arquitetônico, no termos do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982.

5. Em 2 de agosto de 1990, o tombamento é aprovado neste Conselho, com parecer do conselheiro Carlos Henrique Ribeiro Porto, em caráter DEFINITIVO.
6. No entanto, até a presente data, nada foi feito para a efetivação dessa decisão do Conselho. O bem em tela continua figurando nos escritos oficiais como TOMBADO PROVISORIAMENTE.
7. A Secretaria de Meio Ambiente de Paracambi, atendendo à determinação do INEPAC apresenta o **anteprojeto de construção da “Sede do Parque Natural Municipal do Curió e do Centro de Visitantes”, o “Relatório de Impactos Ambientais” provenientes da nova construção, o “Projeto Básico de Arquitetura e Paisagismo”, o “Memorial Descritivo” da construção da referida sede e o “Termo de Referência” para execução do projeto para implantação da unidade de conservação do Parque, a ser analisado pelo Departamento do Patrimônio Cultural e Natural – DPCN deste Instituto.**

Em 1º de abril de 2021, o senhor arquiteto Roberto da Luz, depois de analisar o anteprojeto e a documentação apresentados pela Prefeitura, opina favoravelmente à sua execução, nada tendo a opor, considerando ainda que,

as atividades ali previstas irão contribuir para a preservação das áreas protegidas, e evidentemente, na fiscalização para o cumprimento das legislações vigentes em cada instância.

Enfatizando que

Devido à grandiosidade do Conjunto Arquitetônico tombado, outras questões deverão ser discutidas, com os responsáveis pela sua preservação, com a maior brevidade possível, devendo ser prevista a realização de obras de recuperação / restauração em todo o “Conjunto Fábril da Companhia Têxtil Brasil – Industrial” que apresenta condições insatisfatórias em várias áreas, apontadas preliminarmente em relatório de vistoria elaborado pelo INEPAC.

2

PARECER

1. Em vista do exposto, após análise do anteprojeto em tela, e acatando a informação do senhor arquiteto Roberto da Luz Gomes, nada temos a opor à aprovação do referido anteprojeto de construção de uma **Sede do Parque Natural Municipal do Curió e do Centro de Visitantes**, de acordo com o que consta deste processo.

2. Entendemos que deverá ser apresentada pela Prefeitura Municipal de Paracambi uma **perspectiva ou montagem fotográfica** do conjunto arquitetônico tombado com as novas edificações projetadas, que deverá ser anexada a este processo.

3. Encarecemos, ainda, que deverão ser tomadas as providências administrativas necessárias pela direção do Inepac para a imediata publicação do ato de **tombamento definitivo** desse bem: **Companhia Têxtil Brasil Industrial, incluindo o Edifício Central, Usina de Força, Edificações Complementares, Casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição**, aprovado por este Conselho Estadual de Tombamento em 2 de agosto de 1990.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2021.

Olinio Gomes Paschoal Coelho.
Conselheiro/CET.



ANEXO H

Ofício 700/2019 do INEPAC, relativo a vistoria realizada no bem patrimonial

Ilmo. Senhor

ANTE
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia
da Prefeitura municipal de Paracambi
Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50 – Centro – Paracambi – RJ
CEP: 26600-000

Assunto: Vistoria Técnica

Prezado Senhor,

Como é do conhecimento de V.Sa. o “Conjunto Fabril da Cia Têxtil Brasil Industrial” é tombado pelo Estado do Rio de Janeiro, através do Processo nº E-18/300.031/84, com publicação no D.O. de 16/12/1985, abrangendo o Edifício Central, a Usina de Força, Edificações complementares, Casa do Diretor e a Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Tendo em vista a importância arquitetônica, histórica e cultural do referido conjunto, não só para o Município de Paracambi, mas para o Estado do Rio de Janeiro e com vistas a preservar as características originais das construções, **notificamos** que foram constatadas obras irregulares no imóvel em tela.

Sendo assim, informamos que **as obras em andamento deverão ser paralisadas imediatamente, requisitando na oportunidade, o encaminhamento a este Instituto em um prazo de 20 dias, o projeto executivo com memorial descritivo das obras previstas para o local, para que o mesmo seja submetido à análise e aprovação deste Instituto.**

Para conhecimento estamos encaminhando a cópia impressa dos relatórios da vistoria conjunta realizada no local, elaborados pelos técnicos deste Instituto, do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural – DPCN e pelo Departamento de Bens Móveis e Integrados – DBMI, que apontam **preliminarmente** as condições encontradas que deverão ser revertidas, prevendo a melhoria do estado de preservação do bem tombado.

Na oportunidade, ratificamos quanto à necessidade para elaboração de um **PLANO DIRETOR**, que possibilitará o planejamento e a ocupação ordenada em todo o conjunto tombado.

Certos do compromisso de V.Exa. com a preservação do Patrimônio Cultural Fluminense, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIO PRADO DE MELLO
Diretor Geral do INEPAC

Diretor Geral
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INEPAC - ID 50949683

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
PROTOCOLO N.º 1702/2019
Entrada Saída Em 31/10/19

Processo. 1859/19 Fis. 04



RELATÓRIO DE VISTORIA

LOCAL: Cia Têxtil Brasil Industrial – Avenida dos Operários – Município de Paracambi - RJ

DATA DA VISTORIA: 17/09/2019

PARTICIPANTES: Roberto da Luz Gomes – Arquiteto do DPCN do INEPAC
 Marcella Coelho – Museóloga – DBMI - INEPAC
 Leonardo – Diretor do DPD do INEPAC
 Professor Davi Pereira Romeiro Neto – Grupo de Estudos do Centro de Memória Têxtil

OBJETIVO: Vistoria técnica para avaliação do estado de conservação do bem tombado

A vistoria realizada teve como objetivo atender a solicitação feita pela Direção Geral deste Instituto, tendo em vista o contato (via correspondência eletrônica protocolada com o nºXXX) estabelecido com os interessados, requerendo uma reunião para exposição aos técnicos deste Instituto de uma proposta para implantação de um museu e para outras atividades no conjunto tombado.

O imóvel em tela denominado “**Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil-Industrial**”, tombado pelo Estado através do Processo nº E-18/300.031/1984, localizado no município de Paracambi, entrou em funcionamento no ano de 1874 sendo considerado de grande relevância para população de PARACAMBI, representando com significativo valor as construções destinadas ao uso industrial, sendo uma grande referência cultural do Estado do Rio de Janeiro.

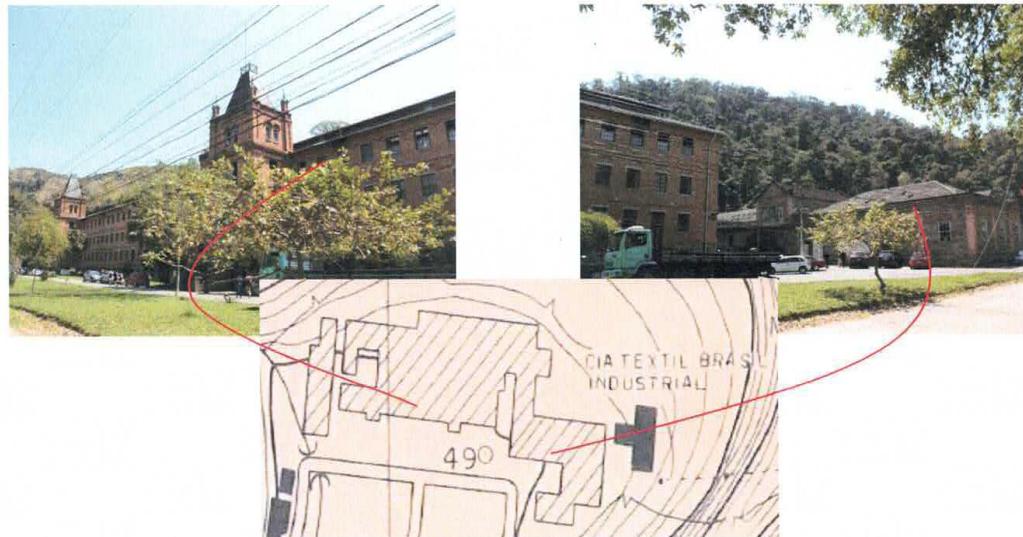
Cabe ressaltar, que o edifício construído com a destinação para uso industrial, deverá ser considerado para quaisquer ocupações previstas, todas as suas especificidades da sua tipologia e métodos construtivos, todas as diferenças de composição estruturais existentes, funcionalidade considerando o uso original / uso atual, e os cuidados a serem observados na análise dos projetos para as adaptações futuras nos espaços ora abandonados.

Com vistas à preservação da integridade física do conjunto, o presente relatório **aponta preliminarmente os problemas existentes** que são repetitivos na maior parte das construções, causados pela falta de manutenção e pela execução de obras não criteriosas, efetuadas sem a orientação de um técnico especializado para execução de obras em prédios históricos e sem anuência e acompanhamento técnico deste Instituto.

Processo: 7859 / 19 Fls. 05



O conjunto arquitetônico em tela é composto pelo prédio principal em primeiro plano e uma disposição com prédios existentes na lateral e na parte posterior, mantendo na maioria das construções do complexo uma tipologia em alvenaria de pedra e tijolo aparentes, assentados de maneira primorosa.



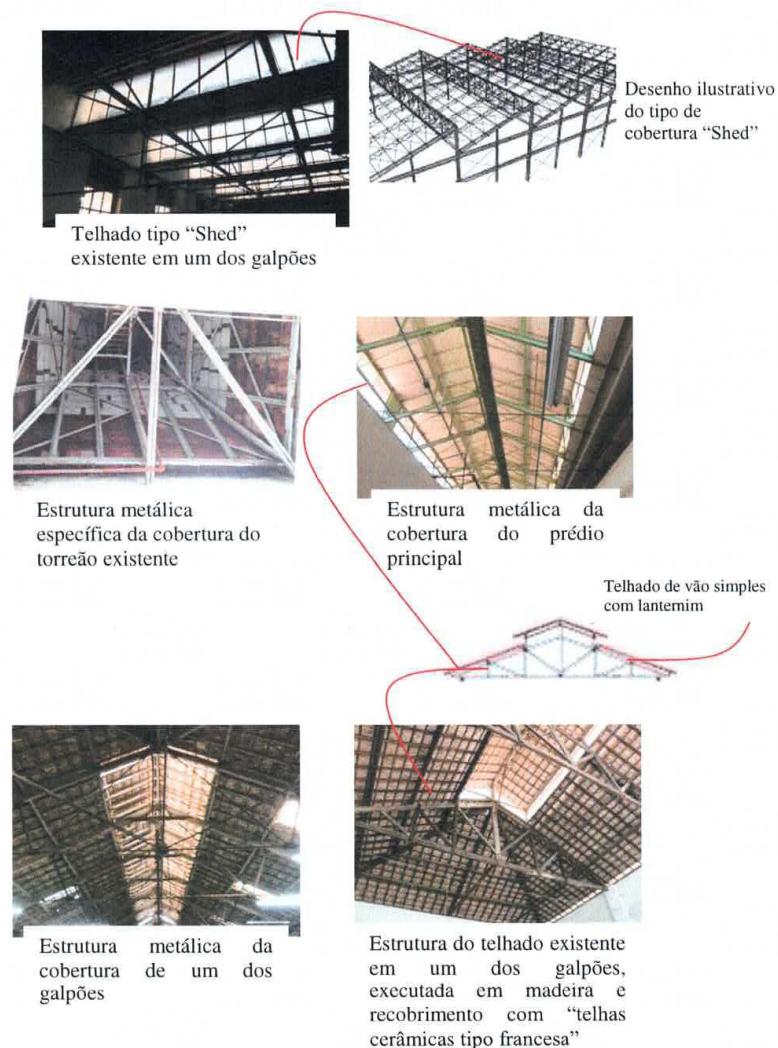
As construções existentes mantêm preservadas as volumetrias das fachadas e dos telhados com sua maioria montados em estruturas metálicas, com variações do número de águas e com uma sequência harmônica de tesouras distribuídas em cada galpão.

O recobrimento dos telhados com telhas de fibrocimento (amianto) fica sujeito às discussões futuras (avaliando do ponto de vista da sustentabilidade), no momento da análise do projeto executivo a ser remetido ao INEPAC, ressaltando que algumas coberturas apresentam recobrimento com telhas metálicas.

Processo. 7859 / 19 Fls. 06



Os tipos de telhados aqui identificados no conjunto arquitetônico foram classificados em vão simples com lanternim, geminados e os do tipo “Shed” que é característico das construções industriais.



Processo: 7859 / 19 Fls. 07



Internamente em algumas áreas estão preservadas as estruturas com sistema de abobadas composta de tijolos apoiados em trilhos de ferro, suportando os pisos dos pavimentos, cabendo comentar que constatamos a existência de pontos de umidade.



Durante a inspeção constatamos a **necessidade de obras em todo o conjunto para recuperação / restauração do bem tombado**, tendo em vista os problemas causados pelo abandono em várias áreas, execução de acréscimos inadequados que foram edificados desconsiderando a importância dos elementos expressivos componentes dos sistemas construtivos existentes.

Verificamos no decorrer da inspeção a realização de obras irregulares em andamento, que consideramos inadequadas, uma vez que nenhuma consulta prévia foi realizada para análise de projeto e orientações técnicas do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural - DPCN deste Instituto.

As obras em andamento citadas acima não são as únicas irregularidades verificadas, tendo sido registradas algumas situações ocorridas em outros períodos, como a execução de vários acréscimos, fechamento de vãos, mudança de nível de pisos externos e outras condições que deverão ser revertidas no momento oportuno, prevendo ainda para retirada de todos os elementos espúrios existentes.

Para realização das obras necessárias deverá ser encaminhado para análise deste Instituto o **projeto executivo de restauração / recuperação e todos os complementares**, com o detalhamento gráfico necessário ao seu entendimento, indicando as mudanças previstas para adaptação das atividades em cada área, devendo os mesmos **serem elaborados por profissional habilitado para desenvolver projetos de restauração / recuperação de prédios históricos**.

A extensão do projeto para as áreas definidas nas recomendações no parecer do conselheiro relator no processo de tombamento deverão ser respeitadas, esclarecendo que o tombamento não se restringe exclusivamente ao complexo arquitetônico vistoriado, se estendendo para o seu entorno.

O registro fotográfico a seguir apresenta preliminarmente as situações encontradas, sendo necessário o empenho dos responsáveis pelo conjunto arquitetônico, com vistas à realização de obras urgentes, visando impedir o avanço da degradação e descaracterização das edificações em todo o conjunto.

Processo. 1859 / 19 Fls. 09



As situações ora registradas não representam todos os problemas existentes, devendo ter um desdobramento de ações que serão definidas através da contratação de uma **empresa / profissional especializado para elaboração de um PLANO DIRETOR, que possibilitará o planejamento e a ocupação ordenada de todo o conjunto, considerando todas as áreas definidas no processo de tombamento.**

O PLANO DIRETOR possibilitará para a **elaboração do projeto executivo e seus complementares, garantindo desta forma a ocupação dos espaços de forma criteriosa, sem mutilar nenhuma das edificações com acréscimos inadequados.**

O projeto executivo a ser apresentado deverá conter todas as informações necessárias, com a formatação adequada, permitindo a sua análise de forma legível, observando em cada conjunto existente ou prédio isolado, o desenho original / volumetria, os elementos descaracterizadores e acréscimos irregulares a serem removidos.

Alertamos para que sejam tomadas providências para impedir a ocorrência de sinistros, que possam provocar situações irreversíveis no bem tombado, devendo ser feito um levantamento por parte dos responsáveis pelas edificações, para avaliação da necessidade de alocar equipamentos de combate a incêndio em cada área do conjunto, devendo constar nos complementares o projeto referente ao assunto, obedecendo às normas estabelecidas pelo órgão competente.

Sendo assim, sugerimos que seja enviado um ofício ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia, da Prefeitura Municipal de Paracambi, para conhecimento do presente relatório, informando na oportunidade que deverão ser tomadas as devidas **providências para imediata paralisação das obras irregulares e descaracterizadoras em andamento** em um setor do conjunto (registro fotográfico a seguir), devendo o assunto ser discutido com este Instituto.



Obras em andamento sem nenhum critério técnico, com vistas a preservar as características originais da construção, sem a devida análise e aprovação deste Instituto

26 de setembro de 2019

Roberto da Luz Gomes
Arquiteto - INEPAC
ID: 2023686-3

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC
Av. Presidente Vargas, 1261 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-004, Tel.: 55 21 2216 8500 – Ramal 211
E-mail: patrimonio.inepac@inepac.rj.gov.br - www.inepac.rj.gov.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Cultura e Economia Criativa
INEPAC
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural



Processo. 7859 / 17 Fls. 09

REGISTRO FOTOGRÁFICO

VISTORIA TÉCNICA REALIZADA NO IMÓVEL DENOMINADO
“Conjunto Fabril da Companhia Textil Brasil Industrial”

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – INEPAC
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL - DPCN

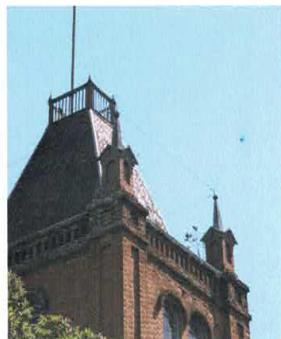
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC
Av. Presidente Vargas, 1261 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-004, Tel.: 55 21 2216 8500 – Ramal 211
E-mail: patrimonio.inepac@inepac.rj.gov.br - www.inepac.rj.gov.br



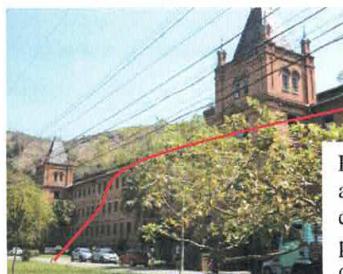
Processo: 7859 / 19 Fls. 20



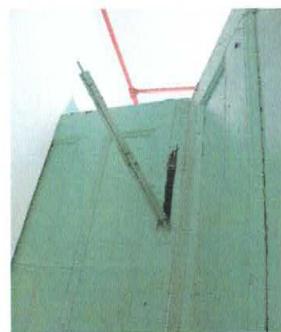
O registro fotográfico ora apresentado aponta os problemas existentes em várias áreas do conjunto arquitetônico, não devendo ser considerados como a maioria das situações encontradas à serem solucionadas.



É grande a proliferação de vegetação em vários pontos das fachadas e outros locais, conforme registro deste tipo de ocorrência no torreão existente no prédio principal.

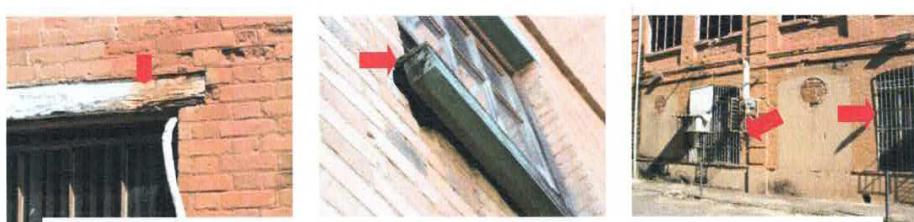


Em um ponto localizado em frente ao acesso principal verificamos a falta de cuidados específicos para evitar a proliferação de **mosquito**, além do odor desagradável causado pela água e lama acumuladas.



As esquadrias no interior das edificações que fazem parte do conjunto e as existentes nas fachadas deverão ser restauradas, obedecendo ao seu desenho, matérias e ferragens originais.

Processo 7859 / 19 Fls. 11



As vergas e peitoris de madeira das esquadrias deverão ser inspecionados tendo em vista o estado de deterioração encontrado, devendo ser verificado o gradeamento inadequado de alguns vãos.

Processo. 7859 / 19 Fls. 12



As paredes internas e externas com revestimento original apresentam estado de conservação muito ruim, com pinturas inadequadas, incidência de umidade, partes faltantes, intervenções impróprias, fissuras e outros problemas que deverão ser levantados e assinalados no mapeamento de danos a ser apresentado no projeto executivo de restauração geral do conjunto.



Todos os acréscimos e elementos espúrios deverão ser removidos, tendo em vista que os mesmos foram construídos desconsiderando os elementos característicos da construção original a serem preservados em várias áreas do conjunto.

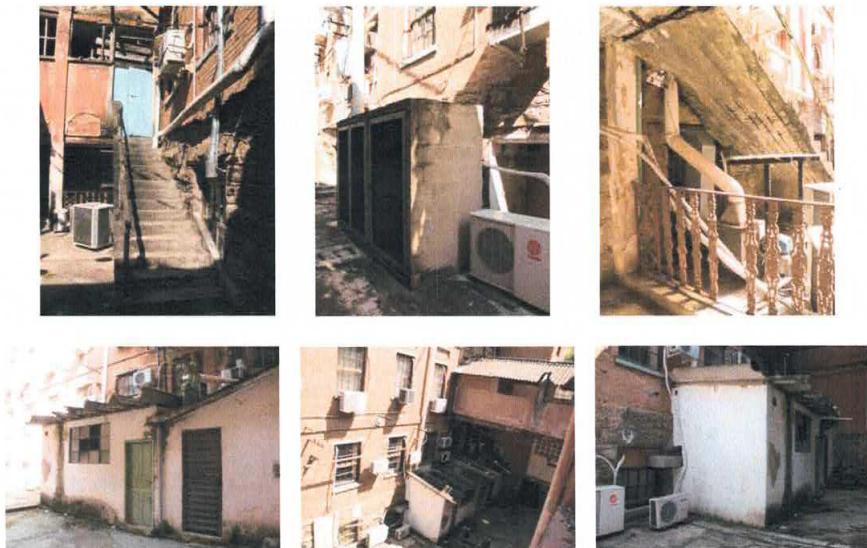


O impacto causado pelos acréscimos, alguns com aspecto de abandonados, é muito ruim provocando situações desfavoráveis.

Processo 7859 / 19 Fls. 13



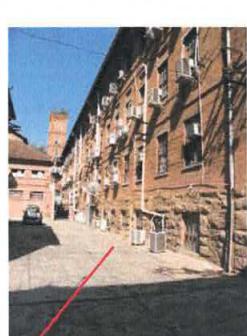
As fotos a seguir revelam o impacto desagradável causado pelos acréscimos construídos sem nenhum critério.



Verificamos que vários elementos estruturais apresentam estado de conservação muito ruim, com ferragens oxidadas e expostas.



Processo 7859 / 19 Fls. 14



Piso elevado em toda extensão da fachada posterior



Elemento em argamassa colocado no vão para impedir a entrada de água



Os pisos na área externa foram suspensos, causando interferências significativas nos vãos com esquadrias em madeira e vidro existentes no térreo, na fachada voltada para parte posterior da edificação principal.



A elevação do piso externo em toda extensão da fachada dos fundos do prédio principal foi executada sem nenhum critério, desconsiderando a preservação dos elementos construtivos em toda sua extensão, inclusive, com a instalação inadequada de aparelhos do sistema de refrigeração e a construção de vários acréscimos.



Elemento em argamassa colocado no vão de janela após elevação do piso, para impedir a entrada de água

Esquadria do mesmo tipo e tamanho com a proporção aproximada de enterramento após a elevação do piso externo



Folha da janela "tipo guilhotina" parcialmente enterrada

Folha da janela "tipo guilhotina" completa



Obras irregulares em andamento com o emparedamento de vãos, colocação de forros impedindo a visibilidade das estruturas originais de telhados e outras que deverão ser apontadas e consideradas como dano

O abandono está evidente na maior parte do conjunto arquitetônico, exigindo cuidados imediatos em todas as unidades.

A seguir acrescentamos outros registros apontando de forma preliminar o estado de abandono em diversas áreas do conjunto arquitetônico.



Situações que oferecem riscos de acidentes graves



Equipamento remanescente de combate a incêndio abandonado

Galpões subutilizados como depósito cabendo uma avaliação quanto ao reaproveitamento dos materiais armazenados de maneira inadequada.

Processo. 7859 / 19 Fls. 16



A ausência de cobertura em algumas edificações propicia para degradação das alvenarias e das estruturas de telhados expostas.



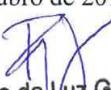
A umidade intensa em vários locais indicam problemas sérios de grandes vazamentos e infiltrações.



Salas destinadas à laboratórios utilizadas como depósito de materiais.
Cabe urgência na apresentação do PLANO DIRETOR solicitado.

Diante das situações preliminares apresentadas caberão providências imediatas.

Em 15 de outubro de 2019


Roberto da Luz Gomes
Arquiteto - INEPAC
ID: 2023685-3

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC
Av. Presidente Vargas, 1261 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-004. Tel.: 55 21 2216 8500 – Ramal 211
E-mail: patrimonio.inepac@inepac.rj.gov.br - www.inepac.rj.gov.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Cultura e Economia Criativa
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

INEPAC

Processo. 7859 / 19 Fls. 17

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa- RJ



Relatório de Vistoria

Denominação: **Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil Industrial**
 Localização: Avenida dos Operários, s/nº Município: Rio de Janeiro

Participantes: Leonardo Alves – Historiador do DPD/INEPAC
 Marcella Almeida - Museóloga do DBMI/INEPAC
 Roberto da Luz – Arquiteto do DPCN/INEPAC

Data: 17 de Setembro de 2019.

No dia 17 de Setembro do corrente ano, os servidores do INEPAC participaram de reunião no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), localizado na antiga fábrica de tecidos no município de Paracambi, atual “Fábrica do Conhecimento”, bem tombado pelo Estado através do processo E-18/300.031/84. Tal demanda surgiu a partir da correspondência eletrônica enviada pelo professor Davi Romeiro, para o Sr. Diretor Geral do Instituto, Claudio Prado de Melo, onde solicitou o apoio do Inepac no projeto de Museu/Centro de memória da fábrica de tecidos, em construção.

Componentes:

- **Davi Pereira Romeiro Neto** - Professor da IFRJ - Grupo de Estudos do Centro de Memória Têxtil
- **Ronaldo Vicente Pereira** – IFRJ - Grupo de Estudos do Centro de Memória Têxtil
- **David Braga Pires da Silva** - IFRJ - Diretor de Ensino
- **Jorge Luiz Teixeira Cavalcante** - Prefeitura de Paracambi - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia
- **Eduardo Stogmuller** - Prefeitura de Paracambi - Comunicação Social

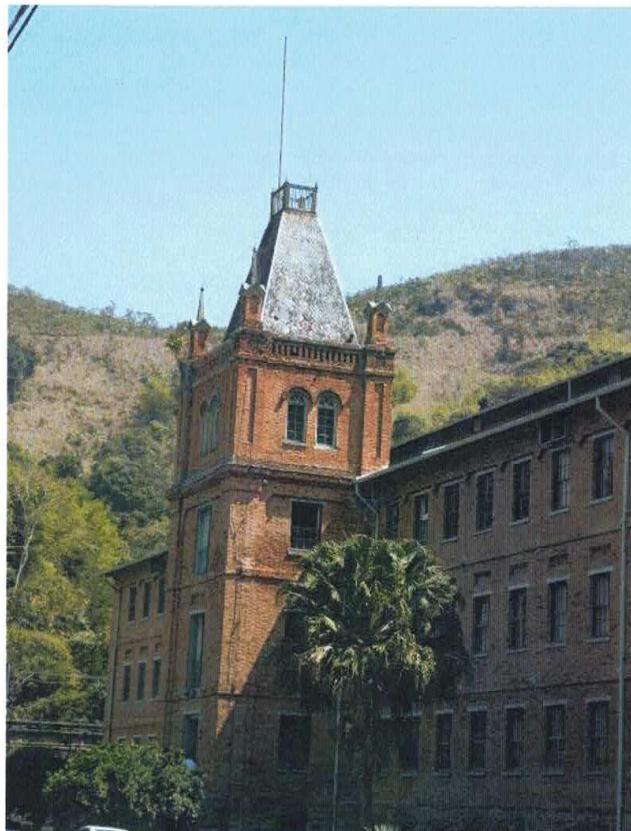
Na oportunidade, o Sr. Davi Romeiro apresentou a ideia do projeto, tomando como base Museus industriais estrangeiros e nacionais, fotografias antigas com operários da fábrica, som da sirene que marcava o início e o fim das atividades, entre outros. Mostrou o espaço que pretende utilizar, espécies de galpões, hoje ocupados em parte pela Secretaria de Cultura

Processo. 1059 / 17 Fls. 18

e de Saúde, pretende-se criar área para exposição permanente e espaço para receber exposições temporárias.

Apesar da iniciativa, o Inepac alertou sobre a necessidade de preservação do patrimônio edificado. Na sequência, os técnicos iniciaram a vistoria acompanhada dos Srs. Davi Romeiro e Ronaldo Pereira. Do ponto de vista do imóvel e dos bens integrados, o arquiteto Roberto da Luz deu destaque em seu relatório para o estado de conservação no qual se encontram, assim como as ações cabíveis.

A respeito dos bens móveis, foram localizados apenas dois objetos, um armário e um cofre, ambos em péssimo estado de conservação e em prédios anexos, conforme fotografias.



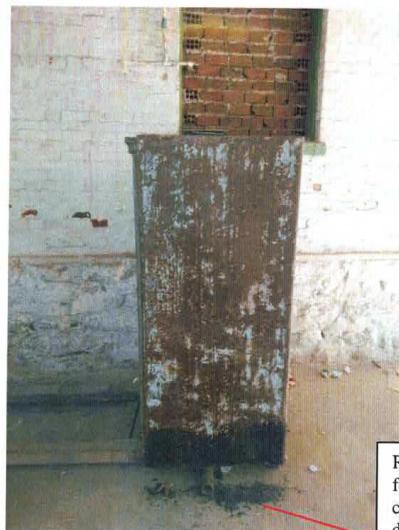
Processo. 7859_19 Fls. 19



Armário original da Fábrica de Tecidos,
depositado em prédio onde funciona uma confecção.



Cofre de ferro encontra-se em PÉSSIMO estado de conservação, com oxidação generalizada, perda de material na parte posterior, perda da camada pictórica.



Cofre de ferro, original da Fábrica de Tecidos, depositado em prédio anexo.

Resíduo do ferro em corrosão devido a oxidação.

Processo. 7859 / 19 Fls. 20-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Departamento de Bens Móveis e Integrados do INEPAC recomenda que o **armário** e o **cofre** encontrados durante a vistoria sejam movidos para local destinado a guarda de objetos de mesma natureza e que sejam devidamente acondicionados, uma vez que são importantes testemunhos da memória, deste modo, portadores de valor cultural.

Marcella Coelho de Almeida
Marcella Coelho de Almeida
 Departamento de Bens Móveis e Integrados
 INEPAC
 Marcella C. de Almeida
 INEPAC / SEC
 ID: 5023738-1

Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 2019.

Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
 Rua da Quitanda, 86/ 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 CEP 200091 005 - Tel.: 55 21 2216 8500



SECRETARIA
DE CULTURA

INEPAC

ANEXO I

Plano Plurianual 2022-2025




Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
 Plano Plurianual 2022 - 2025

33

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES PPA 2022-2025

Programa: (0026) DESENVOLVIMENTO CULTURAL – (MAIS CULTURA) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Horizonte Temporal:	Continuo	Público Alvo:	População	Tipo:	Finalistico	Eixo Programático:	Valorização Cultural à História e a Paisagem Local	
Objetivo:	Incentivar e promover junto a população a cultura de um modo geral, visando o lazer e o incentivo as atividades de cunho cultural, social e educacional, valorizando assim as culturas locais, regionais e nacionais.							
Justificativa:	Justifica-se ao objeto deste programa, a realização de eventos e festividades que desempenhem os eixos descritos acima. Justifica-se também a implantação de programas voltados para a área cultural contidos no plano de governo da Exma. Sra. Prefeita Lucimar Ferreira na gestão 2021-2024, tais como a ampliação e qualificação dos atuais projetos e programas culturais em andamento buscando garantir em todos os eventos do Calendário Cultural e a participação de artistas locais, a Realização do Censo Cultural na cidade para identificar o que seus diversos atores culturais produzem, visando divulgar e ampliar oportunidades, promover exposições itinerantes nos espaços públicos de obras de artistas locais e regionais, Implantação do Centro de memória e o Museu Municipal da Indústria Textil, Recuperação, transformação e revitalização das Estações Ferroviárias de Paracambi e Mario Bello com a implantação de centros culturais ou casas de cultura permanentes, Busca de parcerias na promoção de iniciativa de preservação e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais do município e a Implantação do projeto cultura nas praças, promovendo atividades gratuitas nos bairros.							
Indicadores	60% dos eventos realizados; 100% o Censo realizado; 100% dos Equipamentos culturais operacionalizado; Aumento em 20% de matriculados nas atividades culturais.							
Consolidação dos Valores (Em R\$ 1,00)								
Recursos	Tesouro Municipal:	Outras Fontes				Total:		
	3.880.000	6.280.000				10.160.000		
	Dado Financeiros:				2022	2023	2024	2025
					2.615.000	2.515.000	2.515.000	2.515.000

ANEXO J

Ofício nº 1612/2020/IPHAN RJ - IPHAN, devolução de projeto da 33ª Edição do Prêmio Rodrigo de Mello Franco

Locali...


MINISTÉRIO DO TURISMO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro

Ofício Nº 1612/2020/IPHAN-RJ-IPHAN

Ao Proponente
Sr. Davi Pereira Romeiro Neto
Ação: Uma história transformando vidas - da Cia. Têxtil Brasil Industrial à Fábrica do Conhecimento
 Rua Sebastião de Lacerda, s/nº
 Centro, Paracambi/RJ
 CEP: 26600-000
 E-mail: davi.neto@ifrj.edu.br

Assunto: Devolução de Projeto - 33ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2020
 Referência: Caso responda este, indicar expressamente o Processo nº 01500.000895/2020-66.

Prezado Senhor,

1. Vimos através deste cumprimentá-lo pela participação no **PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE - EDIÇÃO 2020**, no âmbito da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro. Comunicamos que o projeto inscrito por Vossa Senhoria foi habilitado pela Comissão Nacional a concorrer na etapa estadual, mas não figurou entre os indicados para a etapa nacional.

2. A Comissão Estadual enxergou interesse e relevância no projeto, mas entendeu este mais como uma proposta, com objetivos futuros, do que como uma ação com resultados concretos, ou auferíveis, no ano de 2019. Portanto, conforme o item 4.2 do edital, não a considerou apta a concorrer ao prêmio.

3. Agradecendo a colaboração dada com o trabalho inscrito, esperamos contar com sua participação nas próximas edições do Prêmio. Na oportunidade, nos colocaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,
Olav Schrader
 Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro

 Documento assinado eletronicamente por Olav Antonio Schrader, Superintendente do IPHAN-RJ, em 15/12/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 2114850 e o código CRC B99D497A.

Avenida Presidente Vargas, 3131 Salas 401, 402, 404 e sobreloja - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro. CEP 20.210-911

ANEXO K

Visita a museus da indústria têxtil

2020 10 12 - NEW LENARK – ESCÓCIA



2022 11 28 MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS
CAETANÓPOLIS - MG



ANEXO L

2022 – XVIII CONGRESS TICCIH – MONTREAL- CANADÁ

Relatório das TICCIH mundiais no âmbito do qual cada país apresenta as ações desenvolvidas pela preservação do Patrimônio Industrial



heritage in some states; besides advising requests for recognition to regional protection bodies.

We found 50 industrial assets in Brazil protected by national preservation bureau (IPHAN) and also 276 industrial assets in several Brazilian states protected up to 2016. Since then, few assets have been listed.

MUSEUMS

We highlight the mobilization and organization efforts of representatives of Coletivo de Museus Ferroviário, of Brazilian industrial museums, under the coordination of the director of the Museu do Trem railway museum in São Leopoldo. The Museu do Trem, throughout 2020 and 2021, carried out several webinars and debates on industrial collections guidelines and the difficulties of maintenance of the industrial museum in Brazil.

One of the main protected industrial sites nationwide, the railway station of Luz (São Paulo), which had been partially damaged by fire in December 2015, was recovered and reopened in July 2021. In the basement, subways and metropolitan transport lines operate. On the upper floors, where the administration of the São Paulo Railway used to be, is now the Museu da Língua Portuguesa dedicated to the cultural diversity of languages among the countries of the Community of Portuguese Speaking Countries.

EDUCATION

Heritage education actions involving schools are recurrent in Brazil, as educational policies favour school visits in natural and cultural environments as training activities. Even historic buildings are reconverted into schools. An outstanding example is the buildings of the former Companhia Têxtil Brazil Industrial (site protected by the Rio de Janeiro preservation agency), in Paracambi (Rio de Janeiro). This was an important textile industry in the 19th century, which celebrated 150 years of its foundation in 2021. Today it is the Federal Institute of Education, Science and Technology, an important educational centre in the Sul Fluminense region, with 6,000 students; primary schools, high school, technical training college and university education are installed there. In 2017 a project for the memory of industry workers (Memory Centre) was created, to gather and conserve oral and documentary material, coordinated by teachers of the Institute and carried out together with students of the Institute. These actions to preserve the memory of the industry are aimed at schools in the municipality, trade associations and residents, with support from the municipality and companies ([see video](#)).

PUBLIC POLICIES

In recent years, there have been some serious changes in public protection policies, which also affect the protected heritage. We

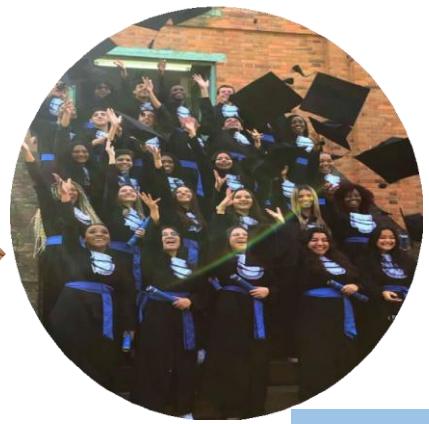
ANEXO M

Ações do Núcleo de Estudos do Centro de Memória

Em defesa do patrimônio e da história de Paracambi



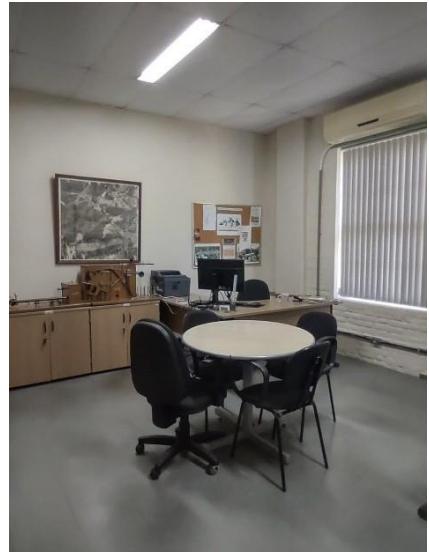
1912



2023



Sala Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria têxtil



Participação no I Encontro Nacional Artes e Patrimônio Industrial – UNICAMP.
Apresentação de trabalho, artigo publicado 2019 12 09



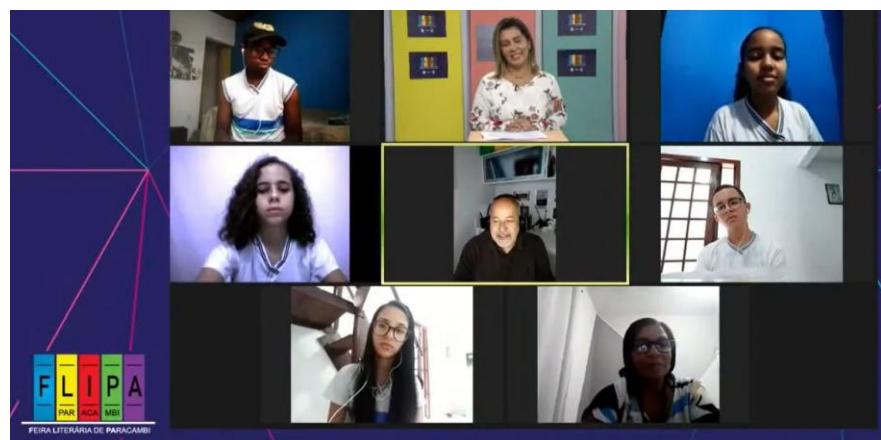
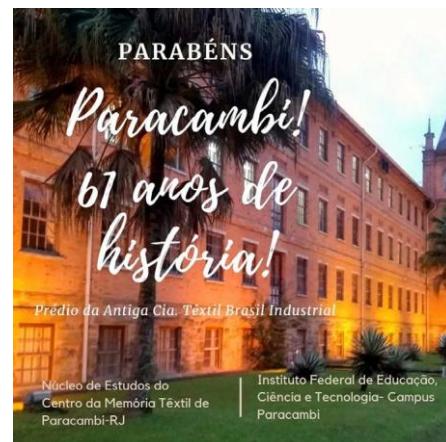
Seminário desenvolvido pela passagem dos 150 anos



Entrega dos prêmios aos vencedores do concurso de redação, alunos, pais e professores



Participação na programação da Secretaria Municipal de Educação na FLIPA – Feira Literária de Paracambi, no aniversário de 61 anos de emancipação do município e 150 da CTBI.



Participações em eventos estudantis e entrevistas



IX EXPOJEM – Feira de Pais e amigos do Jardim Escola Modelo.
22/11/2019



Entrevista na Rádio Comunitária de Paracambi, 98,7 FM. Sobre o projeto do Centro de Memória

Live promovida pela Coordenação de Extensão CPar projeto de Extensão PIBIEx- Junior



Acontece no IFRJ/CPar

**CENTRO DE MEMÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL
EM PARACAMBI
UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO.**

Palestrante
Davi Pereira Romeiro Neto
Juliette Ferreira Romeiro

Bolsistas
Caroline Peris Loredo
Maynara E. da Cunha

19 de outubro de 2020 às 18h
no canal da CoEx / CPar no Youtube:
encurtador.com.br/zCDH4

**INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Paracambi**

**CoEX
IFRJ - PARACAMBI**

2019 07 09 Live ao vivo no FaceBook, conversando com Erivelton

2020 05 23 – Entrevista canal Youtube e Instagram – Como você aprende?



Participação no evento com passagens sobre a fábrica Brasil Industrial no livro de Maria Ciavatta (UFF). 2021 07 15



Podcast falando sobre a história da fábrica e o projeto do Centro de Memória e do Museu. - 2022 11 25



Palestra na Jornada Acadêmica da ETE Paracambi - 2022

Jornada Acadêmica ETE Paracambi 2022

Data	Local	Atividade
30/05	Auditório da ETE Paracambi	14h – Café de boas-vindas e abertura no auditório. 15h - Apresentação da Escola de Música Villa-Lobos.
31/05	Angra dos Reis	15:30h - Palestra com o Profº Me. Davi Pereira Romero Neto: A tecnologia, o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural, artístico e natural. Aberto ao público em geral.
01/06	ETE Paracambi	Visita técnica a Usina Nuclear de Angra dos Reis.
02/06	ETE Paracambi	Todos os estudantes da ETE Paracambi. Saída da ETE: 07h.
03/06	ETE Paracambi	Estudos dirigidos com os professores.
03/06	Auditório da ETE Paracambi	14h – Café de boas-vindas e encerramento no auditório 15h - Apresentação da Escola de Música Villa-Lobos.
03/06	Auditório da ETE Paracambi	15:30h - Palestra com a Profª Dra. Rayanne Barros Sebal: O profissional do meio ambiente e o mercado de trabalho. Aberto ao público em geral.

FAETEC **GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO** **NOVOS SONHOS**



Lançamento de Livro Arquiteto Vicente Loureiro- Passagens sobre história da fábrica

centredememoria.cpar 22 h
● Ver tradução

Salvem na agenda!

centredememoria.cpar

Outras Letras Editora convida para a noite de autógrafos do livro do urbanista e arquiteto Vicente Loureiro.

Dia 03/06
a partir das 19h

Fábrica do Conhecimento
Rua Sebastião de Lacerda, s/nº Paracambi

VICENTE LOUREIRO
Tempo de cidade

centredememoria.cpar No dia 03 de junho de 2022, o Núcleo de Estudos do Centro de Mem... mais

2022 16 04 Palestra no Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro- Memorial da Humanidade - IPHARJ

OS FRUTOS DO TEAR
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL FLUMINENSE DO SÉCULO 19 AOS DIAS DE HOJE

Conferencistas :

- Prof VITOR ALMEIDA - IPPGHS-UERJ
- Prof. DAVI ROMEIRO NETO - IFRJ
- Prof CLAUDIO PRADO - IPHARJ

Dia 16 de Abril de 2022
Das 15 às 19 h

Local:
IPHARJ - Memorial da Humanidade - Av Chicoetomo Pimentel de Oliveira, 343, Bl. Cep 21645-330, Andrelândia, RJ, RJ

Lançamento do LIVRO : "A Cidade, a Freguesia e a Fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914)", de VITOR ALMEIDA

Info & Reservas:
ipharjeventos@gmail.com
WhatsApp: (21) 98913-1561 (11 as 17 h)

Palestras de Acolhimento dos Alunos do IFRJ e Pais (2022-2023-2024)





Visitas ao Núcleo de Estudos do Centro de Memória

Visita do Profº Danilo Machado e da Arquiteta Christiane Ammon (arquiteta do Novo Cassino) no dia do Reencontro e inauguração do Núcleo de Estudos (2019 29-09).



Entrega de exemplar de livro de Patrimônio Cultural e Bens Tombados no RJ, publicado pelo INEPAC para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Industrial – (2019).



Claudio Prado – Diretor do INEPAC – (2019) Reunião com Direção IFRJ, Secretaria de Meio Ambiente e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Industrial



Prefeita Lucimar Cristina da S. Ferreira e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Industrial Dr. Jorge Cavalcanti e Equipe IFRJ (2020)



Administradores dos sites Ecoporaí (Vitor Bruno) e Paracambi Antigamente (Marcos Alonso) (2020)



Deputado André Ceciliano – Presidente da Alerj e Ex-Prefeito de Paracambi (2021)



Diretor do Campus Paracambi do Polo CEDERJ. (2022)



Vereador Dário Vinicius Carvalho Braga –Visita para informar sobre homenagem, pelos relevantes serviços prestados no desenvolvimento e progresso do município em 2022



Visita da Superintendente de Museus do Rio Sr^a Lucienne Figueredo. (2022)



Visita equipe do INEPAC, para vistoria e reunião com equipes da prefeitura usuários do complexo Fábrica do Conhecimento sobre as demandas para conservação e restauro. 2023.



Visita do Sr. Jose A. Penteado Vignoli, penta neto de Francisco de Assis Vieira Bueno o primeiro diretor da Cia. Têxtil Brasil industrial, doação de quadro e cópia de trechos que falam da fábrica (Editado em 1899). (2023).



PALESTRAS PARA ALUNOS

Escola de Educação Infantil Favo de Mel. Conversa sobre a história da fábrica, atividades pedagógicas de Educação Patrimonial visita aos laboratórios 2022.



Palestra para a Escola Aquarela de Ensino Fundamental e Médio. 2023.



Palestra no Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves – Ensino Médio 2023.



Aula no Curso de Extensão História, Patrimônio e Educação. 2022.



CAPACITAÇÃO

Capacitação em Plano Museológico – Superintendência de Museus 2022.



A Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o Sistema Estadual de Museus convidam você a participar da oficina de Plano Museológico, ministrada por Lucienne Figueiredo

PLANO MUSEOLÓGICO

Ementa: Conceitos de projeto, programa e plano museológico. Plano Museológico: uma construção coletiva: relevância, vantagens e limites. Metodologia para elaboração e implantação do plano museológico. Identificação da missão institucional: finalidades, valores, metas e funções. Identificação de públicos e parceiros. Critérios para avaliação do plano museológico. O diálogo entre o plano museológico e a Política Nacional de Museus. Legislação e documentos institucionais dos Museus: ato de fundação, decreto de criação, estatuto e regimento interno. Apresentação dos Códigos de ética do Conselho Internacional de Museus e do Conselho Federal de Museologia.

Inscrições em: <https://forms.gle/cr7XGTlww7QEhgrV8>



Curso de Conservação de Acervo – UNIRIO 2022.



Capacitação dos Guardas Ambientais do Parque Municipal do Curió. 2023



LEPA – Organização Líderes Empresariais de Paracambi 2023. Aula sobre a história de Paracambi para empreendedores e empresários



REUNIÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/PARCERIAS



SECRETARIA DE CULTURA E
TURISMO DE PARACAMBI



EMPRESARIOS DE PARACAMBI



COORDENADORES CURSO DE HISTÓRIA
E ARQUITETURA UFRRJ



ARQUIVO DA MEMÓRIA OPERARIA DO
RIO DE JANEIRO IFCS- UFRJ

Reunião com professores do curso de Arquitetura da UFRRJ 2024. Reunião para verificar a viabilidade de elaboração de um projeto de restauração do prédio da fábrica



1^a Reunião com Diretor do INEPAC para apresentar proposta do Centro de Memória e demandas locais (2019)



Reunião com Diretora do INEPAC Dr^a Ana Cristina e equipe Reunião Secretário de Cultura de Paracambi e representante Secretaria de Desenvolvimento para tratar de encaminhamentos de manutenção. (2022 11 19)



Reunião com Diretora do INEPAC Dr^a Ana Cristina e equipe. Reitor Rafael Almada, equipe Engenharia do IFRJ, Direção do CPar, com técnicos do INEPAC para tratar de reforma do Prédio. (2023 11 14)



DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA – TV

Programas divulgando os 150 anos da fábrica.

Programa “PLUGADOS” TV RIO SUL –Globo na Região Sul Fluminense 2021.



Programa “SESC NA ESTRADA” – TV BANDEIRANTES 2021



CNN SOFT – Gravação para a pauta do documentário “200 anos de Independência do Brasil”



DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA – JORNAL

- Jornal o Globo e o Jornal Extra – 19/09/2021

De chão de fábrica a lugar de ensino e pesquisa

ImpONENTE PRÉDIO DA PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL DO BRASIL, QUE COMPLETA 150 ANOS EM PARACAMBI REUNINDO INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA, GUARDA HISTÓRIAS DO TEMPO DO IMPÉRIO E DE GERAÇÕES DE FAMÍLIAS OPERÁRIAS

LUDMILLA DE LIMA
ludmilla.lima@oglobo.com.br

Numa charge de 1873, o “castelo” da Cia. Têxtil Brasil Industrial, inaugurada dois anos antes no sopé de um morro em Paracambi, aparece empurrado por três gigantes empresários com o seguinte recado: “Força, senhores, força! Fazendo progredir avossa fábrica, fareis também caminhar o país”. Parecia até profecia. Pelo chão da primeira indústria de tecidos do Brasil passaram gerações de famílias da cidade da Baixada Fluminense. Lá, a 40 quilômetros da capital do Império, a companhia, com cerca de 400 máquinas de tear — muitas mais que as poucas dezenas usadas por pequenas tecelagens até então —, ajudava a forjar um país moderno. Hoje, 150 anos depois, o complexo, aberto pessoalmente por Dom Pedro II, continua fazendo história.

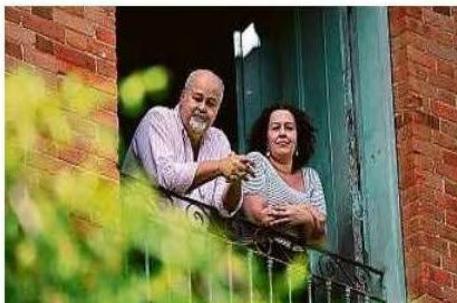
A lógica agora é outra: em vez de operários, pela atual Fábrica do Conhecimento, assim batizada em 2002, circulam estudantes e professores — que totalizavam cerca de cinco mil antes da pandemia, ou 10% da população de Paracambi. No local as opções vão de aulas de balé, teatro e música clássica para crianças a cursos de pós-graduação. Ali estão reunidas instituições de ensino, pesquisa e cultura das esferas municipal, estadual e federal. E, em breve, como parte dos festeiros de sesquicentenário, começará a funcionar um centro de memória.

A construção de tijolos aparentes com três torreões surge ao final de um bosque para quem pega a Avenida dos Operários. Parece cenário de filme inglês sobre a Revolução Industrial. Tombada pelo Insti-



Cenário de cinema. O “castelo” da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial, construído no modelo inglês e inaugurado por Pedro II: hoje, Fábrica do Conhecimento

Saga familiar.
Os professores
Davi e Julieta
Romeiro, pai e
filha; cinco
gerações na
fábrica e sonho
de abrir museu



tuto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e protegida pela mata do Parque Municipal do Curió, a antiga indústria também tem seus guardiões. Professora de Sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), uma das instituições no espaço, Julieta Ferreira

Romeiro conta que o prédio é palco de uma saga familiar, iniciada pelo tataravô materno, que trabalhou na construção.

— Meus bisavós vieram trabalhar com 9 anos, já meus avós na casa dos 12. Minha avó materna era tecelã e sofreu um acidente grave na fábrica, vin-

do a falecer depois. Meu avô era um faz-tudo que acabou virando restaurador — conta Julieta, doutora pela UFRJ, enquanto caminha pelo conjunto. — Essa é também a história de muitas famílias daqui. De pessoas que pisaram na fábrica analfabetas e de novas gera-

rias do Trabalho Têxtil, segue como um incansável defensor da criação do Museu da Indústria Têxtil de Paracambi, que deve ser aberto na antiga Sala do Pano.

LUTA POR MUSEU

Da maquinaria original, resta só uma retificadora de cilindro de cobre inglesa, usada no processo de estamparia. Davi busca doações e patrocínio para o museu, além do tombamento do conjunto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele sonha com um centro de memória igual aos de antigas indústrias europeias.

— A fábrica nasce como símbolo da indústria nacional no final do Brasil Império. O cenário de fundo é o fim da Guerra de Secessão nos EUA, que estavam exportando algodão para o mundo inteiro. O Brasil de então produzia apenas tecidos de pouca qualidade, para sacaria e os escravos. O restante era importado. A fábrica rompe com isso — diz Davi, que percorre com intimidade toda a fábrica.

Um longo corredor com 20 modernos laboratórios traz sensações do passado:

— Aqui era tudo tecelagem, um barulho infernal e muito quente.

Hoje, o velho “castelo” é referência em educação para todo o estado. Só no polo do Cederj — consórcio de universidades públicas e escolas técnicas —, há 2.500 estudantes. O IFRJ tem 1.100 alunos em cursos técnicos, de graduação e pós.

— A fábrica mudou e continua mudando a vida de muita gente — diz Douglas Santos, doutor em geofísica, à frente do laboratório do IFRJ reconhecido internacionalmente por lidar com restauração autenticidade de obras de arte.

DOAÇÕES

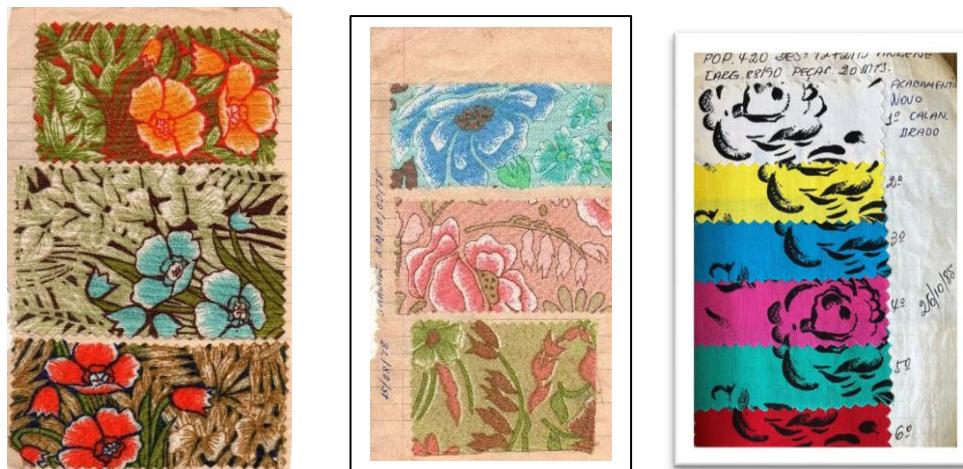
Doação Paulo Keller – Fotografia de operários em 9 de agosto de 1912



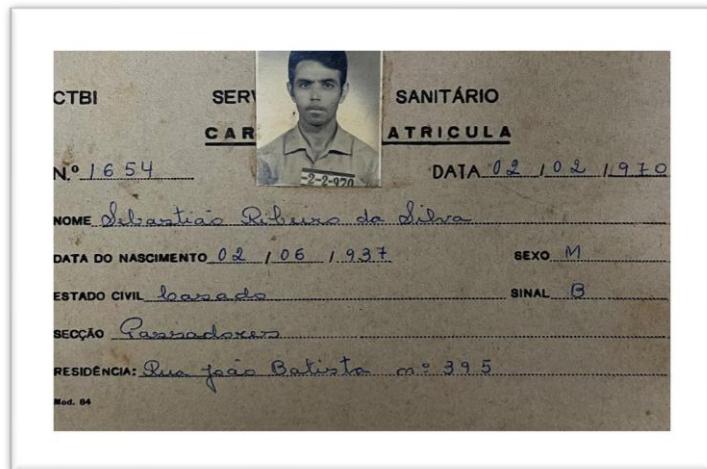
Doação de Sônia Aparecida Lopes de Oliveira – Foto de 1950 com seu pai (4º a esquerda)



Caderno com amostras de tecidos (Doação Maria Ciavatta e Maria José de Mello). Amostras para preparação de cilindros de estamparia



Doação de Fabiana Telles de 117 fichas do serviço médico sanitário de ex-operários da CTBI (2022)



Doação de Renato do Amparo. Chaveiro confeccionado pela fábrica Alfano Bijuterias, lembrança da padroeira da fábrica. (2023)



Doação da TIMAVO do Brasil Indústria Têxtil Itatiba – SP 2019. Doação de equipamentos do laboratório de fiação para teste na qualidade do fio e do algodão.



Doação da Alessandro de Matos Ferreira 2023 - Impressora e copiadora para digitalização de documentos



Doação do extinto Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis de Paracambi (2020.)



Fotografias e materiais doados pelo extinto Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil em Paracambi

PROJETOS DE PESQUISA (PIBIC, PROEXTENSÃO)

2020 – PIBIEX Jr – Projeto: Centro de Memória da Indústria Têxtil em Paracambi. Uma proposta em construção. Caroline Peris Loredo

2020 – PIBIC – Projeto: Reconstruindo a memória operária da Indústria Têxtil em Paracambi. Bolsista Maynara Evangelista da Cunha



2022 – Edital de Monitoria – Ariene Silva – aluna do curso de Licenciatura em Matemática.

2023 – XVI Jornada Acadêmica JCPar – Projeto “Uma fábrica de memórias”



Apresentação da bolsista Letícia Porto

